

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Faculdade de Educação

Alline Santos Silva

**O TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: A SUBJETIVIDADE ENTRE
O DESGASTE MENTAL E O ADOECIMENTO PSÍQUICO**

Goiânia

2020



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFMG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFMG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Alline Santos Silva

3. Título do trabalho

O Trabalho Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: a Subjetividade entre o Desgaste Mental e o Adoecimento Psíquico

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 03/11/2020, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ALLINE SANTOS SILVA, Discente**, em 03/11/2020, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de](#)

14/12/2020

SEI/UFMG - 1653037 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1653037 e o código CRC D5539CBA.

Referência: Processo nº 11070.045381/2020-00

SEI nº 1653037

Alline Santos Silva

**O TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: A SUBJETIVIDADE ENTRE
O DESGASTE MENTAL E O ADOECIMENTO PSÍQUICO**

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa “Processos Sociais e Educacionais”, sob orientação do Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva.

Goiânia

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos Silva, Aline

O trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: A Subjetividade entre o Desgaste Mental e o Adoecimento Psíquico [manuscrito] / Aline Santos Silva. - 2020.
CLII, 152 f.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Trabalho docente. 2. Subjetividade. 3. Saúde mental relacionada ao trabalho. 4. Educação Profissional. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. I. Fonseca da Silva, Leonardo, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 11 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte (11/05/2020), às 14h, reuniram-se através de Plataforma virtual os componentes da Banca Examinadora: Hugo Leonardo Fonseca da Silva, doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Lívia Gomes dos Santos, doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e José dos Santos Souza, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública em sessão realizada através de plataforma virtual segundo a Instrução Normativa PRPG/UFG 001, de 27 de março de 2020, procederem à defesa da dissertação intitulada: "O trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: a subjetividade entre o desgaste mental e o adoecimento psíquico", em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de Alline Santos Silva, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Hugo Fernando Fonseca da Silva, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **APROVADA**. Os trabalhos foram concluídos e eu, Priscilla Melo Ribeiro de Lima, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos 11 dias do mês de maio de 2020.

Presidente - Membro titular 01 - nome completo / sigla instituição:

Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva (PPGP)

Membro titular 02 - nome completo / sigla instituição:

Profª. Drª. Lívia Gomes dos Santos (PPGP/UFG)

Membro titular 03 - nome completo / sigla instituição:

Profª. Drª. José dos Santos Souza (UFRJ)

Profª. Drª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima (Coordenador/a do PPGP)

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 03/11/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

14/12/2020

SEI/UFPA - 1318942 - Ata de Defesa de Dissertação



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2020, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 04/11/2020, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufpa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1318942** e o código CRC **E0875CB1**.

Referência: Processo nº 23070.003783/2020-15

SEI nº 1318942

Alline Santos Silva

**O TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: A SUBJETIVIDADE ENTRE O DESGASTE MENTAL
E O ADOECIMENTO PSÍQUICO**

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Sociais e Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva.

BANCA EXAMINADORA:

HUGO LEONARDO FONSECA DA SILVA – Orientador
Universidade Federal de Goiás

JOSÉ DOS SANTOS SOUZA – Banca Examinadora
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LÍVIA GOMES DOS SANTOS – Banca Examinadora
Universidade Federal de Goiás

Goiânia, 11 de maio de 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor e orientador, Hugo Leonardo Fonseca da Silva, por aceitar conduzir meu trabalho, compartilhando seu conhecimento com todo cuidado, dedicação e compromisso. Minha gratidão, respeito e admiração!

À professora Lívia Gomes dos Santos e à professora Joana Alice Ribeiro de Freitas, pelas contribuições cuidadosas feitas no exame de qualificação, que auxiliaram no desenvolvimento do estudo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, pelos conhecimentos transmitidos durante esta trajetória acadêmica.

À amiga e parceira mestranda Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares, pelas contribuições, incentivo, apoio e companheirismo durante todo este programa de pós-graduação. Grande parte do meu sucesso compartilho com você!

Aos amigos e colegas discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade de convívio e pela cooperação mútua.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, por ter me concedido a oportunidade de afastamento das minhas atividades profissionais para a dedicação exclusiva ao mestrado.

A Deus, pela vida que Ele me concedeu.

A minha família e amigos, pelo amor, acolhimento, suporte, apoio e incentivo que sempre me deram durante toda a vida. Minha caminhada é mais leve e feliz com vocês ao meu lado!

A todas e todos que contribuíram de alguma maneira para a realização deste trabalho e que me auxiliaram a fechar mais este ciclo: gratidão e sintam-se abraçadas/os!

Sumário

LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	23
1 O PERCURSO TEÓRICO E O PROCESSO METODOLÓGICO ENVOLVIDOS NA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO	23
1.1 O Estado do Conhecimento sobre o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes da Educação Profissional e Tecnológica e as contribuições das áreas da Psicologia	23
1.2 O percurso teórico envolvido no delineamento da pesquisa	34
1.3 O processo metodológico escolhido para a investigação	39
CAPÍTULO II	47
2 A SAÚDE DO TRABALHADOR, O DESGASTE MENTAL E OUTROS PROCESSOS DE ADOECIMENTO PSÍQUICO DECORRENTES DO TRABALHO	47
2.1 O campo da Saúde do Trabalhador	47
2.2 A Psicologia Social do Trabalho	50
2.3 O Processo Saúde-Doença-Trabalho	53
2.4 Adoecimento psíquico relacionado ao trabalho	55
2.5 Desgaste Mental, limite subjetivo e sintomas de desgaste	57
2.6 O desgaste mental e o adoecimento psíquico laboral dos trabalhadores docentes no Instituto Federal de Goiás	60
CAPÍTULO III	69

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	69
3.1 A historicidade das políticas educacionais e as repercussões para a Educação Profissional e Tecnológica	69
3.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e o IF em Goiás	74
3.3 A organização do trabalho docente nos IF: processos, relações e condições de trabalho	78
<i>3.3.1 Os processos implicados no trabalho docente nos IFG</i>	<i>78</i>
<i>3.3.2 As relações de trabalho predominantes no contexto do trabalho docente nos IFG</i>	<i>82</i>
<i>3.3.3 As condições do trabalho docente nos IFG</i>	<i>94</i>
CAPÍTULO IV	98
4 O TRABALHO DOCENTE E A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR NO CONTEXTO DAS METAMORFOSES DAS RELAÇÕES LABORAIS	98
4.1 A categoria trabalho e a natureza do trabalho docente	98
4.2 As metamorfoses do mundo do trabalho e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	101
4.3 A subjetividade e a questão do sentido e significado	121
4.4 A subjetividade do trabalhador docente do IFG no contexto do processo saúde-doença-trabalho	124
<i>4.4.1 Análise dos relatos de Moura</i>	<i>124</i>
<i>4.4.2 Análise dos relatos de Farias</i>	<i>126</i>
<i>4.4.3 Análise dos relatos de Aguiar</i>	<i>128</i>
<i>4.4.4 Análise dos relatos de Gomes</i>	<i>130</i>
<i>4.4.5 Análise dos relatos de Freitas</i>	<i>131</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
Referências	137

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	146
Apêndice B – Termo de Anuência da Instituição Coparticipante	149
Apêndice C – Instrumentos de Pesquisa: Questionário e Roteiro de Entrevista	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Levantamento de estudos realizados a partir de 2008 com os termos “Instituto Federal” e “Educação Profissional” nas bases de dados SciELO, BDTD e Capes.....	25
Quadro 2 - Recorrência de temas pesquisados pelas áreas de conhecimento da Psicologia que utilizam os IF e/ou a Educação Profissional como <i>locus</i> de pesquisa	27
Quadro 3 - Trabalhos relacionados à área da Psicologia selecionados por serem pertinentes à temática da autora	28
Quadro 4 - Perfil socioprofissional dos participantes docentes entrevistados	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
RH	Recursos Humanos
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SIASS	Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RESUMO

Esta pesquisa busca identificar, analisar e compreender de que forma os docentes subjetivam o desgaste mental e o adoecimento laboral, apreendendo os modos pelos quais tais trabalhadores dão sentido à sua realidade. Para isso, foram ressaltadas as metamorfoses do mundo do trabalho aliadas ao processo de expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Sendo assim, trata dos processos de sofrimento, desgaste mental e outras formas de adoecimento psíquico decorrentes do trabalho dos professores da Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir do materialismo histórico dialético e das mediações da Psicologia Social do Trabalho. Esta pesquisa básica do tipo qualitativa busca compreender as relações entre a categoria trabalho, o trabalho docente, as condições sobre as quais este trabalho se desenvolve e o processo saúde-doença-trabalho. Foram entrevistados(as) servidores(as) efetivos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Somado a isso, foi utilizada a análise de documentos, desde leis e decretos a documentos normatizadores do IFG, para complementar a coleta de informações. Foi realizada ainda a triangulação de dados entre as categorias de análise, a composição do quadro teórico e a análise das entrevistas. A pesquisa identificou a existência de diversos estudos que abordam os trabalhadores docentes da rede pública de ensino, porém, no âmbito dos Institutos Federais, o número de estudos ainda não é consideravelmente significativo, sobretudo no que se diz respeito à área de conhecimento da Psicologia voltada para a saúde do trabalhador. Quanto aos resultados alcançados, esses evidenciaram um movimento, relativamente comum, de os trabalhadores docentes trazerem suas questões, conflitos e contradições para a esfera privada, quando, na verdade, é preciso mediação do coletivo para serem resolvidas de maneira mais efetiva e global, o que pode acarretar desdobramentos negativos para o grupo social e para o sujeito, como sofrimentos, agravamento dos conflitos e amplificação das probabilidades de adoecimento, principalmente psíquico.

Palavras-chave: Trabalho docente; Subjetividade; Saúde mental relacionada ao trabalho; Educação Profissional; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT

This research aims to identify, analyze and understand how (professors or faculty members) subjectify psychological distress and illness at work, apprehending how these workers make sense of their reality. For that, the metamorphoses of the world of work were high lighted, allied to the process of expansion of the professional, scientific and technological education network and its consequences on the organization of teaching work in the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs). Thus, the processes to treat suffering and mental distress and other forms of mental illness resulting from the work of teachers in professional, scientific and technological education based on Historical-Dialectical Materialism and through the mediations of Social Psychology at Work were researched. This basic qualitative research is aimed at understanding the relationships between the kind of work, teaching work, the conditions under which this work develops and the health-illness-work process. Permanent teaching staff at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (IFG) were interviewed. The analysis of documents and legislation was also used to complement the collection of data. And also, the data triangulation was development between the categories of analysis and the interviews. The research identified the existence of several studies that address teaching workers in the public school system. However, within the scope of the Federal Institutes, the number of studies is still not significant, especially concerning the area of knowledge of Psychology focused on Occupational Health. In addition, there may be negative consequences for the social group and for the subject, such as suffering, worsening conflicts and increasing the probabilities of illness, especially psychic.

Keywords: Teaching Work; Subjectivity; Work-Related Mental Health; Professional education; Federal Institute of Education, Science and Technology.

INTRODUÇÃO

De forma a fazer uma retomada avaliativa da minha trajetória profissional, acadêmica e intelectual, destaco que a iniciativa de me dedicar a um mestrado partiu de uma postura pessoal que, ao longo de toda a vida, foi acompanhada dos termos curiosidade, desafio, dedicação e superação. Sendo assim, eu tenho traçado ativamente uma história de vida repleta de possibilidades de me desafiar frente a algo que, em primeira instância, eu não acreditava que fosse capaz de fazer. Sempre movida pela curiosidade de viver experiências novas e desafiadoras, que me despertassem de uma zona de conforto, tomei algumas decisões-chave na minha trajetória. Mas, para isso, precisei dedicar-me a cada uma delas para que eu conseguisse superar as minhas próprias limitações.

Foi assim que, há 17 anos, escolhi a graduação em Psicologia, aquela que eu acreditava envolver os conteúdos mais complexos da vida, os seres humanos. Estudei na Universidade Católica de Goiás, atualmente PUC/GO. À época, era a única faculdade que oferecia graduação em Psicologia. Logo no início do curso, encantei-me pela Fenomenologia e pela Gestalt-Terapia, que me lançaram no campo de estágio na área da Psicologia Clínica, que, em larga medida, desafiar-me-ia a desprender de meus pressupostos para olhar para a realidade do outro. Embebida nisso, fiz trabalho de conclusão de curso nesta área sobre a relação mãe-filha, e em seguida ingressei em uma pós-graduação na área da Gestalt-Terapia. Decidi que eu me dedicaria a trabalhar apenas com a Psicologia Clínica.

Logo, surgiu uma oportunidade de caminhar na contramão desta decisão pessoal. Não perdendo a oportunidade de me desafiar novamente, investi em uma pós-graduação em Recursos Humanos (RH) e ingressei no campo da Psicologia Organizacional. Trabalhei com dedicação até conquistar um posto de trabalho desejado por muitos colegas de profissão, no setor de RH de uma grande empresa multinacional de destaque no mercado. Atravessei experiências delicadas, mergulhada em um ambiente organizacional permeado de pressões institucionais que cobravam produtividade, flexibilidade, eficiência, dentro de um espaço laboral permeado por frequentes relações interpessoais que revelavam frieza e indiferença. Não há como negar que tais experiências me apresentaram ao campo da Psicologia Organizacional. Na ocasião, eu ainda não havia despertado para uma postura profissional crítica frente à dinâmica dos processos histórico-sociais. Sendo assim, não me orgulho de reconhecer que, provavelmente, contribuí com esquemas laborais reprodutores de passividade, dominação e submissão próprios da dominação capitalista.

Incomodada com tal realidade, busquei conhecer novos horizontes e assim me dediquei a estudar para concursos, mesmo sabendo que ser aprovada em algum processo seletivo seria um grande desafio. Após superar vários obstáculos pessoais, hoje, sou servidora pública federal em uma instituição de ensino, atuando como psicóloga. Exerço atividades que estão no limiar entre a Psicologia do Trabalho e a Psicologia Escolar/Educacional. A partir da necessidade de aperfeiçoamento profissional, decidi enfrentar algo que eu nunca havia pensado: o Mestrado. Inicialmente, elaborei um projeto de pesquisa com questões ligadas à relação professor/aluno, que me proporcionaria desenvolvimento acadêmico em ambas as áreas de atuação nas quais estou envolvida. Fui selecionada por um professor/orientador que me propôs uma caminhada próxima a isso, porém, em uma perspectiva diferente e envolvendo referenciais teóricos que não faziam parte da minha trajetória acadêmica até então.

Entendi que este seria mais um desafio que eu deveria enfrentar a partir de leituras e reflexões que me fariam despertar uma postura profissional mais crítica e questionadora. Tive acesso a uma oportunidade que tem me proporcionado questionar verdades, repensar conceitos e criticar minhas próprias condutas no cotidiano laboral e acadêmico também. Tenho me gestado ao mesmo tempo em que construo esta pesquisa. Assim, concluo que este estudo é uma proposta de me desenvolver como pesquisadora. E é fruto de uma história de vida rica de aprendizados e autoquestionamentos.

Em se tratando mais especificamente do objeto desta pesquisa, tenho origem em uma família de professores de nível fundamental e médio de escolas públicas. Ao longo dos anos, presenciei e ouvi este círculo social dizer o quanto é um trabalho adoeecedor e desgastante. Dessa forma, decidi aprofundar-me sobre o trabalho docente e buscar compreender sob quais formas o processo de adoecimento desses profissionais se expressa na Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ao longo dos nove anos de atuação profissional no órgão onde trabalho atualmente, vivenciei questões que, na minha percepção, revelavam-se como sinais de algum sofrimento psíquico e que poderiam até indicar um quadro de adoecimento mental. Entre as principais questões, ouvi queixas de má qualidade de sono; notei alguns professores desgastados pela ampla gama de atividades e responsabilidades; verifiquei conflitos nas relações interpessoais entre pares e, ainda, com gestores e com a categoria técnico-administrativa; percebi dificuldades no diálogo entre docentes das áreas de exatas e humanas; além de resistência de alguns trabalhadores de lecionar para alunos de nível fundamental (por exemplo, do programa

de Formação Inicial e Continuada - FIC¹) e para alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA².

Acredito que seria enriquecedor para este estudo se todos os segmentos profissionais fossem abarcados por esta pesquisa, sejam técnico-administrativos, docentes e terceirizados. No entanto, devido ao prazo resumido para se realizar um mestrado, não seria possível alcançar esse ideal. Então, foi necessário estabelecer um público-alvo para que o estudo pudesse ser mais aprofundado. Sabendo que os trabalhadores docentes estão mais próximos da atividade-fim da instituição de ensino, nesse momento, esses foram selecionados para esta dissertação.

Ao olhar para a saúde psíquica do trabalhador docente, manteve-se foco na tentativa de apreender os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais envolvidos nas relações e condições de trabalho. Buscou-se construir análises e aproximações iniciais deste estudo a partir de uma ótica de matriz crítica e dialética, apoiando também em estudos de Edith Seligmann-Silva, principalmente no livro *Desgaste mental no trabalho dominado: o direito de ser dono de si mesmo* (1994), e no trabalho de Renata Paparelli, intitulado *Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização do fluxo escolar* (2009).

Sendo assim, ao tomar contato com a literatura e ampliar conhecimentos sobre o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes, foi feita a opção de seguir pelo debate do desgaste mental, categoria mais central deste trabalho. Ressaltando que da mesma forma que não há um limite claro entre saúde e doença, também não há como abordar o desgaste mental desconectado de um debate mais geral sobre as diversas expressões do adoecimento psíquico decorrente do trabalho. Mas, de fato, o interesse principal foi examinar as interações presentes no contexto laboral que estão presentes na gênese do sofrimento mental, no movimento de transição entre a fadiga e um processo mais profundo de adoecimento psíquico, como os transtornos mentais.

1 Entre outras instituições, os IF ofertam cursos de formação inicial e continuada (FIC), que são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrangem cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional (MEC, 2018).

2 Os IF ofertam cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para alunos com mais de 18 anos, que têm Ensino Fundamental completo e que, preferencialmente, não concluíram o ensino médio.

Defende-se a importância de ampliar o olhar científico sobre o que está presente no momento mais inicial do desgaste da saúde mental, quando o indivíduo está caminhando para um processo de adoecimento, uma vez que trabalhar com a prevenção e proteção à saúde tende a ser mais eficaz e menos oneroso do que os longos processos geralmente envolvidos nos tratamentos de saúde. Por exemplo, Seligmann-Silva (2011) afirma que há estudos em países do exterior que se dedicam a calcular os prejuízos que o presenteísmo³ causa às organizações, visando reforçar ações que despertem os trabalhadores para a preocupação de buscar atendimento com um profissional da saúde antes do agravamento de alguma situação de adoecimento para evitar prejuízos maiores. A doença cronicada tem complicações muito mais demoradas de tratamento e muitas vezes é preciso recorrer à reabilitação do trabalhador em outras atividades profissionais diferentes da que ele exercia até então.

Dessa forma, por meio da apreensão dos sentidos do trabalho elaborados a partir dos significados socialmente construídos, buscou-se compreender os modos pelos quais os docentes de um câmpus⁴ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) subjetivam o desgaste mental e o adoecimento psíquico decorrente do trabalho. Sendo assim, é uma pesquisa direcionada para a compreensão das relações entre a categoria trabalho, o trabalho docente, as condições sobre as quais esse trabalho se organiza e os processos de desgaste mental e outras formas de adoecimento psíquico decorrentes do trabalho. Estes são os quatro pilares profundamente envolvidos no contexto de reestruturações ocorridas na instituição pesquisada (e no mundo do trabalho de uma forma geral), fazendo emergir uma organização do trabalho que revela potencial de intensificar e precarizar o trabalho docente, podendo torná-lo penoso e desgastante.

A partir desse pressuposto, o estudo da subjetividade desses profissionais apresenta-se como caminho para se entender o processo saúde-doença-trabalho, no contexto do IFG, por meio da apreensão dos processos de internalização dos significados e de elaboração dos sentidos do trabalho, das percepções sobre si como trabalhador e das relações interpessoais nesse ambiente laboral. Será adotada uma visão complexa e reflexiva acerca das condições e formas de organização do trabalho e suas implicações na saúde mental dos sujeitos, buscando apreender e analisar os enfrentamentos desenvolvidos pelos professores, principalmente dos IF, ao lidarem com o desgaste mental e outros possíveis processos de adoecimento psíquico

³ No presenteísmo, o trabalhador comparece ao trabalho mesmo se sentindo doente.

⁴ De acordo com o Memorando-Circular n.º 010/2015/GAB/IFG, de 9 de outubro de 2015, foi definido que, no âmbito do IFG, seja utilizada a forma aportuguesada “câmpus” tanto para o singular quanto para o plural, já que essa forma também é aceita pela Academia Brasileira de Letras.

relacionados ao trabalho. Dessa forma, os sujeitos desta pesquisa foram servidores efetivos docentes que se dispuseram a participar do estudo e contribuir com relatos sobre sua trajetória profissional e questões relacionadas à saúde psíquica laboral.

As reflexões propostas por este tema apontam caminhos para a compreensão da seguinte questão norteadora: Quais os modos pelos quais os docentes de um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) subjetivam seu desgaste mental decorrente do trabalho e em que medida internalizam significados e sentidos do seu trabalho, as percepções sobre si como trabalhador e as relações de trabalho nesse ambiente laboral?

Como objetivo geral, esta pesquisa buscou identificar, analisar e compreender de que forma os docentes subjetivam o desgaste mental e o adoecimento psíquico laboral, apreendendo as formas de organização no trabalho e os modos pelos quais aqueles trabalhadores dão sentido a essa realidade. A fim de alcançar este propósito, alguns objetivos específicos foram percorridos, entre os quais é possível destacar: (a) realizar Estado do Conhecimento sobre o desgaste mental e adoecimento psíquico decorrentes do trabalho docente, e apreender de que forma a Psicologia, principalmente a Psicologia Social do Trabalho, tem abordado o tema; (b) apreender como se caracterizam os processos de desgaste mental e de adoecimento psíquico laboral nesse órgão; (c) verificar de que maneira se organiza o trabalho docente nos Institutos Federais, buscando examinar as relações de trabalho predominantes, os processos laborais implicados e as condições do trabalho do professor; (d) compreender as metamorfoses do mundo do trabalho e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF); (e) analisar como os docentes elaboram os sentidos de seu trabalho a partir de suas elaborações sobre os significados socialmente construídos envolvidos em seu ambiente laboral.

Estrutura da Dissertação

Na intenção de partir da realidade que se apresenta à pesquisadora e caminhar em direção à investigação dos aspectos que perpassam o processo saúde-doença-trabalho dos docentes da EPT, esta pesquisa se desenvolveu orientada pela seguinte trajetória: No Capítulo 1, foi levantado e discutido o Estado do Conhecimento sobre o processo saúde-doença-trabalho dos docentes da Educação Profissional e Tecnológica. Foram levantados os

principais estudos sobre esta temática a fim de identificar questões que já foram exploradas e as lacunas que ainda precisam ser melhor estudadas. Tratou-se também do percurso teórico-metodológico escolhido para a construção desta proposta investigativa, destacando o problema a ser investigado, a relevância da investigação, os referenciais teóricos, as categorias mais centrais envolvidas no estudo e o quadro conceitual da temática. E ainda foram caracterizados os participantes, os critérios de inclusão/exclusão e os procedimentos e instrumentos de coletas de informações.

No Capítulo 2, foi aprofundado o debate sobre o campo da saúde do trabalhador e as práticas, limitações e contribuições da Psicologia Social do Trabalho frente a essa reorganização do mundo do trabalho. Debateu-se o processo saúde-doença como processo social, bem como a questão do desgaste mental, entre outros processos de adoecimento decorrentes do trabalho docente. Foram então levantadas categorias de análise que auxiliaram na compreensão do objeto deste estudo.

No Capítulo 3, foram discutidos a origem e o momento atual da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e, mais particularmente, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Nesse contexto, o trabalho docente nos IF foi analisado a partir de três aspectos: as relações, os processos e as condições de trabalho docente que constituem o ambiente laboral nessa instituição.

Para o Capítulo 4, examinaram-se a categoria do trabalho, a crise estrutural do sistema capitalista, o advento do neoliberalismo e os impactos da reestruturação produtiva sobre as condições laborais. Então, foram debatidas questões como: gerencialismo, manipulação da subjetividade, exacerbação da individualidade, precarização, flexibilidade e aumento da exploração do trabalhador. Com bases nas categorias, foi feita análise dos relatos dos(as) entrevistados(as). E, a partir disso, foi elaborada uma articulação entre trabalho e subjetividade.

CAPÍTULO I

1 O PERCURSO TEÓRICO E O PROCESSO METODOLÓGICO ENVOLVIDOS NA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

Este capítulo analisa o estado atual do debate acerca do processo saúde-doença-trabalho que envolve os trabalhadores docentes da Educação Profissional e Tecnológica e quais têm sido as contribuições das áreas de conhecimento da Psicologia no estudo desta temática. Foi possível identificar as questões mais frequentemente abordadas pelo meio acadêmico e as lacunas que ainda necessitam de maior atenção. Em seguida, destacou os principais aspectos acerca do percurso teórico estabelecido para realizar esta proposta investigativa, como: o problema de pesquisa, a relevância deste estudo, as categorias centrais e o quadro conceitual da análise. Por fim, foi exposto o processo metodológico que caracterizou o desenho investigativo, esclarecendo o objeto de estudo e o campo investigado, a caracterização dos participantes, os critérios de inclusão/exclusão, os instrumentos de coleta de informações e a análise de dados.

1.1 O Estado do Conhecimento sobre o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes da Educação Profissional e Tecnológica e as contribuições das áreas da Psicologia

Para analisar o estado atual do debate sobre o processo de saúde-doença-trabalho docente da Educação Profissional e Tecnológica, utilizou-se o procedimento denominado Estado do Conhecimento, que é um inventário descritivo da produção acadêmica e científica sobre determinado assunto e tem como objetivo mapear e discutir de que forma um objeto de estudo tem sido analisado por uma área acadêmica específica. É realizado a partir do levantamento bibliográfico e da análise de artigos, dissertações e teses publicados dentro de um espaço de tempo pré-determinado. Com o levantamento do Estado do Conhecimento, o(a) pesquisador(a) se instrumentaliza com mais clareza na trajetória de construção do seu tema (Nóbrega-Therrien & Therrien, 2004).

Então, debruçar-se sobre o Estado do Conhecimento possibilitou o levantamento e a análise dos estudos realizados no Brasil, os quais contribuíram para esta pesquisa. Com a identificação de fontes, autores, referências, conceitos e procedimentos analíticos, foi possível

verificar a quantidade de pesquisas que abordam o trabalho docente nos IF, as relações e condições de trabalho correspondentes e seus reflexos sobre a saúde mental entre aqueles trabalhadores, já que os docentes deste ambiente profissional assumem características notadamente particulares.

Na intenção de realizar este mapeamento da forma mais assertiva possível, foram escolhidas as palavras-chave: Trabalho docente; Subjetividade; Saúde mental relacionada ao trabalho; Instituto Federal; Educação Profissional. A escolha de termos do mesmo campo semântico, como Educação Profissional e Instituto Federal, justifica-se ao ressaltar que a “Educação Profissional” refere-se a uma modalidade educacional prevista pelo MEC e é ofertada por diversos órgãos, sendo uma forma de ensino sistematizada e direcionada para o trabalho. O Instituto Federal é uma das instituições que ofertam a Educação Profissional, Tecnológica e gratuita em diferentes níveis de ensino. Assim, ambos os termos podem recuperar estudos que contribuam para a presente pesquisa, visto que alguns pesquisadores utilizam o descritor Instituto Federal e outros, o termo Educação Profissional.

Essa revisão de literatura foi realizada mediante o recorte temporal compreendido entre os anos de 2008 e 2019. A escolha desse período leva em consideração a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que trata da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, campo de investigação desta pesquisa. As dissertações, teses e estudos publicados em revistas e periódicos foram recuperados em três bases de dados, a saber: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O SciELO é uma biblioteca eletrônica científica digital de livre acesso à população, atuando de acordo com as práticas de comunicação da ciência aberta. Visa à publicação digital de periódicos científicos brasileiros que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa científica, conforme critérios definidos para admissão e permanência de periódicos no *site*. O SciELO é resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).

Já a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é uma biblioteca digital, desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que disponibiliza para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de acesso a esses documentos.

Essa biblioteca integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e ainda estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita à comunidade brasileira a publicação de suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.

Quanto ao Banco de Teses da Capes, esse disponibiliza resumos de teses e dissertações apresentadas nos programas de pós-graduação do país e foi criado em 1987. Os trabalhos são enviados diretamente à Capes pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. Nesse banco de dados, estão disponíveis informações bibliográficas das dissertações e das teses defendidas em todo o país. Ressalta-se que, devido ao grande número de estudos encontrados nesse banco de dados, a pesquisa aqui foi filtrada por áreas de conhecimento relacionadas à Psicologia.

Sendo assim, por meio da busca por palavras-chave nesses bancos de dados, delimitando pesquisas de 2008 a 2019, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 1 - Levantamento de estudos realizados a partir de 2008 com os termos “Instituto Federal” e “Educação Profissional” nas bases de dados SciELO, BDTD e Capes

BASE	QTDE	CRITÉRIOS DA BUSCA
SciELO	442	Trabalhos de todas as áreas que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (149) e “Educação Profissional” (293).
SciELO	26	Trabalhos de todas as áreas que foram localizados ao se buscar por resumos que tenham citado os termos “Instituto Federal” (3) e “Educação Profissional” (23) e que estão relacionados com o tema: Processo saúde-doença-trabalho docente ⁵ .
SciELO	10	Trabalhos relacionados à área da Psicologia que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (3) e “Educação Profissional” (7) ⁶ .
SciELO	0	Trabalhos relacionados à área da Psicologia que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” e “Educação Profissional” e que estão relacionados com o tema: Processo saúde-doença-trabalho docente.
BDTD	776	Trabalhos de todas as áreas que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (197) e “Educação Profissional” (579), filtrando por assunto.
BDTD	30	Trabalhos de todas as áreas que foram localizados ao se buscar pelo termo “Instituto Federal” e “Educação Profissional”, tendo filtrado por assunto, e que estão relacionados com o tema: Processo saúde-doença-trabalho docente.

⁵ Busca por [trabalho + docente + "Educação Profissional"] e por [trabalho + docente + "instituto federal"].

⁶ Utilização do filtro “WoS Áreas Temáticas”.

BDTD	26	Trabalhos relacionados à área da Psicologia que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” e “Educação Profissional”.
BDTD	6	Trabalhos relacionados à área da Psicologia que foram localizados ao se buscar pelo termo “Instituto Federal” e “Educação Profissional” e que estão relacionados com o tema: Processo saúde-doença-trabalho docente.
CAPES	1.256	Trabalhos de todas as áreas que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (592) e “Educação Profissional” (664) em conjunto com as palavras “trabalho” e “docente”.
CAPES	95	Trabalhos de todas as áreas que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (38) e “Educação Profissional” (57) em conjunto com as palavras “trabalho” e “docente”, e que estão relacionados com o tema: Processo saúde-doença-trabalho docente. ⁷
CAPES	74	Trabalhos filtrados pelas áreas de conhecimento da Psicologia que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (34) e “Educação Profissional” (40).
CAPES	7	Trabalhos filtrados pelas áreas de conhecimento da Psicologia que foram localizados ao se buscar pelos termos “Instituto Federal” (2) e “Educação Profissional” (3) e que estão relacionados com o tema: Processo saúde-doença-trabalho docente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise do quadro acima, verifica-se um número bastante significativo de produções acadêmico-científicas que envolvem os termos “Instituto Federal” e “Educação Profissional”. Em média, 25% desses estudos tangenciam o trabalho docente nesses órgãos. No entanto, ao filtrar por áreas de conhecimento e programas diretamente ligados à Psicologia, foram encontrados apenas 23 estudos⁸. Acredita-se que seja uma quantidade baixa de pesquisas, portanto, existe a necessidade de a Psicologia dedicar maior atenção à temática que envolve o processo saúde-doença-trabalho dos professores da Educação Profissional e do Instituto Federal.

Os dados desses quadros apontam o fato de psicólogos(as) que atuam no âmbito educacional se dedicarem mais frequentemente a estudos que tenham como objeto os discentes e a atuação e contribuições da Psicologia Escolar/Educacional. O que parece ser compreensível, tendo em vista tratar-se de instituições de ensino onde podem surgir maior pressão sobre os profissionais da Psicologia, urgências e preocupações com temáticas que envolvam os alunos em detrimento das que abordem as condições e relações de trabalho. Esse

⁷ Acrescentou-se a palavra “saúde” à busca.

⁸ É preciso levar em consideração que o filtro por programas acadêmicos e “áreas de conhecimento” pertencentes à Psicologia pode, eventualmente, não contabilizar estudos desenvolvidos por psicólogos(as) vinculados a outras áreas, como, por exemplo, pós-graduações em Educação.

fato pode ser acentuado por forças hegemônicas que tendem a obnubilar os efeitos negativos da reorganização do mundo do trabalho sobre os indivíduos.

Dessa forma, o Estado do Conhecimento desenvolvido por esta dissertação revela indícios de que o campo da saúde do trabalhador está desprestigiado pela Psicologia dentro de unidades escolares. Quanto aos IF, isso pode estar ligado diretamente ao fato de que a maioria dos psicólogos que atuam nessa instituição esteja lotada em setores dedicados ao atendimento ao discente, sendo reduzido o número desses profissionais da saúde que atuam no âmbito da saúde laboral. Por exemplo, no IFG, atualmente, são 22 psicólogos, sendo apenas 7 lotados no setor de Assistência à Saúde do Servidor.

No intuito de apreender quais temáticas a Psicologia tem estudado com maior frequência no que se refere aos Institutos Federais e/ou à Educação Profissional, foi desenvolvido o quadro 2. Para isso, buscou-se levantar, nos bancos de dados já citados, quais os temas de pesquisa disponibilizados a partir de 2008.

Quadro 2 - Recorrência de temas pesquisados pelas áreas de conhecimento da Psicologia que têm os IF e/ou a Educação Profissional como *locus* de pesquisa⁹

TEMA DE PESQUISA	QUANTIDADE DE TRABALHOS SOBRE CADA TEMA	PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA DO TEMA
Estudo focado nos discentes	31	36%
Atuação da Psicologia Escolar/Educacional	17	20%
Formação e atuação de professores	11	12%
Assuntos pertinentes ao processo saúde-doença no trabalho docente	9	10%
Outros assuntos	6	7%
Expansão e concepção dos IF	4	5%
O sentido/papel da Educação	4	5%
Estudo focado em trabalhadores da Educação que não sejam docentes	4	5%
TRABALHOS REPETIDOS	24	
TOTAL DE ESTUDOS (EXCLUINDO OS REPETIDOS)	86	

⁹ Assim como na nota de rodapé n.º 10, aqui pode ocorrer novamente a possibilidade de os filtros disponibilizados pelas plataformas não abarcarem estudos desenvolvidos por psicólogos(as) vinculados a outras áreas, como, por exemplo, pós-graduações em Educação.

Nota. O total de estudos localizados, excluindo-se os repetidos, foi de 86 registros.
Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas análises realizadas a partir do quadro 2, ressalta-se que, excluindo os estudos repetidos, foram encontrados 9 estudos com as seguintes características: (a) desenvolvidos pelas áreas de conhecimento da Psicologia, (b) que tangenciam o processo saúde-doença no trabalho docente, e (c) que envolvem a Educação Profissional e/ou os Institutos Federais.

Nesse quadro, são verificados mais dados que confirmam o fato de a maior parte dos psicólogos dos IF/Educação Profissional se voltar para outras questões que não sejam a saúde do trabalhador. Das 86 produções acadêmico-científicas localizadas, 56% mantêm foco nos discentes e na atuação da Psicologia Escolar/Educacional. Apenas 10% dos estudos (no total de 9 trabalhos) dedicaram-se a temas pertinentes ao processo saúde-doença no trabalho docente. Dentre estes 9 trabalhos, foram selecionados 8 estudos para serem analisados, conforme descrito no quadro 3.

Sendo assim, no quadro 3, foram destacadas as produções textuais elaboradas por psicólogos(as) que se dedicaram a assuntos pertinentes às condições do trabalho docente nos IF e seus impactos na subjetividade e/ou no processo saúde-doença-trabalho dos professores. Dessa forma, foram estudos que trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento desta dissertação.

Quadro 3 - Trabalhos relacionados com a área da Psicologia selecionados por serem pertinentes à temática da autora

	TÍTULO DO TRABALHO	IDENTIFICAÇÃO	CONDUÇÃO DA PESQUISA	TEMA ABORDADO
01	(Semi)formação e relações de trabalho: uma análise das concepções de professores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul sobre a Educação Profissional	Dissertação de Mestrado em Psicologia, Urt (2015).	Abordagem multimetodológica, norteadas pela Teoria Crítica da Sociedade - Escola de Frankfurt.	Aspectos ideológicos presentes na avaliação de professores do IF sobre a Educação Profissional e suas concepções sobre esse tipo de educação.
02	Saúde-adoecimento e Trabalho no Instituto Federal de Alagoas	Dissertação de Mestrado em Psicologia, Barbosa (2018).	Pesquisa Quantitativa. Referencial teórico-metodológico com base no construcionismo social.	Relação entre os processos e os modos de organização do trabalho no IF e o adoecimento dos trabalhadores.
03	Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em docentes do Instituto Federal de Rondônia	Dissertação de Mestrado em Psicologia, Cavalcanti	Pesquisa quantitativa apoiada no Referencial Teórico do Campo da Saúde do Trabalho.	A síndrome de Burnout e sua associação com as estratégias de enfrentamento aos

		(2018).		estressores laborais em docentes do IF.
04	Estudo sobre os efeitos do processo de expansão do IFMA no trabalho e saúde de seus docentes	Dissertação de Mestrado em Psicologia, Rocha (2014).	Pesquisa qualitativa desenvolvida com apoio na Psicodinâmica do Trabalho.	Os desafios da expansão da Educação Profissional e suas repercussões na organização do trabalho e na saúde dos docentes do IFMA.
05	Entre travessias: a saúde do docente que trabalha num câmpus do interior no IFMA	Artigo científico da área de Psicologia, Cardoso e Ribeiro (2016).	Pesquisa qualitativa norteada pelo materialismo histórico dialético, pela Sociologia do Trabalho e pela Psicodinâmica do Trabalho.	Os impactos na saúde dos docentes no que se refere ao processo de expansão e interiorização do IFMA e a organização do trabalho.
06	Representações sociais de professores e gestores sobre "ser professor" no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Tese de Doutorado em Psicologia, Jardim (2018).	Teoria das Representações Sociais de Moscovici.	As representações sociais dos gestores e professores sobre "ser professor" no IFSP.
07	A subjetividade docente e o processo de implementação do ensino médio integrado no IFSP câmpus Barretos	Dissertação de Mestrado em Psicologia, Villela (2017).	Pesquisa qualitativa norteada pela Teoria das Representações Sociais de Moscovici.	Elementos da subjetividade docente que atravessam o processo de implementação do ensino médio integrado no IF.
08	A identidade docente de bachearéis da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Dissertação de Mestrado em Psicologia, Nunes (2015).	Estudo qualitativo orientado pela Psicologia Sócio-Histórica.	A constituição da identidade profissional de docentes no IF.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 3 cita as dissertações, teses e artigos produzidos no meio acadêmico-científico relacionados com a área da Psicologia e que foram pertinentes à temática deste trabalho de mestrado. A partir da análise desses estudos, foram verificados alguns pontos relevantes a serem destacados. Sendo assim, Urt (2015) apontou, em sua dissertação, que entre os docentes de um Instituto Federal surgiu tendência a uma adesão irrefletida ao pensamento ideológico vigente e às figuras de autoridade, o que pode contribuir para a manutenção das forças hegemônicas de dominação características do capitalismo. Além disso, sua pesquisa identificou aspectos que podem revelar contradição de posturas e pensamentos entre os trabalhadores docentes. Por exemplo, um pouco mais da metade (58%) dos professores acredita que a forma de organização do trabalho faculta atitudes de autonomia e possibilidades de expressar desejos e interesses; o restante da equipe discorda dessa

afirmativa. E, ainda, 54% dos entrevistados afirmam se sentir valorizados em seu ambiente de trabalho, enquanto 46% discordam disso. No entanto, a maioria dos participantes (75%) concorda que a docência no IF é gratificante e que se sente realizada profissionalmente.

A dissertação de Barbosa (2018) também se apresentou bastante pertinente a este estudo sobre o processo saúde-doença-trabalho docente nos IF. Identificou que, no Instituto Federal de Alagoas, no período de 2012 a 2016, dentre as 1.129 ocorrências de afastamentos para tratamento de saúde concedidos aos docentes efetivos, 22% (ou seja, 254 licenças) referiram-se ao CID-F Transtornos Mentais e Comportamentais. Esse número é considerado alto se comparado com os outros tipos de afastamento lançados. O segundo grupo de registros com maior incidência (12%) foi do grupo CID-Z, que se trata de “Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (exemplo: cirurgias plásticas e pós-cirúrgicos)”. Em terceiro lugar, registraram-se 11% de licenças do CID-M, que se referem a doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. Em seguida, foram 7% lançados no CID-O: gravidez, parto e puerpério. Dentre os Transtornos Mentais e Comportamentais (CID-F) que lideraram o *ranking* de afastamentos no IF pesquisado, a maior parte (128 casos, ou seja, aproximadamente 50%) refere-se a Transtornos do humor (afetivos). Em seguida, destacam-se os Transtornos neuróticos e transtornos relacionados ao stress.

A Síndrome de Burnout, por sua incidência cada vez mais frequente entre os docentes, não poderia deixar de receber a devida atenção. Desse modo, Cavalcanti (2018) dedicou seu mestrado acadêmico a este quadro de saúde no Instituto Federal de Rondônia. Os resultados encontrados mostraram um elevado percentual de docentes com essa síndrome (62,50%) já instalada e um percentual considerável de docentes com tendência ao desenvolvimento dela (17,50%). Em relação à identificação das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos docentes diante dos estressores laborais, os resultados da pesquisa mostram que a resolução de problemas, a reavaliação positiva, a aceitação de responsabilidade e o suporte social são as estratégias mais frequentemente utilizadas.

Rocha (2014) dedicou-se aos estudos no âmbito do Instituto Federal do Maranhão e destacou uma interessante contradição. Na percepção da autora, as condições de trabalho favorecem que os professores estimulem valores como competição, individualismo, empreendedorismo, tendendo a reproduzir posturas de dominação do sistema capitalista. E, antagonicamente, por meio de discursos, eles pregam o trabalho em equipe, respeito e colaboração entre os pares. Além disso, sua pesquisa indicou que o relacionamento com os alunos foi tido como extremamente prazeroso, sendo, muitas vezes, o que mantinha os

docentes presentes no trabalho e na instituição. Ainda no Instituto Federal do Maranhão, as autoras Cardoso e Ribeiro (2016) tiveram um enfoque diferente de estudos. Elas abordaram as diferentes estratégias para o enfrentamento das adversidades que envolvem as condições de trabalho docente. Entre outros apontamentos, o que mais se destacou foi a urgência de rompimento com a concepção naturalizante que favorece apontar o docente como o principal culpado pela sua não adaptação ao ambiente de trabalho.

A tese de doutorado de Jardim (2018) analisou as representações sociais dos professores e gestores sobre “ser professor” no IFSP. A aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) formou uma nuvem de palavras que indicou que “desafiador” é o termo que melhor descreve o que é “ser professor” no IFSP na visão dos docentes dessa instituição. Em seguida, os termos mais frequentemente citados foram: realização, dedicação, comprometimento, estabilidade, reponsabilidade, prazer, burocracia, dificuldade, cansaço.

Quanto ao trabalho desenvolvido por Villela (2017), os resultados evidenciaram a existência de discursos representativos de dois grupos distintos na Instituição, sendo um grupo formado por professores das disciplinas propedêuticas¹⁰ e outro grupo constituído por professores das disciplinas técnico-profissionalizantes. Revelaram-se representações, estando entre elas representações hierárquicas do saber, o que dificultaria o trabalho interdisciplinar entre tais grupos. A pesquisa apontou, também, dados que indicam que professores da área técnica tendem a estabelecer relações interpessoais minimizando a dimensão subjetiva, fato que pode diminuir a possibilidade de reflexão crítica acerca do trabalho docente e potencializar a possibilidade de resistência de atuar no trabalho em equipe. Já o docente do núcleo comum apresentou postura que valoriza o trabalho em equipe e postura aberta em relação à reflexão crítica da prática docente e ao reconhecimento da dimensão intersubjetiva no relacionamento interpessoal. Foi destacada a importância de aumentar as oportunidades de os profissionais terem maior autonomia em seu trabalho e, ainda, aumentar espaços de convívio entre os próprios professores visando estar mais integrados e fortalecendo a construção conjunta de projetos. Assim, são evidenciados espaços pedagógicos que ressaltem a intersubjetividade e favoreçam a coexistência e a compreensão da perspectiva do outro.

As discussões construídas por Nunes (2015) enfatizaram que as políticas identitárias são um reflexo das políticas institucionais que, por sua vez, são um importante determinante

¹⁰ Propedêutica é um termo que trata-se de ensinar previamente, seja um curso ou parte de um curso introdutório, um ensinamento preparatório, um aprendizado que proporcione conhecimentos mínimos. Neste estudo, utiliza-se o termo “propedêutico” para identificar docentes que ministram disciplinas de núcleos comuns, por exemplo português, geografia e biologia.

da identidade coletiva dos docentes e das identidades individuais dos professores. Foi ressaltado que não se pode falar de identidade docente sem levar em conta a história no seu movimento dialético, visto que as suas constituições como professores se dão dentro de um espaço e tempo específicos.

À medida que o Estado do Conhecimento foi se desenvolvendo, identificaram-se dois relevantes estudos que não foram encontrados utilizando os filtros definidos para a busca, mas localizados por outros meios de pesquisa. O primeiro estudo realizou uma consistente revisão da literatura, no âmbito da Educação Profissional, sobre o tema da subjetividade de docentes frente às mudanças no mundo do trabalho e seus desdobramentos acerca do adoecimento psíquico. Cortez et al. (2017) desenvolveram o estudo intitulado *A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente*, o qual faz uma análise de publicações do período de 2003 a 2016. Tal análise identificou que 30% dos estudos foram feitos pela Fonoaudiologia, 22% pela área da Psicologia, 14% pela Pedagogia, e o restante sendo dividido entre diversas áreas.

Os principais temas abordados pelas pesquisas foram: 32% sobre a qualidade de vida e saúde vocal; 22% sobre a precarização das condições de trabalho e estresse; 19% envolvendo subjetividade e trabalho; 12% abordando o adoecimento físico e mental; 7% sobre a promoção de saúde nas escolas; 4% tratando do poder público e políticas públicas e 4% sobre a Síndrome de Burnout. Quanto à condução das investigações, 38% apresentaram metodologia qualitativa e 36%, quantitativa; e ainda 17% utilizaram multimétodo. Em relação aos sintomas psíquicos, os autores afirmaram que nas pesquisas prevaleceram a exaustão emocional, nervosismo, estresse e insônia, Síndrome de Burnout, transtornos psíquicos e afastamentos do trabalho, prejuízos na criatividade e nos domínios socioemocionais, negação, despersonalização e sobrecarga de trabalho. Sobre os participantes das amostras, houve predominância de pesquisas entre professores do ensino básico de redes públicas e alguns no ensino superior (Cortez et al., 2017).

Pelos apontamentos dos estudos, os autores analisaram que “a massificação e precarização das condições de saúde e trabalho na Educação é abrangente, incidindo nos diversos níveis de escolarização, e impacta de forma semelhante a Saúde do Trabalhador docente nos diferentes níveis de ensino” (Cortez et al., 2017, p. 118). Em suma, foi traçado um retrato geral da saúde no trabalho docente, concluindo que “a intensificação da jornada de trabalho e a desarticulação das políticas que legislam sobre o tema perpetuam a construção de um ciclo de adoecimento físico e mental que implica sofrimento, desestruturação psíquica e

problemas vocais aos professores” (Cortez et al., 2017, p. 119). No entanto, fazendo uma análise dos títulos dos estudos abordados por aquela revisão bibliográfica, não foi identificado nenhum estudo sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), o que revela a pertinência e a importância do estudo aqui proposto.

O segundo estudo relevante, um artigo publicado em revista e escrito por Oliveira (2019), foi encontrado por meios de pesquisa diferentes dos filtros definidos por este Estado do Conhecimento. A autora realizou uma pesquisa no Instituto Federal de Goiás (que na época contava com 2.538 servidores) e o Instituto Federal Goiano (1.747 servidores), no período entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017. Então, de um total de 4.285 servidores, foi identificado que 855 deles (aproximadamente 20% do quadro de servidores) foram afastados do trabalho por algum motivo de saúde. Dentre o número total de afastamentos para tratamento de saúde, foram registrados 115 casos relacionados com questões de saúde mental, ou seja, 20% das ocorrências totais envolviam o adoecimento psíquico (CID-F).

Especificamente quanto ao IFG, durante os dois anos pesquisados, as mulheres adoeceram mais do que os homens, embora a diferença no tocante ao sexo dos servidores tenha sido bastante equilibrada. Os trabalhadores na faixa etária de 31 e 50 anos se afastaram muito mais do que os colegas de outras idades. A diferença entre o número de servidores docentes e de técnico-administrativos em educação afastados por CID-F foi pequena, indicando que ambos os cargos estão expostos, da mesma forma, ao risco de adoecimento mental. Com relação aos motivos, dentre as muitas síndromes psicológicas que acometeram os trabalhadores, identificaram-se, como principal motivo de afastamento, as síndromes depressivas com 32% do total, seguidas das síndromes maníacas, ansiosas e dos problemas mais diretamente relacionados ao trabalho, como transtorno de adaptação e stress. A pesquisa destacou, também, o fato de os impactos causados pelo adoecimento psíquico não serem mensuráveis, pois vão além dos dias de afastamento e dos índices de aposentadorias por invalidez. Esses impactos afetam as relações de trabalho, a produtividade, a motivação, começando antes dos afastamentos e indo muito além do retorno ao trabalho (Oliveira, 2019).

Além dessas pesquisas levantadas no Estado do Conhecimento, foram selecionadas outras de imensa relevância para a construção do trabalho científico aqui almejado. Entre os estudos desenvolvidos pela área da Psicologia, mas que não envolvem os IF e/ou a Educação Profissional, destaca-se a tese *Desgaste Mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização do fluxo escolar* defendida, em 2009, de

Renata Paparelli (Doutora em Psicologia). Já entre os estudos desenvolvidos por outras áreas que não a Psicologia, mas que têm como *locus* de pesquisa os IF e/ou a Educação Profissional, apontam-se a dissertação *A expansão da rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: implicações nas relações e condições de trabalho no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás* desenvolvida por Sandra Gomes Gonçalves, área de Serviço Social (2014); o artigo “A intensificação e precarização do trabalho docente nos Institutos Federais”, de Baccin e Shiroma, doutoras em Educação (2016); a tese de Elisângela Ferreira Floro, *Gerencialismo educacional e precarização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará*, doutora em Educação (2016); o artigo “O trabalho docente nos Institutos Federais no contexto de expansão da Educação Superior”, de Paula Francisca da Silva e Savana Diniz Gomes Melo, mestres em Educação (2018); e, por fim, a tese *Sofrimento, processos de adoecimento e prazer no trabalho: as estratégias desenvolvidas pelos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco na (re)conquista da sua saúde*, de Aline Brandão de Siqueira, doutora em Ciências Humanas (2015).

1.2 O percurso teórico envolvido no delineamento da pesquisa

Neste momento do trabalho, procurou-se expor os elementos centrais que estiveram envolvidos no delineamento teórico desta pesquisa. Portanto, serão apontados a relevância e justificativas de se estudar a temática do processo saúde-doença-trabalho docente nos IF; os principais autores que contribuíram para este trabalho; o problema norteador da pesquisa; as categorias mais centrais; e o quadro conceitual da análise.

Muito se ouve falar sobre saúde do professor e assim, ao longo de muitos anos, os aspectos que envolvem o desgaste mental e adoecimento mental dos professores têm sido objeto significativo de estudos, pois grande parte das pressões pela qualidade do ensino é canalizada em direção a eles. A repetição desse assunto nas produções acadêmicas atuais denuncia que, mesmo recebendo notável atenção, a discussão continua sendo necessária. Ainda se observa que as questões relacionadas ao adoecimento dos docentes constituem-se temas relevantes na atualidade devido ao contexto de reformas educacionais e tensões políticas em torno das escolas e universidades, as quais afetam as formas de organização, gestão e condições de trabalho nessas instituições, com reflexos significativos sobre a saúde mental daqueles trabalhadores.

Os trabalhadores docentes encontram entraves cada vez mais desafiadores, seja no âmbito das políticas educacionais, da gestão escolar, da formação continuada deficitária, da desmotivação dos alunos, da ausência de adesão da família, entre outros. Assim, são enormes as pressões e expectativas para que eles desenvolvam um trabalho de qualidade. Dessa forma, ressalta-se a importância de manter atenção à saúde dos educadores devido à relevância do papel que eles exercem. E, por ocupar um lugar de destaque, é que esses trabalhadores foram escolhidos para o estudo das relações sociais e condições de trabalho em que estão inseridos. A partir dessas reflexões, fica evidente a relevância social deste estudo.

No âmbito pessoal, um ponto que justifica o estudo desta temática é a oportunidade de a autora se aperfeiçoar profissionalmente a fim de refletir, junto aos educadores e gestores, sobre posturas e aspectos capazes de agravar a condição de saúde no trabalho e sobre possibilidades de se fortalecer frente às fontes de sofrimento mental, desgaste mental e adoecimento psíquico laboral. Como a pesquisadora responsável por este estudo trabalha em um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), entende-se que há contato diário com a questão. Foi assim que, no convívio com os trabalhadores, notou-se que as relações sociais e as condições de trabalho podem impactar a subjetividade e gerar desgaste mental nesses sujeitos. Além disso, por identificar relevante repetição de pesquisas sobre adoecimento docente, a pesquisadora pretende verificar de que forma este tema se desenha no órgão e na unidade escolar onde ela atua. Ressalta-se que todos os trabalhadores do órgão, devido ao ambiente laboral em que estão inseridos, podem vivenciar processos adoecedores. No entanto, foi escolhida como recorte a categoria trabalhadores docentes por estarem mais próximos da atividade-fim da unidade de ensino.

Ao se pensar na relevância política desta pesquisa, é possível avaliar que o resultado final deste estudo pode proporcionar olhares mais críticos sobre os impactos nas instituições de ensino causados por transformações na estrutura do aparelho do Estado, reformas educacionais, intensificação e precarização do trabalho, prática do gerencialismo que tem sido incorporada a partir da cultura empresarial e competitiva de administração do trabalho. Tais impactos nas relações de trabalho parecem se agravar, principalmente, para os professores das instituições públicas de ensino devido à diversidade humana e ao pluralismo cultural ali encontrado. Em suma, reforça-se que esta pesquisa poderá fortalecer os indivíduos frente a uma lógica da organização do mercado de trabalho, que, por natureza assediadora, apresenta tendência de levar os trabalhadores a ir além do seu limite subjetivo.

Para além disso, acredita-se na relevância acadêmica e científica das reflexões desenvolvidas aqui, visto que elas poderão contribuir com os profissionais e entidades que se interessem pelo assunto, acrescentando conhecimento científico às discussões já disponíveis nas bases de dados acadêmicas. Embora ainda seja restrita a quantidade de produções sobre a presente temática no âmbito dos Institutos Federais (que apresentam características e delineamentos particulares), ao ampliar o quadro de produções acadêmicas e buscar superar lacunas que possam existir, serão potencializadas as possibilidades de profissionais da Psicologia, e equipes multidisciplinares, traçarem ações mais assertivas de promoção de saúde e gestão de pessoas a partir de perspectivas críticas e, ainda, intervenções mais consistentes junto aos gestores da unidade escolar.

Com a finalidade de esclarecer a partir de qual visão de mundo o processo saúde-doença-trabalho dos professores dos IF foi estudado e abordado por esta investigação, apontam-se os autores que subsidiaram o quadro conceitual da análise e indicam-se as categorias fundamentais na construção do cenário teórico em torno da temática. Reforça-se que este estudo partiu do trabalho como categoria central para a observação do movimento de tornar-se humano e para a análise do ser social. Assim, foi mantido ancoramento em Marx (2017) e Lukács (2007, 2013).

Já Alves (2011), Antunes (1999, 2011), Gaulejac (2007) e Heloani (2003) foram estudiosos que contribuíram para as discussões sobre a categoria trabalho, as relações de trabalho e as formas como essas relações se expressam no contexto do sistema capitalista vigente, que domina, manipula e reordena o mundo do trabalho e as formas de organização das atividades laborais. Esses autores também contribuíram com temáticas como: crise orgânica do capital, reestruturações produtivas e reforma do Estado, o desmonte do Estado de bem-estar social e a hegemonia do modelo neoliberal de organização social, o desemprego estrutural e a informalidade das relações trabalhistas e, ainda, a adoção do modelo gerencial na administração.

Buscou-se compreender, ainda, a partir desse quadro teórico, as formas pelas quais o capital, num quadro de crise estrutural, se reorganiza no sentido de restabelecer suas taxas de lucro e de recompor sua hegemonia, agindo sobre a subjetividade do conjunto da classe trabalhadora a fim de produzir o consentimento ativo. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender de que forma esta reorganização intensifica e precariza as relações de trabalho e de que maneira os modelos flexíveis de produção expressam essa dinâmica. Ressalta-se que essas são questões impossíveis de serem dissociadas do debate acerca das repercussões para

subjetividade. Aqui se apoia também em Mancebo (2007), Coutinho (2009), Ribeiro e Leda (2016).

Com a finalidade de se apreender de que maneira a reorganização do mundo do trabalho e as reformas do Estado atingiram o sistema educacional, a gestão escolar e o trabalho docente, no que diz respeito às relações sociais, às condições do ambiente laboral e aos processos de trabalho, recorre-se a Mészáros (2007), Mancebo (2007), Codo (1999), Patto (1990), Oliveira (2004), Rossler (2014) e Dias Júnior, Linhares e Souza (2015). E quanto às questões sobre as metamorfoses das relações de trabalho e suas repercussões para o sistema educacional, no que se refere também às particularidades da Educação Profissional, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dos docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), exploram-se os estudos de Silva e Melo (2018), Dominik (2017), Araújo (2018), Baccin e Shiroma (2016), Cordão e Moraes (2017), Floro (2015) e Gonçalves (2014).

Independente de qual seja o ambiente de trabalho, é fato que as metamorfoses do mundo do trabalho, impulsionadas pelo sistema capitalista, manipulam a subjetividade¹¹ dos indivíduos de tal maneira que a temática da subjetividade é indissociável das reflexões que envolvem saúde mental e adoecimento dos trabalhadores. Com a finalidade de se aprofundar sobre isso, buscam-se subsídios teóricos principalmente a partir de Laurell (1989), Minayo (1988, 2008), Sato (1993, 1996, 2002), Seligmann-Silva (1986, 1997, 2003, 2007), Neves, Seligmann-Silva e Atayde (2004), Sato e Bernardo (2005). Mais especificamente quanto à categoria desgaste mental, foram estudadas as obras de Seligmann-Silva (1994, 2011), Paparelli (2009), Paparelli, Sato e Oliveira (2011), Sato (1995) e Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010).

Com base nesta mesma temática de saúde/adoecimento psíquico laboral, alguns autores dedicaram-se ao ambiente escolar e às atividades docentes, como: Cortez et al. (2017), Esteve (1999), Paparelli (2009). Ao ser selecionados os estudiosos que discutiram a saúde/adoecimento relacionado ao trabalho, em ambientes escolares ainda mais particulares, como a Educação Profissional e os Institutos Federais, têm-se: Barbosa (2018), Cardoso (2015), Gonçalves (2014) e Cavalcanti (2018).

Alguns autores foram imprescindíveis para se compreender de que forma o campo da saúde do trabalhador lida com a saúde laboral e os processos de adoecimento relacionados com o ambiente profissional. Entre eles, destacam-se Sato (1996, 2002), Lacaz (1996, 2007),

¹¹ O termo manipulação da subjetividade remete a uma categoria desenvolvida por Roberto Heloani.

Minayo e Costa (1997). E, por fim, ressalta-se a obra de Coutinho, Bernardo e Sato (2017), relevante para se dialogar sobre o processo teórico deste estudo com as contribuições da Psicologia Social e da Psicologia Social e do Trabalho.

Todos os autores citados acima auxiliaram na composição do quadro conceitual desta análise, apoiando a apreensão e a investigação das categorias centrais que permeiam o contexto do sofrimento mental e outras formas de adoecimento psíquico decorrentes do trabalho docente dentro da Educação Profissional, e mais especificamente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estudar tais autores e categorias permitiu delinear um percurso teórico que visa, sobretudo, responder à seguinte questão norteadora: Quais os modos pelos quais os docentes de um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) subjetivam seu desgaste mental decorrente do trabalho e em que medida internalizam significados e sentidos do seu trabalho, as percepções sobre si como trabalhadores e as relações de trabalho nesse ambiente laboral?

Um dos elementos centrais que está presente no desenvolvimento deste estudo é a Reestruturação Produtiva, que se trata do movimento de posição e (reposição) das formas sociais de organização e gestão da produção, a partir do qual o capital busca novas formas de organização das relações de trabalho, visando ampliar os lucros e manter sua dominação. As reestruturações produtivas ocorrem em um contexto no qual o capital vivencia crises e precisa buscar meios de superá-las (Alves, 2011). A estrutura societária do capital, desde a década de 1970, vem se constituindo por uma dessas crises que tem afetado desde os meios de produção até o conjunto completo da vida social e, conseqüentemente, a subjetividade dos indivíduos sociais. Ela se caracteriza por uma crise de caráter estrutural por revelar a incapacidade de o capital retomar seu potencial de crescimento e de acumulação e, também, por evidenciar o esgotamento da própria promessa civilizatória do capital, ou seja, o esgotamento das possibilidades da continuidade da humanidade frente ao caráter destrutivo do sistema capitalista (Mészáros, 2009).

Devido a essa reestruturação produtiva, o mundo do trabalho vem passando por inúmeras mudanças significativas que trazem sérias repercussões para toda a classe trabalhadora. Os maiores impactos puderam ser sentidos no que tange ao aumento da exploração do trabalho e à deterioração gradativa dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Esse processo se reflete em todos os espaços sociais e não é diferente com o campo educacional, uma vez que “[...] a Educação é funcional ao capital, como qualquer

outro tipo de mercadoria, tornando-se assim uma mediação poderosa para reprodução do sistema geral do capitalismo” (Leda, 2009, p. 97).

As metamorfoses que o mundo do trabalho vivencia ultrapassaram os muros das instituições de ensino, proporcionaram terreno fértil para novas políticas educacionais, que implicaram modificações na organização do trabalho docente e da gestão escolar. De tal maneira, tornou-se possível notar que, nas últimas décadas, o trabalho docente tem se complexificado consideravelmente. Surgiram debates e reformas na dinâmica das avaliações estudantis, nas metodologias de ensino, nos planos curriculares, nos planejamentos, nos papéis das figuras de hierarquia, nas avaliações de competências, entre outros. O trabalho do docente, que se concentrava mais nas atividades de regência, foi reestruturado, passando a englobar participação e responsabilidades com os projetos e planejamento acadêmicos, discussões e decisões coletivas sobre diretrizes, ações e gestão de ensino (Oliveira, 2004).

Tais aspectos vêm compondo e acirrando um quadro de intensificação e precarização do trabalho docente que pode implicar enfraquecimento da sensação de pertencimento da categoria profissional, concorrência entre pares, queda dos níveis de comprometimento e satisfação profissional, autorresponsabilização e autoculpabilização, seja pelo desempenho dos estudantes ou de si mesmo (Silva & Melo, 2018).

De acordo com Ribeiro e Leda (2016), o docente

[...] é cooptado por essa lógica produtivista, quase não vive mais sem o trabalho intensificado; transforma-se, não raramente, em um algoz de si mesmo e de seus pares. Alterna sentimentos de prazer e empolgação com sentimentos de angústia e impotência no seu exercício profissional. Está imerso em um cotidiano laboral que não necessariamente produzirá números oficiais de afastamentos por problemas de saúde no trabalho, mas que, indiscutivelmente, revela-se potencialmente gerador de sofrimento e adoecimento. (p. 114)

É importante destacar que o número de afastamentos pode não conseguir refletir a realidade do quadro de adoecimento psíquico no trabalho. Podem haver motivos pelos quais os professores não busquem por acompanhamento médico e psicológico, estando, entre eles, o presenteísmo, que, geralmente, apresenta relações com o estresse, sobrecarga de trabalho, falta de identificação e condições de trabalho exaustivas.

1.3 O processo metodológico escolhido para a investigação

Registra-se, neste tópico, qual foi o procedimento metodológico escolhido para realizar esta investigação. Dessa maneira, delimitou-se o objeto de estudo e foram

apresentados o campo a ser investigado, o tipo de estudo, os participantes, os instrumentos de coleta de informações, os procedimentos adotados e como as informações serão analisadas.

Em termos metodológicos, esta pesquisa está norteada pelos princípios do materialismo histórico dialético. Será mantida a perspectiva de que a realidade é um produto da ação humana, portanto, constitui-se pela dimensão de historicidade. Tem-se como princípio, no processo de apreensão, uma perspectiva totalizante, buscando apreender a particularidade do objeto no interior de uma totalidade social. Para tanto, busca-se desenvolver análises que apreendam a realidade do objeto no conjunto multideterminado das conexões concretas estabelecidas entre indivíduo, sociedade, cultura, política, economia e Educação. É com esta proposta que o presente trabalho buscou construir um olhar para a totalidade do universo em que estão inseridos os docentes, ancorando-se na trajetória histórica das condições de trabalho que envolvem esses sujeitos, nas políticas educacionais e nos aspectos econômicos e culturais pertinentes a esse contexto. Além do materialismo histórico dialético como referência teórica que contribuiu para fundamentar a discussão, utilizou-se a “Psicologia Social do Trabalho” proposta por Coutinho, Bernardo e Sato (2017).

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica¹² do tipo qualitativa, por ser considerada, pelos autores explorados neste arcabouço teórico, a epistemologia mais adequada para abordar a complexidade da subjetividade. Minayo (2008) corrobora isso discutindo que há questões que, por sua natureza, não podem ser operacionalizadas em números e variáveis, mas não significa que não possam ser experimentadas, pesquisadas e conhecidas. A abordagem quantitativa pode auxiliar a quantificar dados e enriquecer estudos, mas existe o risco de perpetuar uma visão positivista e limitadora da realidade que, ao exaltar o predomínio de fatos objetivos e mensuráveis, pode perder a noção da totalidade social e a riqueza da contradição. A autora complementa dizendo que as pesquisas qualitativas podem ser compreendidas como "aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas" (p. 48).

12 Quanto à sua natureza, a pesquisa básica é uma pesquisa que não visa à aplicabilidade imediata dos resultados, como é o caso da pesquisa aplicada. A aplicação prática não é prevista diretamente, embora contribua para o acúmulo de conhecimentos e informações relevantes que podem levar eventualmente a resultados que sejam aplicados. Visa “criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido”. A pesquisa científica pura, também chamada de teórica ou básica, “permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento”, diz Minayo (2002, p. 52).

Em suma, enquanto na pesquisa quantitativa mensuram-se a intensidade, a frequência e/ou quantidade e os resultados são gráficos e números; na pesquisa qualitativa enfatizam-se a qualidade, a profundidade e as descobertas a partir de fenômenos, valorizam-se a interpretação, o processo e o seu significado e os resultados são ideias e textos, sendo ricos em conclusões e reflexões que tentam abarcar a complexidade da sociedade envolvida no *locus* da pesquisa (Minayo, 2008).

Sabe-se que é preciso delimitar o objeto do estudo para que se possa aprofundar as análises de uma forma mais eficaz e assertiva. Sendo assim, a abordagem deste estudo parte de um universo mais geral de trabalhadores docentes da Rede Federal de Ensino e mantém foco nos professores efetivos pertencentes ao regime de dedicação exclusiva de um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Conforme se observou anteriormente, os Institutos Federais possuem características bastante particulares, que os fazem diferir da realidade dos demais profissionais de ensino de instituições federais.

O campo de investigação escolhido foi um câmpus localizado na região metropolitana da capital do estado. Ressalta-se que qualquer câmpus poderia ter sido selecionado, independentemente do tamanho da unidade de ensino e do número de servidores, na medida em que as pesquisas qualitativas valorizam mais a qualidade e a profundidade das análises, com uma quantidade menor de participantes, do que estudar um grupo numeroso de indivíduos.

Inicialmente, o câmpus pesquisado se estabeleceu em uma sede provisória. Houve relevantes situações político-econômicas que culminaram no atraso da entrega da obra da estrutura predial definitiva. Na tentativa de contornar a limitação de espaço físico e visando ampliar a oferta de vagas, algumas aulas foram ministradas em estruturas provisórias, como salas de aula modulares¹³ e laboratórios móveis¹⁴ para as disciplinas que necessitavam de atividades práticas. No momento da pesquisa, o câmpus contava com uma equipe de 35 docentes em seu quadro funcional permanente. Antes da existência deste câmpus, aproximadamente metade destes servidores já trabalhava em outras unidades do IFG, tendo sido transferida ao longo dos anos para a unidade em questão. As transferências ocorriam à medida que o interesse dos trabalhadores coincidia com as necessidades da administração. Durante a realização da pesquisa, este câmpus atendia, aproximadamente, 400 alunos.

13 Salas de aula modulares são estruturas provisórias construídas a partir de módulos desenvolvidos especificamente para as atividades acadêmicas. As paredes são construídas com placas de madeira mineralizada.

14 Laboratórios móveis são estruturas planejadas dentro de um baú de carga de caminhão e o espaço é equipado com pontos de internet, TV de LCD, energia elétrica, água, circuito pneumático, armários, bancadas e ar condicionado.

A amostra foi composta por cinco trabalhadores(as) docentes pertencentes ao quadro efetivo da instituição de ensino. Foram escolhidos como critérios para inclusão no estudo: 1) que fosse servidor(a) docente concursado(a); 2) que fosse servidor(a) que não estivesse afastado(a) para estudos ou por interesse particular; 4) que tivesse jornada de trabalho de dedicação exclusiva; 5) que pertencesse ao órgão há mais de seis meses. Também foram considerados, na seleção de participantes da equipe de professores(as), os seguintes critérios de exclusão: 1) servidores(as) técnico-administrativos; 2) servidores com carga horária de 20 horas semanais ou de 40 horas sem dedicação exclusiva; 3) trabalhadores(as) temporários(as), substitutos(as).

Quanto ao perfil socioprofissional dos participantes docentes, identificou-se que são 3 mulheres e 2 homens, sendo 3 casados(as), e apenas 1 deles não tem filhos(as). Dos participantes, 4 têm idade entre 40 e 50 anos, e 1 tem entre 30 e 40 anos. Quanto à formação acadêmica, são 4 mestres(as) e 1 doutor(a). Todos são docentes efetivos com jornada de trabalho semanal de 40 horas com Dedicação Exclusiva ao IFG. E sobre a faixa salarial, todos os participantes têm remuneração acima de R\$10.000,00. Destaca-se que foram escolhidos nomes fictícios a fim de garantir sigilo ao(a) entrevistado(a).

Quadro 4 - Perfil socioprofissional dos participantes docentes entrevistados

Participantes	Gomes	Aguiar	Farias	Freitas	Moura
Trabalha no IFG desde:	2014	2012	2011	2014	2015
Trabalha no câmpus pesquisado desde:	2014	2014	2015	2014	2015
Carga horária semanal cumprida no câmpus:	20 horas	50 horas	20 horas	30 horas	14 horas
Carga horária semanal cumprida fora do câmpus:	20 horas	-	20 horas	20 horas	-
Níveis de ensino que ministra aulas atualmente:	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio e superior	Ensino médio
Modalidades que ministra aulas atualmente:	Presencial e EJA	Presencial	Presencial e EJA	Presencial	Presencial e EJA

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 4 apresentou um mapeamento de informações referentes ao perfil profissional dos participantes e das atividades laborais que eles executam no câmpus e fora

dele. Nota-se que 2 docentes já faziam parte da instituição de ensino antes da instauração do câmpus pesquisado, trazendo vivências de outros ambientes laborais do IFG. No entanto, ressalta-se que todos possuem, no mínimo, 5 anos de atuação no câmpus. Além disso, 4 dos entrevistados atuam em mais de um nível e modalidade de ensino simultaneamente. E a outra participante (Aguiar) que não se encaixa neste perfil deve-se ao fato de estar atualmente lotada em cargo de gestão.

Então, para desenvolver a presente pesquisa, foram utilizados como instrumentos os roteiros para entrevistas semiestruturadas e os diários de campo. Os roteiros que norteiam as entrevistas foram desenvolvidos a partir do quadro teórico estabelecido e incluem questionamentos que abordam a subjetividade do docente, seu trabalho, as condições sob as quais este trabalho se organiza e as relações interpessoais. Os diários de campo foram redigidos durante a coleta de informações mediante a observação no local pesquisado, sendo de uso exclusivo da pesquisadora.

Em termos procedimentais, a pesquisa foi desenvolvida em quatro momentos: Estado do Conhecimento; análise documental; coletas de informações a partir de entrevistas semiestruturadas e diários de campo; e análise e discussão dos resultados. O primeiro momento consistiu em um estudo de caráter bibliográfico sobre o tema, que contribuiu para o levantamento de informações de como o assunto tem sido abordado pela comunidade acadêmico-científica e auxiliou na identificação de quais os avanços e lacunas ainda existem acerca do adoecimento docente nos IF.

O segundo momento envolveu a análise documental, na qual foram abordados legislações, regulamentos e normativas que amparam e direcionam as ações institucionais. E documentos referentes às políticas internas de setores que atuam com a gestão de pessoas, com a assistência à saúde dos(as) servidores(as) e com o Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). Embora a análise documental seja um instrumento de grande relevância, existem críticas de que os documentos analisados podem ser amostras não representativas dos fenômenos estudados, podendo revelar aspectos apenas de parte da população (Lüdke & André, 1986).

A análise documental é, pois, uma técnica exploratória de documentos que pode complementar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta de informações, além de buscar evidências, criar ou fundamentar hipóteses do(a) pesquisador(a) e ainda revelar novos aspectos de um tema. No geral, os documentos podem ser oficiais (leis, regulamentos, memorandos), técnicos (atas, planejamentos acadêmicos, arquivos escolares) e

peçoais (como cartas e autobiografias). Quanto aos procedimentos metodológicos da análise documental, o primeiro passo é selecionar o tipo de documento (oficial, técnico, pessoal, ou uma combinação deles). Essa seleção não é aleatória e deve ser guiada por propósitos e/ou hipóteses. Em seguida, é feita a análise do conteúdo do documento, havendo variações nas formas de tratar estes registros (análises temática, análises de construções e estruturas da comunicação) e no enfoque da interpretação (priorizando aspectos políticos, psicológicos, literários, filosóficos, éticos, entre outros). O próximo passo é a forma de organizar os registros, que vai culminar na construção de categorias ou tipologias. Deve-se indicar o tipo de fonte da informação, os tópicos ou temas tratados, o momento e o local das ocorrências. Para isso, fazem-se anotações à margem do próprio material analisado, utilizam-se esquemas e diagramas, catalogando-se em um computador. Assim, forma-se um conjunto inicial de categorias, que vai ser modificado ao longo do estudo devido a uma constante construção entre teoria e empiria, originando novas concepções e conclusões (Lüdke & André, 1986).

Com base nesses pressupostos, para este estudo, a autora utilizou documentos oficiais e técnicos, não sendo abarcados documentos do tipo pessoal. A seleção desses documentos foi orientada pelo propósito de explorar as condições do trabalho docente, as formas de organização dessa atividade laboral, as políticas de gestão, as ações de promoção da saúde, as políticas educacionais que perpassam a atuação da instituição. Para o tratamento e a análise do conteúdo dos documentos, foram utilizadas análises categoriais, buscando evidenciar seus aspectos sociais, políticos e psicológicos.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), houve um terceiro momento do estudo, paralelo à análise documental, que consistiu em investigar os sujeitos envolvidos na realidade pesquisada. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os docentes e gestores(as). Os(as) participantes foram selecionados(as) por meio dos critérios de inclusão aqui estabelecidos, sendo convidados(as) para a participação no estudo através de contato telefônico, e-mail ou mesmo presencialmente. Após o aceite expresso verbalmente pelos(as) servidores(as), foi agendado um encontro presencial e individual. Na ocasião, alguns aspectos foram esclarecidos pela pesquisadora, como os objetivos do estudo, o aspecto confidencial e sigiloso das informações fornecidas. O TCLE foi lido e explicado, acompanhado da assinatura de consentimento do(a) participante. A seguir, foi aplicado o Roteiro de Entrevista Semiestruturada. O processo de investigação, que incluiu a aplicação do roteiro de entrevista, teve a duração média de 60

minutos. Os encontros com os(as) participantes foram gravados em áudio e as entrevistas foram transcritas de forma literal, para posterior análise das informações.

Todas as adversidades e apontamentos, ao longo da coleta de informações, foram registradas pela pesquisadora em seu diário de campo, que é de uso pessoal e intransferível. De acordo com Triviños (2015), o “diário de campo” ou as “anotações de campo”

[...] podem conter todas as observações e reflexões que realizamos sobre as expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas. Neste sentido, as anotações de Campo podem referir-se, principalmente, às entrevistas individuais e coletivas e a observação livre. (p. 154)

Já a técnica da entrevista é “tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo” (Minayo, 2008, p. 261). No intuito de esclarecer os motivos de utilizar entrevistas semiestruturadas para abordar os sujeitos da pesquisa, recorre-se a González-Rey (2005), o qual discute que a metodologia escolhida deve acompanhar a construção teórica do problema da pesquisa. Sabendo que aqui se pretende investigar a subjetividade dos trabalhadores docentes, a técnica da entrevista é um instrumento que se mostra bastante adequado para apreender as produções subjetivas sobre o ambiente laboral a partir de estruturas universais contidas em um sujeito transcendental.

A partir desse contato dialógico com os participantes, foi possível acessar uma ampla trama social, pois o(a) entrevistado(a), ao se engajar em sistemas conversacionais, revela elementos que permitem à pesquisadora apreender os processos subjetivos que essa pessoa vive e elabora. Dessa forma, ressalta-se que a comunicação, o diálogo, é uma condição para estudar o aspecto subjetivo individual e social. Isso porque, ao explorar o universo singular de um indivíduo, compreender as consequências de uma organização social sobre este indivíduo, analisar como essas estruturas e sistemas institucionais aparecem na subjetividade, investigam-se simultaneamente tanto a organização individual quanto a organização dos diferentes espaços sociais em que o sujeito está inserido. Conclui-se, então, que a sociedade tem uma dimensão subjetiva que não é apenas a soma das individualidades, mas é uma produção que acontece a partir dos processos imaginários e relacionais que acontecem nos espaços sociais. Assim, o mundo subjetivo de apenas uma pessoa informa sobre o mundo subjetivo dos cenários sociais de um grupo de pessoas ou de uma comunidade, revelando seus nexos com a organização de uma instituição social (González-Rey, 2005).

Por fim, o quarto momento de desenvolvimento do estudo envolveu a análise e discussão das informações coletadas ao longo desta pesquisa. Foi uma etapa de confrontar a

revisão da literatura, as informações coletadas, as observações relatadas no diário de campo e os conteúdos e categorias levantadas a partir da análise documental.

Como instrumento de análise de dados, realizou-se uma abordagem de triangulação de dados. Segundo Minayo (2008), a triangulação “pode ser compreendida como uma dinâmica de investigação que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que atores diferenciados constroem sobre todo o projeto” (p. 361). Compreende-se que a triangulação mantém, como seu ponto de partida, a “qualidade dos fenômenos, dos processos e dos sujeitos sociais, marcados por estruturas, relações e subjetividade, culturalmente específicas de classes, grupos e segmentos profissionais, gênero, etnia e idade” (Minayo, 2008, p. 367).

CAPÍTULO II

2 A SAÚDE DO TRABALHADOR, O DESGASTE MENTAL E OUTROS PROCESSOS DE ADOECIMENTO PSÍQUICO DECORRENTES DO TRABALHO

Este capítulo aborda questões importantes sobre o campo da Saúde do Trabalhador, da Psicologia Social do Trabalho e do processo saúde-doença-trabalho. A partir daí, busca-se discutir sobre os adoecimentos psíquicos laborais que acometem com maior frequência os trabalhadores docentes, como quadros de depressão e de ansiedade, e a Síndrome de Burnout. No que se refere ao desgaste mental, categoria central deste trabalho, foram destacadas e examinadas as categorias de análises mais pertinentes ao estudo do processo saúde-doença-trabalho docente do Instituto Federal de Goiás. As categorias de análises auxiliaram na apreensão, por meio dos depoimentos de professores do IFG, do modo como se caracterizam os processos de desgaste mental e de adoecimento psíquico laboral neste órgão.

2.1 O campo da Saúde do Trabalhador

A Lei n.º 8.080 (1990) define como Saúde do Trabalhador:

[...] o conjunto de atividades que se destina, através de ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas¹⁵ (CREPOP, 2018), “a Saúde do Trabalhador configura um campo de saber e de práticas que demandam da Psicologia uma atuação sobre o trabalho e sobre as estruturas e processos que o organizam, a partir do *locus* dos serviços públicos de saúde” (p. 16).

De acordo com Machado (2015) e corroborado por Coutinho, Bernardo e Sato (2017), o campo da Saúde do Trabalhador emergiu trazendo uma postura contra-hegemônica incorporada a partir das abordagens das Ciências Sociais (incluindo a Psicologia Social), da Medicina Social Latino-Americana e da Saúde Coletiva. Machado (2015) esclarece que, ao

¹⁵ O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) criou um documento de referência para a atuação dos psicólogos na Saúde do Trabalhador para auxiliar na construção de uma Psicologia comprometida como prática transformadora e crítica. O instrumento constitui-se como um conjunto de conceitos e informações sobre as possibilidades de atuação para auxiliar na condução de debates e reflexões. E pretende ser um “dispositivo de promoção da Saúde, da dignidade e da realização humana também na esfera social da produção econômica (CREPOP, 2018, p. 9).

longo dos anos, foram surgindo incisivas críticas tecidas sobre a Medicina do Trabalho e sobre a Saúde Ocupacional, o que possibilitou um contexto fértil para o surgimento do Campo da Saúde do Trabalhador. Paparelli (2009) discute que a Saúde Ocupacional lança um olhar sobre o indivíduo construindo diagnóstico e tratamento a partir de uma visão positivista na qual pesam, sobretudo, os conceitos da Medicina do Trabalho e da Engenharia de Segurança. Dessa maneira, o foco são as doenças e os acidentes de trabalho. Acredita-se que seja importante empenhar maior atenção para a subjetividade do trabalhador, para o sofrimento psíquico, para o desgaste mental e outras formas de prejuízo à saúde laboral.

Paparelli (2009) critica que a Saúde Ocupacional é o discurso que ainda impera hegemonicamente quando o assunto é o tripé saúde-doença-trabalho. Em contraposição a esse movimento hegemônico, é possível ver emergir o campo da Saúde do Trabalhador, que busca trazer o sujeito trabalhador para o centro da relação saúde-doença-trabalho, além de voltar seus esforços para ampliar conhecimentos sobre as transformações do mundo do trabalho, a forma que ele vem se organizando e de que forma isso incide sobre a saúde do trabalhador.

Segundo Machado (2015), nota-se que, “[...] para a compreensão da relação trabalho-saúde/doença como processo, o mais importante é o ser humano comparecer como sujeito, como alguém com condições e instrumentos para interferir no que lhe causa sofrimento” (p. 71). A Saúde do Trabalhador reconhece o sujeito que trabalha como agente de mudanças carregando experiências e saberes e com capacidade de buscar desenvolver estratégias de enfrentamento seja de desgastes, de mal-estar e/ou de adoecimentos. Compreende-se, assim, que os sujeitos possuem potencialidades para transformar o trabalho e seus processos.

O Crepop (2008), após discorrer sobre os aspectos legais do campo da Saúde do Trabalhador, a atuação e a formação do psicólogo, aspectos éticos e políticos, finaliza reforçando a importância de “[...] articular o mundo do trabalho, contexto, condições e relações de trabalho e suas repercussões na saúde dos trabalhadores, evitando explicações de cunho individualista e culpabilizante para fenômenos que se apresentam coletivos e de cunho essencialmente social” (p. 48).

Sendo assim, será com a atenção voltada para a subjetividade do trabalhador e alicerçada nos pressupostos do campo da Saúde do Trabalhador que a presente pesquisa busca destacar os elementos que podem estar presentes nas formas de organização do trabalho docente, constituir-se como fontes laborais de tensão, provocando desgaste mental e outras formas de adoecimento psíquico.

Seligmann-Silva (2007) esclarece que se distanciou da expressão “Psicopatologia do Trabalho” e passou a adotar o termo “Psicopatologia no Trabalho” para ressaltar que quem sofre e/ou adocece é o ser humano que trabalha, e não o trabalho. Ela destaca que um ponto importante deste seu posicionamento foi a percepção de que “[...] nos estudos de psicopatologia, historicamente, sempre houve obscurecimento do papel que é desempenhado, na gênese de transtornos mentais, pelas condições de trabalho e por certos modos de obter incremento de produtividade” (p. 64).

A autora ainda complementa que age em oposição a correntes hegemônicas da psiquiatria que buscam ocultar que tratam o sofrimento mental como um fato particular, privado e vergonhoso. Ressalta que é possível que esta mesma tendência hegemônica esteja presente tanto nessa área de atuação quanto em outras ciências, como a Psicologia. Sendo assim, acredita-se que as áreas de conhecimento que envolvam a saúde do trabalhador precisam reforçar a necessidade de sair do âmbito particular e individual para tomar consciência dos danos coletivos. E sempre busca evidenciar que os geradores desses danos, sejam individuais ou coletivos, foram as forças próprias do sistema de organização do capital que promovem condições sociais/laborais adoecedoras (Seligmann-Silva, 1994).

Dessa forma, fazem-se necessárias abordagens que incentivem tratar a saúde do trabalhador a partir de um coletivo. Acredita-se que contribuir para qualquer tipo de associação do sofrimento mental no trabalho a problemas orgânicos e/ou individuais, sem a devida postura e avaliação crítica da realidade, pode atuar no sentido de reforçar os interesses do capital e favorecer movimentos hegemônicos. Tais instâncias tendem a negar que a saúde mental do trabalhador é fortemente impactada pela reorganização das condições e relações de trabalho que surgem a partir do movimento próprio do sistema capitalista (Seligmann-Silva, 1994).

Além disso, a autora defende que atuar no âmbito da saúde laboral visando fortalecer a interação social dos trabalhadores é capaz de potencializar mecanismos de estratégias coletivas defensivas que podem ser válidas para amenizar o sofrimento mental, protelar a ocorrência de transtornos mentais, isto é, preservar a saúde mental. No entanto, nem estratégias de defesa coletivas, nem os mecanismos de defesa individuais são métodos duradouros, já que o acúmulo de desgastes cotidianos e/ou a soma de circunstâncias presentes no ambiente do trabalhador conseguem romper com esses mecanismos de defesa (Seligmann-Silva, 2007).

Ao aproximar essas reflexões do objeto de estudo desta pesquisa, compreende-se que é urgente mobilizar ações que promovam a coesão entre os trabalhadores docentes, possibilitando o fortalecimento da sensação de pertencimento, identificação social e valorização profissional, que, naturalmente, tangenciam questões como o sentido e o significado do trabalho. Ou seja, o aquecer de interações sociais é capaz de impactar, em alguma medida, a construção social do significado do trabalho docente e, logo, a constituição individual do sentido do trabalho para cada professor. E estando diretamente ligado a isso, ainda poderiam haver impactos sobre a saúde mental do professorado.

Apoiando nesses pressupostos, avalia-se que a promoção de oportunidades de convivência e diálogo entre trabalhadores docentes (ou qualquer outro agrupamento de trabalhadores) contribuiria para a composição de um grupo de trabalho mais harmônico. Isso porque em uma equipe com maior riqueza de interações sociais, provavelmente, seriam maiores as potencialidades de se debater e, talvez, acolher as diferenças e desigualdades (que em grande parte são promovidas pelo capitalismo), estimulando as lutas sociais como unidade mais coesa.

2.2 A Psicologia Social do Trabalho

Com a finalidade de se compreender sobre as práticas, limitações e contribuições da Psicologia Social do Trabalho frente a essa reorganização do mundo do trabalho, faz-se relevante esclarecer alguns pontos que se referem à historicidade dessa área de conhecimento da Psicologia. Historicamente, a Psicologia inseriu-se no mundo do trabalho no início do século XX, no período de expansão das indústrias, com o propósito de atender aos interesses capitalistas. A denominada Psicologia Industrial, e posteriormente Psicologia Organizacional, firmou-se e ampliou seu campo de atuação executando a função racionalizadora de selecionar os trabalhadores mais eficientes para cada posto de trabalho e, também, as atividades de controle dos trabalhadores contratados.

Nessa perspectiva, a Psicologia cumpre a função de colaborar para a produção do consentimento dos trabalhadores, promovendo ações por meio de técnicas de produção de comportamentos que promovam a adequação às condições de trabalho existentes, além de buscar impulsionar a produtividade e o desempenho. Desde o início da atuação da Psicologia no mundo do trabalho predomina a tendência da atuação do psicólogo no sentido de encontrar o lugar mais adequado à capacidade de cada trabalhador. Esta posição era defendida com o

argumento de ser interessante tanto para a empresa quanto para o trabalhador. Tais posturas não são raras de serem percebidas ainda hoje devido ao seu caráter hegemônico (Bernardo et al., 2015; Sato, Bernardo & Oliveira, 2008).

No entanto, apenas mais recentemente passou-se a discutir fortemente sobre o fato de a Psicologia contribuir para a manutenção da alienação do trabalhador e da sua condição social de subordinação ao poder econômico. Bernardo et al. (2015) destacam que a Psicologia Organizacional tem buscado elaborar propostas e ações mais atuais, com tom mais humanista. Mas, ainda assim, notam-se práticas que se assemelham às de anteriormente, mantendo na sua essência uma postura conciliadora entre os conflitos dos indivíduos e a organização social da empresa. Sato et al. (2008) criticam que “tais metamorfoses nas práticas adotadas não refletem uma guinada em termos de objetivos ou de concepção. Isso porque o objetivo continua sendo o de fornecer subsídios para buscar a eficiência e a produtividade” (p. 2).

Dessa maneira, a partir de Sato et al. (2008), ressalta-se que no âmbito da Psicologia que atua dentro dos espaços organizacionais é possível identificar duas correntes compostas de teorias e práticas distintas. Uma primeira vertente, mais tradicional, tem vigorado ao longo dos anos e tem sido, frequentemente, mais valorizada pela grande maioria dos gestores e pelo sistema capitalista. Isso porque ela tende a lidar com problemas do cotidiano e a suavizar conflitos decorrentes do ambiente laboral, buscando articulá-los e reconciliá-los com os interesses gerenciais. Geralmente, aqui, os psicólogos são pressionados a tomar decisões e posturas tendo como ponto de partida as organizações e a defesa dos interesses do capital (Sato et al., 2008). A segunda vertente parte de uma perspectiva mais crítica das relações sociais no trabalho, com base de apoio na Psicologia Social¹⁶ e tendo a categoria trabalho como centralidade. Ela tem uma trajetória mais recente e ainda carece de maior divulgação de seus estudos e práticas. Aqui, as ações dos psicólogos teriam como princípio norteador o exercício cotidiano de perceber e destacar as contradições do trabalho, incluindo as relações interpessoais e processos de trabalho nele imbricados, partindo do ponto de vista do trabalhador para despertar tal olhar crítico (Sato et al., 2008).

No que se refere a esta última vertente citada, Coutinho, Bernardo e Sato (2017) complementam que, a fim de se evidenciar essa “nova” postura dos psicólogos, o termo “social” foi aliado ao termo “Psicologia do Trabalho” com o objetivo de ressaltar sua contraposição à abordagem mais tradicional aplicada ao campo do trabalho e das

¹⁶ Para Sato (2003), à Psicologia Social interessa compreender fenômenos como: “identidade, processos de interação social, processos de percepção e de cognição social e a subjetividade”. (p. 169)

organizações. Além disso, os mesmos autores reforçam que a concepção crítica da Psicologia Social do Trabalho “[...] não se trata de estudar o trabalho em sua relação com a saúde de modo a aprimorar a *performance* do trabalhador visando garantir a produtividade” (p.15), mas, sim, reforçar a importância de explorar fenômenos e problemas a partir do ponto de vista dos trabalhadores, tomando a organização como um fenômeno psicossocial, produzindo conhecimentos e práticas articuladas com os trabalhadores no sentido de revelar aspectos laborais que afetam a vida e a saúde desses indivíduos. Além disso, está permanentemente mobilizada a urgência de colocar em foco, no centro do debate, as condições e formas de organização do trabalho que são potencialmente danosas ao trabalhador. Coutinho (2015) acrescenta também a tarefa de “buscar compreender de forma ampla os múltiplos aspectos sociais e subjetivos que compõem o mundo do trabalho” (p. 8).

Bernardo et al. (2015) discutem que, para os psicólogos repensarem sua atuação a partir da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, é necessário que eles compreendam profundamente aspectos sociais do contexto em que vivem. É indispensável pensar os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva histórica e crítica, não desconectando a realidade concreta de sua construção histórico-social. Deve-se buscar uma análise totalizante dentro das contradições presentes nos ambientes de trabalho a partir do particular, do individual. Acrescenta-se a isso que, de acordo com Martín-Baró (1996), o papel do psicólogo no ambiente laboral, como em qualquer outro âmbito, deve ser de promover a conscientização, ou seja, auxiliar as pessoas a superarem sua identidade alienada (pessoal e social) ao transformar as condições opressivas do seu contexto. Tal processo de conscientização pressupõe postura ativa, percepção crítica e diálogo, a fim de captar os mecanismos de alienação, opressão e desumanização; promover novas formas de consciência sobre a realidade circundante, sobre si e sobre a identidade social; e impulsionar mudanças na relação com o meio ambiente e, sobretudo, com as pessoas. Dentro do contexto escolar, o trabalho conscientizador pode contribuir para o combate aos esquemas reprodutores de passividade, dominação e submissão, seja entre os discentes, trabalhadores e comunidade. O autor alerta, porém, para o risco de se incorrer no psicologismo ao colocar nas mãos dos psicólogos a luta contra as injustas estruturas socioeconômicas de nossos países.

No entanto, Bernardo et al. (2015) informam que tem sido comum surgir questionamentos sobre as possibilidades de a Psicologia Social do Trabalho permitir algum tipo de intervenção prática. Tais estudiosos concluem que há desafios quanto à aceitabilidade das organizações frente a esses tipos de intervenções, mas uma das intenções dessa

abordagem é promover o olhar crítico para os processos e relações de trabalho a partir dessa perspectiva teórico-metodológica. Os desafios se instauram, já que os princípios dessa abordagem vão em direção contrária aos interesses das organizações privadas. Para além disso, há obstáculos intrínsecos ao próprio profissional da Psicologia, pois são reduzidas as possibilidades de despertar a consciência para a exploração do sistema capitalista sobre o trabalho estando subordinado e imerso a essa mesma lógica.

A partir de Machado (2015), avalia-se que um dos principais ambientes organizacionais que a atuação da Psicologia Social do Trabalho teria mais efetividade seria no setor público, devido ao psicólogo ter sua estabilidade garantida por lei e, em tese, ter maior liberdade de executar ações mais desprendidas das pressões gerenciais e organizacionais. Entretanto, os trabalhadores do serviço público também sofrem com as metamorfoses do mercado de trabalho.

Independentemente de ser em órgãos públicos ou privados, Bernardo et al. (2015) apontam o campo da Saúde do Trabalhador como um dos principais campos no qual pode atuar o Psicólogo Social do Trabalho. Aqui, eles realizam atendimento direto aos trabalhadores que adoecem no trabalho, desenvolvem estudos e atuam em vigilância para prevenir acidentes do trabalho com o objetivo de desvelar formas de prevenir que quadros de adoecimento em decorrência da atividade laboral se agravem. Tais formas de intervenção dos profissionais da Psicologia no mundo do trabalho prevê, sobretudo, uma forte atuação junto com os trabalhadores e, principalmente, incentiva a auto-organização deles.

Neste campo, o psicólogo deve se preocupar em preservar a saúde física e mental dos trabalhadores, despertando discussões sobre “[...] a dimensão psicológica e a compreensão do sofrimento psíquico relacionados ao processo de adoecimento decorrente do trabalho” (p. 32). É importante atuar, sobretudo, em atividades grupais com finalidade terapêutica e formativa, problematizando relações de trabalho e buscando oportunidades de conscientização para a emancipação humana. Deve-se contribuir para a elaboração e propagação de conhecimentos sobre as condições de trabalho na atualidade e suas consequências para a saúde física e psíquica dos trabalhadores (Bernardo et al., 2015).

2.3 O Processo Saúde-Doença-Trabalho

Segundo dados do ano de 2017 da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é o país com maior número de pessoas com transtornos de ansiedade no mundo e assume a quinta

posição de registros de casos de depressão. A OMS notificou que 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade e 5,8% da população sofre de depressão.

De acordo com Seligmann-Silva (2011), são inúmeras e multifacetadas as causas que podem levar ao adoecimento mental. Dentre elas, podem estar o contexto socioeconômico vivido, as relações familiares, condições genéticas e fisiológicas do indivíduo e sua trajetória pessoal e profissional. A autora ressalta que o ambiente de trabalho e as experiências laborais atuam de forma relevante em um processo de adoecimento mental, o que pode ser evidenciado no seguinte relato:

Eu acho que eu fico nesse sinal amarelo! Eu tenho sempre que me cuidar. Mas eu andei tendo um pouquinho de baixa. No ano passado, no final do primeiro semestre, eu comecei a ter muita dor no corpo, principalmente nos ombros; e nada passava. Fui no médico, tomei remédio. Passei mal por causa dos remédios. Larguei todos os remédios. E descobri esse terapeuta. Fui, fiz um pacote de umas cinco sessões. E acabaram as dores que eu tava sentindo. Então assim, eu estou nesse processo. Eu estou sempre nesse processo. Aí eu não sei se eu estou no amarelo ou se já estou no vermelho. Mas eu soffro. Eu tenho esse sofrimento no corpo e na mente. (Farias)

A partir dessa fala, verifica-se que a docente vivencia um quadro de saúde laboral que envolve corpo e mente em um movimento fluido e contínuo, que transita no limiar entre a saúde e um processo de adoecimento no trabalho. Fato que pode ilustrar o que Seligmann-Silva (1994) traz sobre a inexistência de limites claros entre o estado de saúde e a doença. Aqui, a autora desenvolve a ideia de que os mesmos fatores que, para uma pessoa se traduzem em normalidade, para outras pessoas podem favorecer o desenvolvimento de alguma patologia, como é o caso das relações de trabalho, hábitos alimentares, uso dos recursos tecnológicos, relações sociais e familiares. E somando-se a esses fatores estão também os determinantes psicológicos e biológicos que compõem a vida do indivíduo, de tal maneira que a particularidade de vivências subjetivas e o lugar que a pessoa ocupa na sociedade são questões que contribuem para essa inexistência de limites claros entre saúde-doença (Laurel, 1982).

O caráter social implicado no processo de saúde e doença recebe destaque nesse debate, principalmente quando a autora defende que as necessidades das classes dominantes podem influenciar nas definições das necessidades da sociedade como um todo. O sistema capitalista tende a lançar olhar sobre a doença a partir de uma ótica mais individual, voltando suas preocupações para as incapacidades físicas e biológicas por impactarem diretamente a assiduidade e a produtividade. As implicações psicossociais para esse sistema tendem a estar

em segundo plano. Por outro lado, acredita-se que, ao abordar a coletividade, é preciso ressaltar o caráter social implicado ao tratar da saúde-adoecimento porque o objeto de estudo como grupo exige esse tipo de olhar mais global. É importante reconhecer a especificidade de cada uma das esferas bio-físico-psicossocial, analisar a relação que conservam entre si. Por isso, ao estudar o contexto laboral, é preciso levar em consideração os processos de trabalho, que englobam as forças produtivas, as relações sociais de produção e a noção de classe social (Laurel, 1982).

2.4 Adoecimento psíquico relacionado ao trabalho

O Ministério da Saúde (2001) publicou um Manual de Referências para Doenças Relacionadas ao Trabalho que visa orientar os profissionais de saúde quanto à prevenção, vigilância e assistência à saúde dos trabalhadores. Entre outras coisas, este Manual traz uma lista ampliada e atualizada que visa reunir as diversas doenças relacionadas ao trabalho. Mais especificamente quanto ao adoecimento psíquico laboral (Grupo V da CID-10), a Lista de Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho foi elaborada de acordo com a Portaria/MS n.º 1.339/1999 e inclui:

- a) Demência em outras doenças específicas classificadas em outros locais (F02.8);
- b) Delírium, não-sobreposto à demência, como descrita (F05.0);
- c) Transtorno cognitivo leve (F06.7);
- d) Transtorno orgânico de personalidade (F07.0);
- e) Transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado (F09);
- f) Alcoolismo crônico (relacionado ao trabalho) (F10.2);
- g) Episódios depressivos (F32);
- h) Estado de estresse pós-traumático (F43.1);
- i) Neurastenia (inclui síndrome de fadiga) (F48.0);
- j) Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional) (F48.8);
- k) Transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não orgânicos (F51.2);
- l) Sensação de estar acabado (Síndrome de burn-out, Síndrome do esgotamento profissional) (Z73.0). (p.164).

Essa Lista de Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho apresenta os diversos quadros psicopatológicos que podem ser identificados em qualquer ambiente de trabalho, desde os chamados transtornos de ajustamento ou reações ao estresse até depressões graves e incapacitantes. Entretanto, a partir de estudos de Oliveira (2019), no caso particular dos Institutos Federais de Goiás, destacaram-se as Síndromes Depressivas como as principais causas de afastamentos do trabalho, seguidas pelas síndromes maníacas e ansiosas. “Trata-se de uma tendência mundial, multicausal, mas relacionada sobretudo ao modo de vida da sociedade atual, à cultura, ao excesso de estímulos e informações e também

às formas de organização do trabalho”. Sendo assim, apoiando na Lista de Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho (Ministério da Saúde, 2001) e no Estado do Conhecimento que apontou os principais casos de adoecimento psíquico laboral, destacam-se os quadros de Episódios depressivos (F32.-); as Síndromes maníacas (F30) e ansiosas.

As Síndromes maníacas incluem todas aquelas em que o paciente apresenta a aceleração de suas funções psíquicas, como, por exemplo, falar em excesso ou em uma velocidade muito rápida, às vezes até sem conseguir fazer sentido, irritabilidade ou alegria em excesso. Indivíduos que se incluem nesse tipo de síndrome normalmente apresentam em maior ou menor grau: aumento da autoestima; elação; insônia; loquacidade; logorreia; pressão para falar; distraibilidade; agitação psicomotora; irritabilidade; arrogância; heteroagressividade; desinibição social e sexual; tendência exagerada a comprar ou doar seus pertences; ideias de grandeza, poder e importância social, podendo se caracterizar como delírios ou até mesmo alucinações (Ministério da Saúde - Manual de Referências para Doenças Relacionadas ao Trabalho, 2001).

Sobre as Síndromes ansiosas, existem variados tipos mais comuns de ansiedade: 1) Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), que é uma das formas mais frequentes de ansiedade patológica, ocorrendo em cerca de 4% da população adulta mundial. O TAG pode começar em qualquer idade, mas aparece geralmente em jovens adultos, entre os 20 e 30 anos. O transtorno é marcado por sintomas crônicos que se manifestam diariamente ou quase diariamente, sendo alguns deles tensão excessiva, irritabilidade e cansaço mental e/ou físico. 2) Síndrome do Estresse Pós-Traumático (SEPT), cujos sintomas se iniciam depois de uma situação emocionalmente intensa e traumatizante, que geralmente envolvem risco de vida ou lesões graves a si ou a pessoas queridas. Podem ser incluídos quaisquer eventos extremos nos quais a pessoa sentiu-se profundamente ameaçada, horrorizada ou em um estado de franca vulnerabilidade; 3) Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) é um dos distúrbios mais frequentes e incapacitantes. A ansiedade é uma marca entre o pensamento obsessivo e o comportamento a ele associado – compulsivo (Ministério da Saúde - Manual de Referências para Doenças Relacionadas ao Trabalho, 2001).

A Lista de Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho afirma que Episódios Depressivos caracterizam-se por “humor triste, perda do interesse e prazer nas atividades cotidianas, sendo comum uma sensação de fadiga aumentada. O paciente pode se queixar de dificuldade de concentração, apresentar baixa autoestima e

autoconfiança, desesperança, ideias de culpa e inutilidade; visões desoladas e pessimistas do futuro, ideias ou atos suicidas. O sono encontra-se frequentemente perturbado, geralmente por insônia terminal. O paciente queixa-se de diminuição do apetite, geralmente com perda de peso sensível, e sintomas de ansiedade são muito frequentes. Esses transtornos podem estar relacionados às exigências excessivas de desempenho cada vez maior, no trabalho, geradas pelo excesso de competição, implicando ameaça permanente de perda do lugar que o trabalhador ocupa na hierarquia da empresa, perda efetiva, perda do posto de trabalho e demissão podem determinar depressões mais ou menos graves ou protraídas (Ministério da Saúde, 2001, p. 178).

2.5 Desgaste Mental, limite subjetivo e sintomas de desgaste

Ao mesmo tempo em que é uma noção aparentemente simples, o conceito de desgaste guarda a complexidade na compreensão dos agravos à saúde mental relacionados ao trabalho, já que permite superar os limites e contornos dos diferentes objetos estudados a partir de diferentes leituras teórico-metodológicas. Além disso, é coerente com a perspectiva da Saúde do Trabalhador, trazendo uma visão ampliada do processo saúde-doença e a categoria “organização do trabalho” como norteadora da análise (Paparelli, 2009, p. 49).

Seligmann-Silva (1994) afirma que há uma série de doenças/agravos à saúde dos trabalhadores que é desconsiderada por não ser reconhecida como doenças laborais e acidentes de trabalho, como é o caso do sofrimento/desgaste mental. Paparelli (2009) contribui com esta questão definindo o Desgaste Mental como “[...] a presença de perda ou de transformações negativas na subjetividade, nas capacidades e faculdades humanas” (p. 49). E, somado a isso, a partir de Seligmann-Silva (2011), compreende-se que, entre os fatores que provocam o desgaste mental, está o sofrimento psíquico decorrente das precariedades no ambiente laboral. Sabe-se que esta precariedade pode ser delineada de duas formas: objetiva (como vivências de medo e insegurança, instabilidade nas relações sociais, sobrecarga de atividades); e subjetiva (como sensação de não dominar a atividade laboral que é de sua responsabilidade).

Paparelli (2009) avalia que

[...] os elementos presentes na organização e no ambiente de trabalho (divisão do trabalho, conteúdo das tarefas, ritmo de trabalho, relações de poder, condições ambientais, formas de avaliação e controle, hierarquias etc.) são entendidos como fontes laborais de tensão que provocam o desgaste que se manifesta por diferentes configurações. (p. 46)

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) complementam este raciocínio ao examinar que é complexa a trama capaz de implicar sobre o psiquismo do trabalhador produzindo desgaste mental, pois um trabalho precarizado pode envolver processos políticos, econômicos e culturais. Além disso, esses autores avaliam que a essência do desgaste mental envolve a perda de sentido decorrente das metamorfoses perversas nas formas de organizar o trabalho e pode culminar em episódios depressivos¹⁷, Síndrome de Burnout¹⁸ e outros transtornos psíquicos e psicossomáticos.

No entanto, nem todos os tipos de trabalho podem ser vistos como danosos para o sujeito que trabalha. É preciso analisar cada contexto e o seu potencial de corromper o exercício da humanidade dos trabalhadores, além do potencial de produzir sofrimento maior que a possibilidade de recuperação, ou seja, o adoecimento (Seligmann-Silva, 2011). De acordo com Sato (1995), conforme citado por Paparelli, Sato e Oliveira (2011), para identificar se uma atividade laboral é produtora de desgaste mental deve-se levar em consideração três requisitos que precisam estar presentes de forma simultânea: 1) o poder, que trata da possibilidade de o trabalhador ter autonomia no planejamento do seu trabalho, podendo modificar os contextos que geram incômodo, sofrimento mental e demasiado esforço; 2) a familiaridade, ou seja, a experiência laboral do trabalhador na realização da tarefa; 3) o limite subjetivo, que sinaliza quando, quanto e como o trabalhador suporta as exigências de seu trabalho.

O “limite subjetivo” é um termo utilizado por Sato (1995) para se referir ao quanto o trabalhador suporta suas demandas de trabalho e o limite que essa atividade laboral passa a ser penosa e geradora de desgaste mental. Esta autora defende que se algo é sentido como ‘muito’, ‘demais’, ‘pesado’, significa que existe a noção de um limite do que é possível aguentar. Assim, “a penosidade do trabalho aponta para um excesso além desse limite, remetendo ao desrespeito a tal limite. O limite subjetivo não é uma demarcação rígida e imutável, ele varia em função dos diversos contextos de trabalho e do próprio trabalhador” (p. 201).

Seligmann-Silva (1994) ressalta que é possível uma “[...] abordagem do sofrimento mental no trabalho para a transformação das situações laborais adoecedoras em outras capazes de fazer com que volte a existir prazer e significado no trabalho” (p. 295). A partir disso,

¹⁷ De acordo com o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde desenvolvido pelo Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil

¹⁸ A Síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, também é conhecida pela denominada sensação de estar acabado. É caracterizada por desgaste emocional e esvaziamento afetivo, despersonalização e sentimento de não alcançar sucesso no trabalho (Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, p. 191).

entende-se que o profissional que visa atuar na promoção da saúde precisa estar vinculado a uma lógica social. Se as condicionantes a que estão sujeitas o profissional estiverem ligadas a interesses ancorados na lógica econômica, a forma de conduzir o trabalho poderá não revelar o sofrimento em sua relação com os dispositivos organizacionais. O profissional da saúde precisa representar as necessidades do trabalhador e não somente focar no aumento da produtividade e eficácia das organizações.

A partir de Seligmann-Silva (1994), é possível discutir que, quando se insere o trabalhador (no caso desta pesquisa, o docente) na lógica do sistema produtivo, adotando políticas de qualidade total, produção em larga escala, modelos de gestão flexíveis, trabalho por metas, há um grande risco de se perder a qualidade porque, dessa forma, trataria o processo educativo como um produto, uma mercadoria, e trata o trabalhador docente na condição de objeto. Isso vai na contramão da natureza do trabalho docente e do processo educativo. Por isso, Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) lembram que o olhar dos profissionais da saúde não pode descontextualizar os processos de saúde/doença, tendo de se concentrar nos sujeitos trabalhadores, na forma que se inserem socialmente, nas práticas de gestão e nas condições de trabalho. E, a partir daí, traçar perspectivas de intervenção.

Para Laurell e Noriega (1989), citado por Seligmann-Silva (1994), o desgaste pode ser entendido como perda de capacidade potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica. Com base nisso, é possível destacar uma primeira vertente de análise sobre o desgaste mental, a qual reforça que situações de trabalho, quer sejam por agentes biológicos e físicos, o sistema nervoso pode ser agredido, o que pode ocasionar déficits intelectuais ou transtornos de ordem psicoafetiva. Uma segunda vertente de análise do desgaste mental “mostra que as pessoas e as relações interpessoais, inseridas no sistema de produção capitalista, são reificadas dentro dos processos em que emergem a alienação e a feticização” (Jervis, 1979, citado por Seligmann-Silva, 1994, p. 79). O desgaste mental também pode ser analisado considerando

[...] a forma pela qual a situação de trabalho dominado/explorado atua poderosamente sobre o trabalhador enquanto pessoa dotada de subjetividade, que modula relações e usos pessoais do tempo, do espaço, dos próprios gestos e pensamentos. Este seria o trabalhador por inteiro, que estaria exposto a ser expropriado de componentes importantes de sua personalidade, no interior daquelas situações onde a sujeição é intensa. (Seligmann-Silva, 1994, p. 79)

Desse modo, compreende-se que há, “no trabalho alienado, uma utilização deformada e deformante das potencialidades psíquicas, assim como do próprio corpo (Seligmann-Silva, 1994, p. 79). O desgaste também pode ser entendido como fadiga, que está aliada à expressão “cansaço geral” por denotar a indissociabilidade entre fadiga física e mental. Quando o

cansaço perdura por longo tempo, podem surgir a “Fadiga Crônica” ou “fadiga patológica”. Nesses quadros, pode ocorrer um cansaço que não cede ao sono, ou seja, distúrbios do sono, e ainda irritabilidade, desânimo, dores pelo corpo e perda de apetite. Foi possível observar, em pesquisas de campo realizadas com trabalhadores industriais não qualificados, que, “quanto maior o cansaço, menor a possibilidade de participação social e de lazer ativo significativo [...] o cansaço se faz ponte importante para a intensificação de uma sujeição que, muitas vezes, é a véspera da alienação” (Seligmann-Silva, 1994, p. 80).

Dessa forma, ao se tratar dos eixos saúde/doença/trabalho, é importante compreender os fenômenos referentes ao desgaste mental e ao adoecimento mental vinculados à experiência do trabalho sob o domínio do capital, bem como da resistência dos trabalhadores a essa dominação. E ressalta-se a urgência de que os trabalhadores se fortaleçam frente à lógica da atual organização do mundo do trabalho que, por natureza, é assediadora, já que apresenta tendência de levar os indivíduos a ir além do seu limite subjetivo. Nesse contexto, nota-se que alguns profissionais podem demonstrar maior maturidade psíquica ao identificar seu limite subjetivo, e possivelmente estarem mais atentos a respeitá-lo. É possível inferir que, sendo assim, autopercepção mais desperta está relacionada à proteção da saúde mental no trabalho. No campo pesquisado, surgiu o seguinte relato:

Você não tem que trabalhar 12 horas, nem em iniciativa privada! E aqui dentro querer imprimir isso? Não! Então, eu ainda estou em processo de falar: - Esse é meu limite! Porque tem algumas coisas que não dá para esperar! Beleza, isso vamos fazer! Agora, aquilo que dá para esperar... porque, simplesmente, aquela pessoa quer me ver aqui o tempo todo, isso não! Eu brinco e falo assim: -Escuta, a época da escravatura já acabou há muito tempo! Não tem mais! Eu não vou fazer 12 horas! Eu fiz no período que precisou, agora não! (Aguiar)

Portanto, acredita-se ser relevante, para a promoção da saúde, que os trabalhadores agucem e exercitem, cotidianamente, a sua percepção e posturas críticas frente à lógica mercantil massacrante. Fato que, também, contribui para a redução das possibilidades de se autculpabilizar e de culpabilizar os adoecidos, como se o adoecimento psíquico laboral fosse um evento de responsabilidade individual e a organização do trabalho tivesse pouca ou nenhuma responsabilidade nisso (Seligmann-Silva, 1994).

2.6 O desgaste mental e o adoecimento psíquico laboral dos trabalhadores docentes no Instituto Federal de Goiás

O trabalho docente está inserido numa lógica de produção subordinada aos critérios do mundo do trabalho dominado pela lógica da organização empresarial porque não há como pensar em um trabalho docente deslocado dos condicionantes sociais, políticos, culturais, econômicos. O trabalho docente, portanto, está subordinado aos processos de alienação que, articulados às orientações neoliberais, se objetivam na manipulação da subjetividade dos professores. Assim, as condições concretas e objetivas do trabalho docente encontram-se cada vez mais precarizadas e desumanas, cada vez mais violentas e arbitrarias. Fato que leva os trabalhadores a perderem cada vez mais sentido e significado do trabalho como criação e emancipação com base na autonomia e liberdade (Dias Júnior et al., 2015).

De acordo com Assunção e Oliveira (2009), o professor, desgastado pelo processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e estaria mais suscetível ao adoecimento. Essas autoras supõem, também, que o regime de urgência pode levar os docentes a ultrapassar ou a deixar de reconhecer o seu próprio limite, expondo-se aos riscos de adoecimento. Dessa maneira, a intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras pode, além de comprometer a saúde dos trabalhadores, colocar em risco a qualidade da Educação e os fins da escola. Isso se deve, entre inúmeras questões, ao fato de esses profissionais se verem na necessidade de eleger o que consideram primordial e o que deve ficar em segundo plano diante de um contexto de infindáveis sobrecargas, crescentes demandas e urgência de realização de atividades. Essas evidências sustentam as bases de um modelo explicativo para o processo de morbidade docente, calcado em determinantes ambientais e organizacionais e suas influências sobre a atividade de trabalho: aceleração ou impedimento, como apresentado anteriormente.

Sato (1995), citado por Paparelli (2009), defende que é possível apreender a penosidade do trabalho docente:

[...] na medida em que o professor vive um paradoxo: de um lado, seu trabalho mantém uma parte que inviabiliza a completa separação entre planejamento e execução, ou seja, o trabalho do professor não pode ser alienado, sobre pena de descaracterizar o processo educativo enquanto tal; de outro, pode-se dizer que ele tem pouco controle sobre o seu trabalho, já que tanto o poder, quanto a familiaridade e o limite subjetivo estão postos em questão. Ou seja, ao mesmo tempo em que não podemos falar em um trabalho totalmente submetido a ditames que lhe são exteriores, também não podemos dizer que o professor tenha poder para intervir sobre o planejamento de seu trabalho de modo a modificar o que gera incômodo, sofrimento e esforço em demasia, que desenvolva familiaridade em um contexto marcado por intercorrências, ou que respeite o seu limite subjetivo, dada a sobrecarga de trabalho urgente a realizar. (p. 157)

Com base neste paradoxo, nota-se que, ao longo da história, vem se afastando o planejamento das atividades laborais de sua efetiva execução, de modo que, hoje, o planejamento das políticas educacionais e do fazer escolar são predominantemente elaborados e moldados por profissionais que, de fato, não executam as atividades de ensino. Geralmente, essas são de responsabilidade de políticos, de grandes empresários, de monopolistas, e até mesmo de alguns gestores escolares que, muito pouco ou praticamente, não exercem a docência. Torna-se reduzida a efetiva participação de professores ou de seus representantes legais, sejam sindicais ou eleitos pelos pares. Apenas não é possível afastar totalmente os docentes do planejamento de seu trabalho, pois há o risco de descaracterizar o processo educativo.

Uma pesquisa realizada por Oliveira (2019, p. 8), no âmbito dos Institutos Federais em Goiás, indica que

Não há evidências que apontem para o trabalho como única causa de adoecimento, a não ser em casos muito específicos. São fatores a serem considerados ao avaliar o adoecimento as relações sociais, familiares, a história de vida, o repertório criado para lidar com frustrações e expectativas, carga genética, além das relações de trabalho, da organização do trabalho, da motivação, valorização, atribuição de sentido às atividades realizadas, entre outros. Os desdobramentos do adoecimento, entretanto, são facilmente observados no ambiente de trabalho. Não apenas no absenteísmo, mas no presenteísmo, nas dificuldades das relações de trabalho, na piora do clima organizacional, na queda da produtividade e motivação.

Nesse sentido, Marx (2017) auxilia na compreensão do processo saúde-doença-laboral ao informar que o trabalho pode assumir caráter de degradação, visto que,

[...] no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso. (p. 276)

Mesmo sabendo que o trabalho pode ser tanto degradador quanto formador do indivíduo, mesmo que o trabalhador esteja sujeito tanto a sucessos quanto a fracassos, que ele precise controlar afetos e instintos, mesmo assim tais circunstâncias não são capazes de paralisar a atividade laboral do ser humano. O sujeito pode estar cansado, mas se for notado que a interrupção será nociva, podendo prejudicar o suprimento de seus carecimentos, ele permanecerá realizando o seu trabalho. Entretanto, “nas sociedades mais complexas, de

classes, essa conduta originária se entrecruza com outros motivos, surgidos do ser social, por exemplo a sabotagem do trabalho” (Lukács, 2013, p. 61).

As condições laborais delineadas sob a dominação do capital parecem dificultar e engessar cada vez mais as possibilidades de o professor planejar, executar e avaliar o seu próprio trabalho. Por meio de mecanismos ideológicos hegemônicos, os docentes são rotulados, muitas vezes, como incapazes de realizar o seu trabalho e atender às finalidades da Educação escolar, alcançar a produtividade e os resultados esperados. Além disso, professores e alunos são tratados como culpados pelo fracasso da Educação escolar e pela falta de competências e habilidades no desempenho de suas atividades, sendo responsabilizados por vários problemas e contradições do âmbito escolar e da sociedade. E, assim, podem surgir sentimentos de fracasso, disputas ideológicas e obstáculos ao diálogo na ação dos professores que parecem agravar a incapacidade de essa categoria constituir-se como classe. Estas condições têm acarretado importantes processos de adoecimento entre os trabalhadores docentes (Dias Júnior et al., 2015).

Durante as entrevistas com os docentes, na tentativa de se investigar como foi constituído um quadro de desgaste mental laboral, houve um relato que ressaltou haver alguma contradição entre o que é proveniente do âmbito pessoal e do âmbito institucional.

Não são coisas separáveis. Algumas situações aqui [no trabalho] que já ocorreram e que eu fiquei chateado(a) e me trouxe problemas lá fora. E coisas lá de fora que me atrapalharam aqui também. É complicado. São coisas que não dá pra separar. Algumas situações que eu passei aqui foi bem difícil [...]. Mas, entre os docentes eu não vejo questão de saúde. Às vezes, eu tenho problemas, mas não relacionado diretamente ao trabalho, foi mais problemas pessoais. Eu não vejo que o trabalho aqui tenha afetado os colegas. Pode ser que os problemas aqui contribuam, mas não é a causa dos problemas. Para mim, aqui nunca me prejudicou em nada. (Moura)

Essa passagem permite verificar que, ao olhar para o ambiente laboral, pode surgir tendência de os trabalhadores amplificarem a autorresponsabilização em detrimento do potencial adoecedor que pode emergir da organização do trabalho docente. O professor em questão parece mostrar contradição em sua fala ao reconhecer que já teve problemas do trabalho que lhe causaram problemas pessoais e, mesmo assim, concluir dizendo que não vê que o trabalho tenha afetado os colegas e afirmar que o trabalho não o prejudica em nada. Somada a essas reflexões, pode-se acrescentar que

Toda a epidemia de miséria que o capitalismo produz é falsamente apresentada como um conjunto de problemas pessoais e individuais que podem ser tratados individualmente por meio de medicina, terapia ou caridade. Sob o capitalismo, os problemas sociais são tomados como dificuldades individuais provocadas por más escolhas, problemas na Educação familiar, química cerebral desequilibrada, genética defeituosa ou “acidentes”. Na realidade, os

principais preditores para doenças, ferimentos ou morte prematura estão relacionados com a posição na hierarquia social. Quanto mais inferior, mais você sofre. (Rosenthal, 2018, p. 7)

Sendo assim, atenta-se para as armadilhas da autorresponsabilização e individualização (movimento de culpabilizar o indivíduo) como resposta precipitada para se buscar compreender quadros de adoecimento psíquico no ambiente profissional. A partir daqui, pretende-se ressaltar que as práticas da Psicologia Social do Trabalho podem contribuir significativamente para os profissionais da saúde que atuam dentro do sistema educacional, de forma que sejam reforçadas as percepções das relações sociais de trabalho sob a ótica de uma perspectiva crítica; traz-se ainda o trabalhador para o centro das atenções, ressaltando conflitos e contradições presentes no ambiente de trabalho. Assim, as posturas destes profissionais da saúde, ao estarem alinhadas ao campo da Saúde do Trabalhador, distanciam-se daquelas tradicionais posturas da Psicologia, que visavam aperfeiçoar o sujeito para seu local de trabalho e manter posição conciliadora entre os conflitos dos indivíduos e a organização social da “empresa”, no caso a instituição de ensino.

Codo e Gazzotti (1999) corroboram esse debate sobre a precarização e intensificação do trabalho no contexto capitalista dizendo que "[...] a soma de situações desgastantes pode levar (o trabalhador) à exaustão da energia mental, podendo contribuir para o desejo de abandonar o trabalho, a sensação de incapacidade para realizá-lo, e a perda de sua identidade profissional" (p. 48). A vivência relatada pelo professor Freitas, entrevistado na ocasião desta pesquisa, pode ilustrar um quadro típico desta exaustão laboral:

Agora, neste momento, eu pensei até em abandonar a carreira, sair dessa área, fazer um outro curso superior e sair dessa vida de docente. Eu desanimei mesmo! Eu cheguei a cogitar ir embora. Eu cogitei! Hoje, eu não sei nem que nota eu daria para minha motivação profissional. Acabou totalmente o encanto com a profissão! Não sei se eu tô amplificando muito, porque eu estou doente, estou em recuperação. Hoje a minha motivação para ser docente é zero! (Freitas)

É possível destacar que o referido professor aponta a ocorrência de experiências desgastantes que vêm impactando sua identidade profissional, alimentando o desejo de abandonar a profissão e mudar os rumos de sua carreira laboral. Uma situação semelhante é relatada por Farias, que, ao longo da entrevista, também revelou já ter sentido desejo de mudar de profissão, afirmando estar em estado de alerta quanto à sua saúde mental no trabalho.

Com a finalidade de ampliar a compreensão sobre os processos de saúde-doença-trabalho docente no IFG, levantam-se as seguintes categorias de análise, que poderão ser ilustradas com algumas falas de professores entrevistados:

a) Reconhecimento profissional

Esta categoria trata das situações nas quais ocorreram perda ou rebaixamento do reconhecimento social anteriormente existentes, reconhecendo que a subjetividade está fortemente articulada com seu mundo social, de tal forma que o reconhecimento do outro pode impactar o reconhecimento de si mesmo e a noção de autovalorização e amor-próprio. O reconhecimento articula os processos identitários aos processos sociais. Os processos de reconhecimento são tidos como essenciais para a consolidação da identidade, e podem envolver também um rebaixamento da capacidade para que o indivíduo confira um sentido durável a sua experiência laboral. A autora complementa que há relações do reconhecimento, das dificuldades de elaborar frustrações que ocorrem nos casos de rebaixamento do reconhecimento, havendo possibilidade de adesão ao alcoolismo (Seligmann-Silva,1994).

É uma mistura de sofrimento com alegria [sobre ser docente]. Porque ao mesmo tempo que você sai feliz da vida porque você fez um bom trabalho, que você percebe que atingiu os alunos, e que você incitou discussões interessantíssimas, e que você deixou os meninos interessados... tem hora que a gente sai super frustrada de sala de aula. Você entra e a energia vai lá embaixo. Porque a acolhida é péssima, e você não consegue quebrar as barreiras que às vezes são levantadas diante de você. [...] Isso é muito frustrante. Então, para mim é uma dualidade mesmo, uma relação de amor e ódio. Eu sempre terminava a atividade e eu pegava o feedback. E aí eles falavam que foi bom, que foi dinâmico. E os alunos sempre me davam um feedback bom. Tanto é que para mim estava tudo bem. E aí no conselho uma aluna, que estava reportando a avaliação do grupo, falou: - Às vezes, a aula da senhora dá um pouco de sono. E eu olhei e falei: - Não entendo mais nada, porque vocês durante todo o tempo falaram que estavam gostando. Eu sou muito sensível às críticas. Então dependendo eu fico pra baixo. Eu sempre fico me questionando a abordagem, o conteúdo, como tem que fazer. Você fica desanimado, e o desânimo te deixa para baixo. O desânimo é algo negativo e isso pode trazer uma chateação. Você fica mais para baixo e afeta sim. (Farias)

A sublimação permite ao indivíduo articular o significado do seu desejo à busca do reconhecimento social, sendo um mecanismo construtivo da personalidade e seus processos psicossociais envolvidos na construção da identidade (Seligmann-Silva,1994).

b) Embotamento afetivo

O embotamento afetivo tem sido abordado, principalmente, como aspectos de transformação da personalidade. O termo embotamento afetivo é utilizado para designar o apagamento das manifestações de ordem afetiva e estreitamento das relações interpessoais. Tal categoria foi percebida com maior evidência nos trabalhadores que vivenciam situações laborais de controle rígido, de autonomia sufocada. Porém, há correntes que usam o termo alexitimia e outras, desafetação. O importante é perceber que existe o rebaixamento da capacidade de entrar em contato com os próprios sentimentos e pode haver risco de suprimir emoções e negar o adoecimento dos indivíduos, que tendem a tirar de foco o sofrimento psíquico evitando entrar em contato com suas vivências afetivas dolorosas (Seligmann-Silva, 1994).

Em relação a profissão que eu tenho eu sou 100% satisfeito. Às vezes eu fico frustrado por não conseguir passar tudo aquilo que eu poderia passar [para os alunos]. Mas é aquilo que eu falei... por falta de infraestrutura aqui [...]. Então eu fico frustrado nesse sentido. Mas como professor do IFG, por estar aqui... isso aqui é um sonho. Isso aqui é o que eu sempre procurei na minha vida. Então não tem nada a reclamar. (Moura)

É possível notar que surge a imagem de uma pseudonormalidade na qual os vínculos afetivos, estando ausentes, reforçam a ideia de que existe um equilíbrio de economia psíquica.

c) A gestão dos afetos

Seligmann-Silva (1994) tece uma crítica quanto às políticas de recursos humanos que reforçam a incorporação de crenças fabricadas pela organização e garantem o respeito às regras para manutenção dessa crença. A gestão do afeto é conduzida pela via inconsciente, permitindo que as forças de dominação invistam sobre o aparelho psíquico dos trabalhadores. Aqui são ampliadas as possibilidades de surgimento de desgaste mental:

O IFG está totalmente desequilibrado, no meu ponto de vista. É importante a democratização das decisões, sou totalmente a favor [...]. Mas, há um excesso de reuniões. [...] Porque eles usam estratégias da seguinte forma... é a estratégia do rodeio, a estratégia de ficar rodeando toco. Para justamente consumir o tempo do debate e desgastar mentalmente aqueles que não tem muita paciência, que levanta e vai embora. Pra quando ficar numa situação boa para eles, eles levantam uma votação. (Freitas)

Com o olhar para essa categoria, analisa-se que o excesso de reuniões pode ser visto como um espaço para os trabalhadores terem direito a expressar suas ideias, mesmo que elas não sejam assumidas pela organização com a finalidade de manter o controle e a dominação (Seligmann-Silva, 1994).

d) A categoria do ataque à dignidade

O ataque à dignidade contém traços da dominação capitalista. A dignidade é então atingida pelo desrespeito à condição humana, pois imputa um excesso de trabalho ao ataque à convivência familiar. A autora destaca que é comum a ocorrência de humilhações públicas, o desrespeito à privacidade, a vigilância excessiva (Seligmann-Silva, 1994).

Porque outro dia, por exemplo, eu cheguei em casa sexta-feira 9 horas da noite. Então assim, é interessante, as pessoas não percebem o limite do outro. E como eu vi que estava amarelo, eu chego em casa todos os dias... eu cheguei em casa e não queria nem conversar com ninguém. Não vale a pena! Se for para fazer assim, eu prefiro entregar! Não faço! Eu tenho uma família muito legal! Se tirar minha família, eu não tenho mais nada! [...] Eu brinco e falo assim: - Escuta, a época da escravidão já acabou há muito tempo! Não tem mais! Eu não vou fazer 12 horas! Eu fiz no período que precisou, agora não! (Aguiar)

Aqui, é notável o excesso de trabalho que prejudica a convivência familiar. Estes seriam os mecanismos utilizados a fim de obter a sujeição ou submissão do trabalhador, favorecendo a vitória da dominação.

e) Práticas paternalistas de dominação

O paternalismo cria dívidas de gratidão e também de natureza financeira, que contribuem para o processo de dominação. A gratidão, ou prestígio, e a fidelidade pessoal garantem poder ao dominador, ambas produzem o sentimento de obrigação que fortalece o acatamento das ordens. Nesses casos, o vínculo empregatício costuma ser mais estável, porém, pode se tornar mais duro e proporcionar sentimento de fadiga. A autora cita que a sensação de “progresso na vida”, que é tão sonhada para a maioria dos trabalhadores, age como um aprisionamento (Seligmann-Silva, 1994). Essa categoria também pode ser relacionada ao caso do professor que foi citado anteriormente sobre estar trabalhando na empresa dos seus sonhos. É possível que ele se abstenha de levantar críticas à administração pública, por mais que tenha do que reclamar, devido ao fato de se sentir grato ao órgão.

f) Desconforto quanto ao ambiente físico

Aqui estão englobadas condições de trabalho que envolvem ruído, calor, poeira, problemas de ventilação e luminosidade. Além de causar prejuízos quanto ao aspecto físico,

tais fatores também têm seus efeitos mentais. São negligenciadas algumas necessidades permanentes do corpo, fazendo surgir sentimentos de falta de respeito com suas necessidades pessoais. Sentimento de desconsideração também pode ser visto como um tipo de ataque contra a dignidade, já tratada em uma das categorias anteriores. Geralmente, pode existir a manifestação de mágoa profunda pela maneira como seus corpos são desconsiderados (Seligmann-Silva, 1994).

Hoje, o que me incomoda e o que mais me distancia do ideal é a questão da estrutura física mesmo e do conforto térmico, da luminosidade na sala, do espaço que a gente está. O prédio é lindo, maravilhoso... mas falta o conforto térmico. Eu falo que a gente teve uma grande decepção quando veio pra cá, porque eu achei que eu fosse ter mais conforto pra dar aula. E eu não tenho. Uma sala faz barulho para outra sala, pior do que lá. Lá você não tinha corredor. Aqui você tem sala dos dois lados. Se eu aluno sai da sala e conversa com outro aluno no corredor, ele atrapalha sua aula de cá. Você não pode fechar a porta porque senão o ar não circula.

g) Relações interpessoais

Seligmann-Silva (1994) afirma: “Dentro dos problemas de relações humanas, emerge uma questão especial, nos setores que adotam o incremento da produtividade através da denominada ‘administração por conflitos’. Isto é, da estimulação instrumentada pela competição entre equipes de trabalho” (p. 154). Percebe-se que o método é mais um fator causal importante para a tensão. A competição era tida como impossível, pelas condições vantajosas dos outros contendores nessas situações, os que viviam a desvantagem sentiram-se injustiçados.

Porque eu acho que um problema maior é esse... não é uma sensação de superioridade, é uma sensação de inferioridade. E é de todo jeito! Porque, por exemplo, você pega entre docentes... o docente da área técnica acha que a gente trabalha mais, que a gente tem essa coisa de mundo muito exacerbada, que não dão conta de seguir a gente. Então, no fundo, eles se sentem inferiorizados por isso. E o pessoal da área base se sente inferiorizado por que a área técnica pesquisa mais, ela produz, ela tem mais inserção, ela tem mais fomento para pesquisa. (Aguar)

Analisa-se, ao ler esse depoimento, que ambos os grupos, tanto da área propedêutica quanto da área técnica, podem vivenciar situações que favoreçam sentir-se injustiçados.

CAPÍTULO III

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Este capítulo apresenta a origem, a história e o momento atual da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ressalta em que medida se constituiu a submissão do sistema educacional à lógica neoliberal, e as conseqüentes repercussões na trajetória da educação brasileira, no papel e função social da Educação Profissional e dos Institutos Federais. Além disso, apresenta a atuação do Instituto Federal em Goiás e, por fim, a organização do trabalho docente neste ambiente laboral quanto às relações predominantes, os processos implicados e as condições sob as quais a atividade profissional dos professores se realiza.

3.1 A historicidade das políticas educacionais e as repercussões para a Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é definida pelo MEC como

[...] uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. (MEC, 2018)

Quanto à trajetória da Educação Profissional no Brasil, segundo Rocha e Leda (2013), ela está extremamente ligada à necessidade de mão de obra, visto que, no início, essa estrutura educacional foi destinada aos pobres. Ramos (2014) acrescenta a isso que a Educação Profissional no Brasil

[...] tem a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes [...]. Em seguida, modificou-se a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. Nesse período, a formação dos trabalhadores é tratada como uma necessidade da expansão industrial. (pp. 24-25)

Tendo em vista tais reflexões, rememora-se que, em 1909, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices destinadas ao Ensino Profissional, primário e gratuito (Minuta PDI - IFG, 2018). Nos bastidores da implantação dessas escolas, é possível analisar que havia algum caráter moral-assistencialista e de controle social, pois, dessa forma, o emergir da Educação Profissional impulsionou uma separação: o ensino secundário passou a estar mais voltado para as elites intelectuais e os cursos técnicos profissionais mais voltados para os operários e seus filhos (Ramos, 2014).

Por volta de 1930, houve uma grande expansão industrial que impulsionou as políticas de criação de novas Escolas Industriais e a introdução de cursos técnicos nas escolas já existentes. Em 1942, o ensino profissional oferecido por essas Escolas Industriais e Técnicas passa a ser considerado de nível médio. Desse modo, os alunos formados nesses cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior que estivesse relacionado a sua formação técnica (Ministério da Educação, 2009). O objetivo era estimular a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país, o que estava em consonância com a vigência da ideologia nacional-desenvolvimentista da época e com a busca de adequar a educação às exigências do padrão de acumulação fordista (Ramos, 2014). A Minuta do PDI do IFG confirma que, à época, “a estrutura de poder e a cultura normativa orientada aos jovens e adultos foram preservadas, mas incorporando elementos próprios do disciplinamento das rotinas e dos corpos advindos do fordismo como método de produção” (Minuta PDI - IFG, 2018, p. 7).

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e assumem o nome de Escolas Técnicas Federais (ETF), ganhando autonomia didática e de gestão e intensificando, ainda mais, a formação de mão de obra indispensável para a aceleração do processo de industrialização (Ministério da Educação, 2009). Como em 1961 passou a existir a articulação dos cursos propedêuticos¹⁹ e de cursos profissionalizantes, assim, em uma mesma instituição de ensino, seriam ofertados cursos profissionais em diferentes graus e níveis de ensino. Seguindo essa linha, em 1978, surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), propondo a verticalização²⁰ do ensino.

¹⁹ A propedêutica refere-se à aprendizagem prévia de uma matéria ou disciplina, tratando-se de uma etapa inicial em um processo de aprendizagem. Cursos ou disciplinas propedêuticas oferecem uma preparação prévia de caráter introdutório a alguma formação futura mais especializada (Minuta PDI - IFG, 2018). O ensino médio é concebido como de caráter propedêutico e os cursos técnicos são concebidos como capacitação técnica para o exercício de uma determinada função no mercado de trabalho.

²⁰ Nos moldes atuais, a verticalização passou a vigorar com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os

Essa proposta de verticalização do ensino permitia que os alunos tivessem possibilidade de cursar todas as etapas do ensino em uma mesma unidade escolar. Esta mudança confere às instituições mais uma atribuição, a de formar tecnólogos e engenheiros de operação. Tal política garantia que se mantivesse uma estreita articulação e integração com o sistema produtivo. O fato de essa estrutura de ensino já ter assumido diversos nomes reflete as metamorfoses e mudanças da Educação Profissional e seus objetivos (Rocha & Leda, 2013).

Ressalta-se que, nesse período, a qualidade do ensino técnico integrado proporcionado pelas ETF foi se elevando, fato que passou a assumir caráter determinante na modificação do perfil socioeconômico dos seus discentes nas décadas seguintes. O número de estudantes de camadas sociais mais populares foi declinando em detrimento de alunos provenientes de camadas sociais médias. Os processos seletivos competitivos contribuíram ainda mais para este quadro. Como resultado, houve uma crescente elitização dessas unidades de ensino e, conseqüentemente, um relevante número de discentes prosseguia estudos em faculdades de áreas distintas aos cursos técnicos concluídos, sem sua esperada inserção no mundo produtivo (Minuta PDI - IFG, 2018). Tais fenômenos podem ser identificados, ainda, na atualidade.

Nos anos 1980, no contexto de uma intensa mobilização social e política, a República Democrática Formal superou o Autoritarismo Militar. No entanto, manteve-se a

[...] preservação da centralização e do tecnocratismo na gestão do Estado, que se estendia dos órgãos públicos da administração direta às empresas estatais. Essa realidade não foi capaz de impedir uma intensa mobilização nas Universidades e ETFs, tendo em vista objetivos tais como a ampliação da função social destas instituições, a democratização das suas relações e estruturas, a participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos e a conquista de autonomia institucional. (Minuta PDI - IFG, 2018, p. 8)

A transição dos anos 1980 para os anos 1990 foi marcada pela crise estrutural do capitalismo do final do século passado e o esgotamento do regime de acumulação fordista. E, com o Estado sendo acusado de protetor e mantenedor de um quadro institucional improdutivo, isso foi terreno fértil para o emergir de um modelo de reestruturação produtiva e econômica e de intervenção do Estado afinado com o ideário neoliberal. Assim, houve um movimento de progressiva abertura e desregulação econômica no Brasil, bem como de privatização do setor público, apoiado em um discurso de que a liberalização da economia possibilitaria o equilíbrio entre a produtividade, a modernidade e a prosperidade. Houve,

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Artigo 6º dessa lei normatizou como uma das finalidades e características dos Institutos Federais a verticalização da Educação Básica à Educação Profissional e Educação Superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

ainda, a forte ampliação de inovações tecnológicas, alterações no padrão de gestão de pessoal, reconfiguração do papel do Estado, mudanças nos processos de produção e no mundo do trabalho (Antunes, 2011).

Sendo assim, a partir da década de 1990, acirrou-se a implantação de políticas neoliberais que resultou em um reordenamento do mundo do trabalho a fim de se buscar respostas para superar a crise. Alguns dos elementos que mais marcaram esse reordenamento do mundo do trabalho foram: um grande salto tecnológico que contou com a robótica e a microeletrônica invadindo o mundo fabril; o enfraquecimento do “Estado de bem-estar social²¹”; a crise do fordismo e a introdução de novos modos de produção mais flexíveis (toyotismo); novos padrões de gestão de trabalho e gestão participativa; desregulamentação dos direitos laborais; trabalhadores polivalentes; trabalho em equipe; impactos no sindicalismo; exacerbação da individualidade; terceirização de atividades; precarização do trabalho; maior exploração do trabalhador e empregos temporários (Antunes, 2011).

Aliada a esse contexto, em 1996, foi sancionada uma legislação considerada como a segunda LDB, a Lei 9.394/96, que trata da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Segundo o MEC (2009), esta regulamentação atuou

[...] superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. (p. 5)

Sendo assim, a partir da aprovação da Lei 9.394/96, somando-se às novas proposições da esfera governamental e aos movimentos sociais e sindicais, as políticas educacionais assumiram centralidade nos debates da sociedade. Ou seja, todo este conjunto de metamorfoses características da ascensão do neoliberalismo acarretou mudanças no perfil cultural e profissional dos indivíduos, com conseqüente desdobramentos para as instituições de ensino, incluindo as instituições de educação básica, profissional e superior (Minuta PDI - IFG, 2018).

O contexto do ideário neoliberal trouxe a defesa de que o Estado, a fim de dinamizar a economia, deveria diminuir sua participação financeira no fornecimento de serviços sociais, dentre eles a educação. Na tentativa de conquistar um consenso na comunidade sobre a necessidade de reduzir custos com o ensino público e reafirmar a necessidade de reformar a

²¹ Heloani (2003) discorre sobre o “Estado de bem-estar Social” a partir do objetivo de o Estado potencializar o poder de compra dos trabalhadores, garantindo assistência médica, Educação Básica, benefícios como seguro-desemprego e melhorias urbanas. Assim, o trabalhador concentraria seu poder de compra no consumo de mercadorias.

Educação Profissional brasileira, fomentaram-se críticas sobre o alto investimento na formação profissional de nível médio e a elitização desse tipo de ensino ofertado, principalmente, pelas escolas federais (Paparelli, 2009; Ramos, 2014).

Além de promoverem a redefinição do papel do Estado com relação à educação, as políticas neoliberais reforçaram a ideia de que as empresas privadas são eficientes, produtivas, ágeis e flexíveis frente às transformações do mundo se comparadas ao setor público ou estatal, que se apresentava como oposto a isso. A qualidade na execução das ações e o atendimento ao público nesse setor passaram a ser alvo de críticas e a configurar como obstáculo à competitividade de mercado. Assim, desenhou-se o quadro através do qual se fez propícia a inclusão de uma lógica gerencial de cunho empresarial nas escolas como medida de potencializar a eficiência e a eficácia (Paparelli, 2009; Ramos, 2014).

Os sistemas de financiamento escolar sofrem profundas transformações, bem como as estratégias de gestão neste ambiente, visto que o Estado descentraliza a responsabilidade pela execução dos serviços. Por outro lado, o Estado centraliza a formulação e o controle dos resultados. Para isso, é introduzida a lógica gerencial por meio dos conceitos de produtividade, excelência, eficiência e eficácia. Alguns processos administrativos e pedagógicos são padronizados e massificados a fim de organizar, minimizar custos, redefinir gastos e controlar a implementação de políticas (Paparelli, 2009).

Em 1997, foi regulamentado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Em 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), sendo uma instituição de ensino superior gratuita e pública, especializada na educação tecnológica em níveis e modalidades de ensino diferentes, com foco na área tecnológica. Assim, a Instituição foi autorizada a ofertar cursos superiores. Em seguida, no ano de 2004, foram normatizadas as formas de organização dos níveis e modalidades da EPT. Em 2005, por meio do Decreto n.º 5.478, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi criado a partir de ações governamentais que visavam atender à procura de jovens e adultos pela oferta de ensino profissional técnico em nível médio, que em geral eram excluídos (Ministério da Educação, 2009; Minuta PDI - IFG, 2018).

Nesse mesmo ano de 2005, deu-se início à execução da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Então, foram entregues à população 64 novas unidades de ensino, inaugurando escolas federais em regiões desprovidas dessas instituições. Como, a partir de 2006, o governo federal ampliou os investimentos na

Educação Técnica e Tecnológica, em 2007, foi lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A meta era construir mais 150 novas unidades, somando um total de 354 instituições até o final de 2010. Tais construções cobririam todas as regiões do Brasil, ofertando cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, focados em atender às demandas de desenvolvimento local e regional (Ministério da Educação, 2009).

3.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e o IF em Goiás

Em 2008, criaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil (IF) que nasceram, principalmente, a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e com organização multicâmpus, tendo natureza jurídica de autarquia, sendo detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Assim, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais, rompendo a separação entre ensino superior e ensino profissional. A partir da sua lei de criação, Lei n.º 11.892, os IF receberam a missão de atuar em todos os níveis de ensino, desde o fundamental até a pós-graduação. Na atualidade, há mais de 300 câmpus estrategicamente instalados em todos os estados brasileiros. Os IF fazem parte da Rede Pública Federal de Ensino, portanto, estão vinculados ao MEC (Ministério da Educação, 2009).

Rocha e Leda (2013) analisam que a expansão da Educação Técnica e Tecnológica está ligada à resignificação da Educação Profissional, que tem sido vista como uma política pública no intuito de potencializar a formação profissional de setores historicamente marcados por desvantagens sociais e econômicas. Verifica-se que o papel da Educação Profissional brasileira, ao longo da história, tem se constituído como uma forma de Educação resultante das reformas políticas que moldaram e condicionaram o desenho do ensino e da formação profissional aos interesses políticos e, principalmente, econômicos do sistema capitalista. Já Rossler (2014) afirma que “[...] Educação e trabalho sujeitam-se à lógica e interesses da acumulação do capital, quem passa a ditar as formas de trabalho, o que deve ser socializado, e como deve ser socializado, é o próprio sistema econômico, político e social vigente” (p. 101). É assim que a Educação Profissional no Brasil vem se desenhando, com propósitos bastante aliados à expansão do sistema do capital:

O primeiro propósito está na questão de possibilitar a produção do conhecimento e a criação de técnicas e de tecnologias capazes de servirem aos interesses da “máquina produtiva” que, conseqüentemente, se desdobra na reprodução do ser social, dado o seu caráter contraditório. O segundo, sem sombra de dúvidas, é fornecer o pessoal necessário à produção da mais-valia. Nesse sentido, pode-se afirmar que a EPT, do ponto de vista do capital, é um lócus de fabricação da força de trabalho qualificada, no sentido mais vantajoso para o mercado. (Araújo, 2018, p. 142)

Se for observado o processo de expansão recente dos IF, será possível notar que o Estado visava ampliar o número de vagas e aproveitar os recursos humanos, materiais e estruturais já existentes para o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da Educação Científica e Tecnológica. Fato que pode ter afetado diretamente as condições de trabalho dos docentes que atuam na rede federal de ensino, uma vez que tais profissionais passaram a atuar em vários níveis e modalidades de ensino, sustentando uma estrutura similar às universidades, e tendo seu ambiente de trabalho permeado por novas formas de organização do trabalho. Esse cenário demanda uma profunda análise sobre a qualidade da Educação que está sendo oferecida e sobre as conseqüências desse cotidiano na saúde desses trabalhadores. Pode-se dizer que o surgimento dos IF na configuração atual ainda é muito recente e, por isso, as autoras alertam que “[...] fiscalizar, observar e agir devem ser ações importantes e imediatas de todos os envolvidos com a Educação Profissional neste país” (p. 19). Tal velocidade no processo de expansão levanta inúmeros questionamentos sobre os impactos na comunidade escolar (Leda & Rocha, 2013).

De acordo com Anjos e Rôças (2017), o projeto dos IF visava a um novo modelo institucional de Educação Profissional, no qual a Educação não deve qualificar apenas para o mercado, mas para a vida. Assim, a Educação Profissional e Tecnológica assumiria uma dimensão emancipadora. As autoras afirmam que

A ousadia de oferecer um itinerário formativo da Educação básica até a Educação superior nessas Instituições, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, revela um modelo de qualidade educacional diferente dos até então experimentados no país e no mundo. (p. 21)

De acordo com o Ar. 7º da Lei 11.892/2008, estes são alguns dos objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar Educação Profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação

Profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de Educação superior: a) cursos superiores de tecnologia; b) cursos de licenciatura; c) cursos de bacharelado e engenharia; d) cursos de pós-graduação *lato sensu*; e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Para se atingir tais objetivos, é importante que a estrutura acadêmica dos Institutos Federais esteja voltada para desenvolver, em seus discentes, competências profissionais vinculadas à resolução de problemas complexos e tarefas contextualizadas em situações reais de trabalho. Este é o contexto caracterizado como currículo por competências que tem por objetivo promover o encontro entre a formação acadêmica e as exigências do mercado de trabalho. É possível analisar que a vinculação dos Institutos a esse currículo por competências expressa uma noção de subordinação mais visível da Educação aos interesses imediatos dos setores produtivos (Melo, 2009).

No que se refere mais especificamente ao estado de Goiás, em 23 de setembro de 1909, quando foram criadas as 19 Escolas de Aprendizes Artífices no país, sendo uma em cada estado, criou-se uma unidade na antiga capital do estado, Vila Boa, atualmente cidade de Goiás. A mudança dessa unidade escolar para a cidade de Goiânia aconteceu em 1942, com a transferência da capital do Estado. Ao ser mudada para a nova capital, a Escola foi nomeada Escola Técnica de Goiânia (ETG), pelo Decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Nesse momento, a ETG ofereceu turmas do ginásio industrial, na modalidade internato e semi-internato, para discentes apenas do sexo masculino. Os primeiros cursos ofertados pela ETG foram: Alfaiataria, Mecânica de Máquinas, Artes do Couro, Rádio e Comunicação, Marcenaria e Tipografia e Encadernação (IFG, 2020).

Em 1947, foram criados cursos técnicos de Edificações, Eletrotécnica e Construção de Máquinas e Motores. Nesse período, já não havia nenhuma restrição para alunas do sexo feminino. Em 1959, com a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias federais, houve a implementação de uma nova organização escolar e administrativa. Em 1965, a Escola Técnica de Goiânia (ETG) transformou-se na Escola Técnica Federal de Goiás

(ETFG). Nesse período, o ensino na ETFG estava dividido em quatro modalidades: ginásio industrial, colégio técnico industrial, aprendizagem industrial, cursos técnicos na área industrial e cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial. Em 1999, por meio de Decreto, a ETFG foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), passando a atuar também no nível superior, ofertando cursos tecnológicos (IFG, 2020).

No ano de 2008, época em que foram criados 38 IF pelo país, a antiga Cefet-GO transformou-se em Instituto Federal de Goiás. Hoje, o IFG tem sua reitoria na cidade de Goiânia e possui 14 unidades, sendo: Câmpus Águas Lindas; Câmpus Anápolis; Câmpus Aparecida de Goiânia; Câmpus Cidade de Goiás; Câmpus Formosa; Câmpus Goiânia Oeste; Câmpus Goiânia; Câmpus Inhumas; Câmpus Itumbiara; Câmpus Jataí; Câmpus Luziânia; Câmpus Senador Canedo; Câmpus Uruaçu; Câmpus Valparaíso de Goiás (Regimento Geral – IFG, Art. 1º e 2º).

A atuação acadêmica do IFG envolve, prioritariamente, a oferta de cursos técnicos de forma integrada ao ensino médio ou subsequente a ele. Inclui, também, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação superior de graduação nas modalidades de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado. Atua, ainda, na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, além de ofertar cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Nota-se que a atuação acadêmica do IFG no ensino reafirma o caráter pluricurricular da Instituição e a sua articulação às necessidades e às demandas sociais mais amplas (PDI - IFG, 2013, p. 20).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) tem como documentos norteadores o Estatuto, o Regimento Interno e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). No Estatuto, constam os princípios, finalidades, características, objetivos, organização administrativa e acadêmica. No Regimento Interno, está destacado o detalhamento da estrutura organizacional da Instituição, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos dirigentes. Já o PDI trata do papel social, da filosofia de trabalho e das diretrizes pedagógicas. Afirma que aos educadores atuantes nesta instituição (IFG) é atribuído o papel de “mediar, ampliar e aprofundar a formação integral de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva de consolidar uma sociedade democrática e justa, social e economicamente” (PDI-IFG, 2013 p. 10). Dessa maneira, a relevância acadêmica e científica deste trabalho alcança maior destaque

ao confirmar que ainda são poucos os estudos sobre o adoecimento dos docentes decorrente do trabalho nos IF.

3.3 A organização do trabalho docente nos IF: processos, relações e condições de trabalho

Este tópico apresenta as formas pelas quais se organiza o trabalho docente nos Institutos Federais, mais especificamente no IFG. Para isso, faz-se relevante perpassar: 1) Quais são os processos implicados no trabalho docentes no IFG; 2) Quais as relações de trabalho que se constituem como predominantes no contexto do trabalho dos professores nesse órgão; 3) Como se constituem as condições do trabalho docente no Instituto Federal de Goiás, principalmente no que se refere às condições mínimas de conforto (como limpeza, ruído, iluminação, conforto térmico) e à infraestrutura física (como mobiliário, materiais de trabalho, ambientes dos câmpus, espaços destinados aos laboratórios e bibliotecas, salas de aula e de estudos).

3.3.1 Os processos implicados no trabalho docente nos IFG

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O capitalista consome essa força de trabalho fazendo com que o vendedor dessa força continue trabalhando. Desse modo, o trabalhador transforma em ação, em ato, o que antes era apenas potência para o trabalho. Para transformar seu trabalho em mercadoria, o trabalhador tem de incorporá-lo a coisas que sirvam à satisfação de necessidade de algum tipo. Sendo assim, ao executar um processo de trabalho, o ser humano, por meio da ação de sua própria natureza sobre a natureza externa, alcança um resultado (produto) que já estava presente na sua representação prévia, que já existia na sua ideia (Marx, 2017).

Dessa maneira, além de utilizar o próprio corpo e esforço físico no processo de trabalho, a atividade laboral também exige a vontade orientada a um fim, ou seja, envolve a atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa. Então, o processo de trabalho são os elementos que compõem o ato da produção, da ação produtiva. Ele é composto por três momentos: “em primeiro lugar, atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (Marx, 2017, p. 256). Sobre os processos de trabalho implicados na atividade docente, busca-se desenvolver raciocínio com

base em Marx (2017). O objetivo é, pois, apreender a relação entre meios do trabalho, objeto do trabalho e o trabalho mesmo.

No primeiro momento, tem-se a atividade orientada a um fim, a capacidade de pensar e planejar o trabalho, sendo uma característica teleológica. A atividade do ser humano opera uma transformação no objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início (Marx, 2017). A partir de tais premissas, em linhas gerais, pode-se entender que o trabalho docente compreende um processo de trabalho no qual o professor se lança em direção ao objeto/matéria-prima (que no caso seria o aluno), visando transformá-lo com a finalidade última de ser remunerado pelo seu trabalho, pois precisa alcançar a reprodução de sua própria vida. Como resultado desse trabalho, ambos (professor e aluno) saem modificados. Ressalta-se que o trabalho docente, propriamente dito, compreende a atividade de ensinar/transmitir algum conteúdo a outra pessoa e que a atividade docente é vital para o desenvolvimento da sociedade.

Segundo Marx (2017), quanto à especificidade da atividade de ensinar, compreende-se também que o aluno, em virtude do trabalho docente, apreende algum conteúdo. E isso é o resultado de uma atividade (ensinar) que se incorporou a um objeto (aluno prévio ao conteúdo apreendido). Assim, ele está objetivado, ou seja, o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento (movimento de ensinar) agora se manifesta do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser (aluno que apreendeu o conteúdo).

No segundo momento, tem-se o objeto, a própria natureza, que, ao receber a ação do trabalho humano, pode transformar-se em matéria-prima:

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, que é seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo o objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (Marx, 2017, p. 256)

Sendo assim, da mesma forma que o trabalho é lançado objetivamente em busca de transformar um objeto da natureza, a atividade de ensinar/transmitir do docente é orientada em direção ao aluno ao qual se pretende ensinar (objeto de trabalho). No entanto, tal aluno também pode ser tido como uma matéria-prima, ao se inferir que “quando o próprio objeto do trabalho [aluno] já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior [aprendizado prévio do

aluno até o momento da aula] então o chamamos de matéria-prima” (Marx, 2007, p. 256). Ressalta-se que nem todo objeto do trabalho é matéria prima. Supondo que fosse possível haver algum aspecto subjetivo do aluno que ainda não tenha sido tocado pelo trabalho prévio de outros professores [nem mesmo a partir da Educação não formal], nesse caso o objeto do trabalho poderia ser visto como uma matéria natural e não como matéria-prima.

No terceiro momento, têm-se os meios, os instrumentos, algo que medeia a relação entre o sujeito que trabalha e o objeto de trabalho e que serve de guia da sua atividade para esse objeto. O meio de trabalho consiste em uma coisa, um instrumento ou um complexo de coisas que o trabalhador utiliza para atuar sobre o objeto de trabalho. O meio universal de trabalho fornece ao trabalhador o local e o campo de atuação. Na atualidade, os meios de trabalho, em sua maioria, já foram mediados pelo trabalho:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito [...]. Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. Nas mais antigas cavernas, encontramos ferramentas e armas de pedra. [...] O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem como “*a toolmaking animal*”, um animal que faz ferramentas. (Marx, 2017, pp. 256-257)

No caso do trabalho docente, os meios de trabalho seriam o ambiente laboral em que o professor atua, que compreende salas de aula presenciais ou online, salas de reuniões para plantões de dúvidas, biblioteca, laboratórios, mobiliário, e outros ambientes que podem ser utilizados em um plano de aula, como visitas técnicas realizadas fora da instituição, além dos meios de trabalho que servem de recipientes do objeto do trabalho, conforme dito por Marx (2017). Nesse caso, seriam os próprios órgãos corporais dos alunos e trabalhadores docentes envolvidos na atividade de ensinar/transmitir conhecimento.

Acrescenta-se que ferramentas são os instrumentos que o trabalhador utiliza para acessar o objeto e modificá-lo. No ambiente escolar, o principal instrumento que se destaca é a linguagem, embora exista uma série de mecanismos que também possa ser tida como ferramentas, tais como memória, habilidades cognitivas, habilidades sociais como capacidade de comunicação, de sensibilidade e empatia, capacidade crítico-interpretativa, potencial para a leitura, habilidades de criar meios para experimentação e aplicabilidade dos conhecimentos transmitidos (principalmente para fins de aulas em laboratórios), habilidades de planejamento de aula e de organização do tempo, habilidades com uso de computadores e sistemas informatizados, habilidades como pesquisador, enfim. E há, ainda, instrumentos comumente

utilizados em laboratórios como de informática, mecânica e química, e os utilizados em aulas práticas e experimentais, que vão desde materiais de escritório até instrumental tecnológico avançado, como aparelhos robotizados e impressoras 3D.

Tendo dissertado sobre a atividade docente, seu objeto de trabalho e seus meios, é importante abordar os processos de trabalho implicados no trabalho dos docentes dos IF. Ressalta-se que há uma regulamentação no IFG, levantada a partir da análise documental proposta por este estudo, que afirma:

Para efeito da Política de Gestão de Pessoas do IFG, aplicam-se os seguintes conceitos: [...] III - Processo de trabalho: conjunto de ações sequenciadas que organizam as atividades da força de trabalho e a utilização dos meios de trabalho, visando ao cumprimento dos objetivos e das metas institucionais. (Portaria Normativa n.º 6, de 11 de março de 2019, Art. 2º, p. 2)

Destaca-se que são diversos tipos de processos de trabalho desenvolvidos pelos professores desse órgão, que oficialmente pertencem ao cargo de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). A Lei n.º 11.784/2008, em seu artigo 111, designa a estes profissionais atribuições relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão nos diversos níveis (Ensino Básico, Técnico e Superior) e modalidades (presencial, a distância, EJA). E, também, podem ser suas atribuições as atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, caso venha a assumir qualquer uma dessas funções de gestão.

A partir da análise de documentos normatizadores da instituição, como Estatuto do IFG, Regimento Geral do IFG, Projeto Político Pedagógico Institucional do IFG, Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG, é possível elencar que os processos de trabalho designados aos professores EBTT desse órgão focalizam-se nas frentes de trabalho:

- a) Ministrando aulas teóricas e práticas, presenciais ou a distância, na Educação Básica de Nível Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na Formação Inicial e Continuada (FIC), na Graduação e na Pós-Graduação *Lato sensu e Stricto sensu*, seja em salas de aula, em campo, em ambientes extraclasse ou em laboratórios.
- b) Realizar atividades referentes à manutenção do Ensino e preparação didática como: preparação de aulas teóricas e práticas; estudo e planejamento de aulas; elaboração de material didático; organização de roteiros de aula; elaboração e correção de métodos e instrumentos avaliativos; programação de experimentos didáticos; construção de material didático.

- c) Garantir o apoio ao ensino: atender aos alunos em locais e horários e previamente programados pelo docente; plantões de reforço escolar ou nivelamento; acompanhar atividades curriculares complementares, mesmo que fora do horário de aula; registrar e atualizar os diários e registros de classe; participar de reuniões pedagógicas, administrativas, reuniões de pais, reuniões convocadas e conselhos de classe;
- d) Orientar, coorientar e supervisionar alunos de diferentes níveis e modalidades de ensino;
- e) Realizar atividades de capacitação/qualificação que poderão envolver modalidades de formação acadêmica, como estágio pós-doutoral; cursos de pós-graduação *Lato sensu*; cursos de pós-graduação *Stricto sensu*; cursos de graduação em formação ou complementação pedagógica; e também no estágio para complementação profissional; na participação em eventos científico-tecnológicos e artístico-culturais;
- f) Fomentar atividades de pesquisa e inovação que são aquelas de natureza seja teórico-metodológica ou prático-empírica a serem realizadas em ambientes acadêmicos ou em campo monitorado visando à produção científica, técnica, inovadora ou tecnológica;
- g) Desenvolver atividades de extensão que são aquelas de troca mútua de conhecimento desenvolvido, produzido ou instalado no câmpus, ou estendido à comunidade externa por meio de projetos ou programas, assessorias, consultorias, prestação de serviços, cursos de extensão.

Ressalta-se que o trabalho docente efetivo se dá a partir de três possibilidades de regimes de trabalho para os concursados efetivos: I. 40 (quarenta) horas semanais de trabalho com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão; II. 40 (quarenta) horas semanais de trabalho sem dedicação exclusiva; ou III. Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho (Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, Art. 20).

3.3.2 As relações de trabalho predominantes no contexto do trabalho docente nos IFG

Defende-se que, para alcançar uma visão global sobre o contexto no qual se constituem os processos de trabalho imputados aos docentes do IF, é importante, além de conhecer as atribuições do cargo do professor listadas anteriormente, perceber como se

estabelecem as relações de trabalho com as chefias dos câmpus, com alguns cargos de gestão estratégica da Reitoria e com as instâncias do Governo Federal.

As relações de trabalho são os vínculos que se estabelecem no ambiente profissional onde se atua. Sobre isso, Marx (2016) complementa que

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas formas produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. [...] Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais. (Marx, 2016, p. 94)

Analisa-se, então, que as relações sociais de trabalho estabelecidas em um ambiente laboral estão ligadas às formas como os seres humanos aplicam suas forças produtivas no meio social, visando à reprodução de sua vida material, a partir da estrutura econômica da sociedade e das relações de produção predominantes. Para apreender as relações de trabalho predominantes no IF, também é preciso apresentar a estrutura administrativa sob a qual elas se organizam. Sendo assim, destacam-se as questões mais pertinentes acerca das relações sociais de trabalho que podem ser percebidas entre professores e outros cargos, ao mesmo tempo que se destaca como se desenha a estrutura organizacional e política dos IF. Seguindo a ordem do nível mais superior ao inferior, verifica-se que, segundo o Portal MEC (2018), os principais órgãos normatizadores ligados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são: a) Congresso Nacional; b) Conselho Nacional de Educação; c) Ministério da Educação; d) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

a) Congresso Nacional

De acordo com o Art. 48 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao Congresso Nacional, que normatiza a EPT no nível da União, cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União (Brasil, 1988). Por ser do interesse deste estudo, destaca-se, particularmente, o inciso X: “criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 32, de 2001)”. Como os trabalhadores docentes dos IF são servidores públicos federais, eles têm seus cargos criados, transformados e extintos por força do Congresso Nacional.

Acredita-se ser relevante, também, o Plano Nacional de Educação - PNE, que foi decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República. O art. 2º da

Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem vigência de 10 anos, define como diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da Educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da Educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em Educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da Educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE definiu algumas metas e estratégias que podem impactar diretamente a ação dos professores da EPT, das quais se destacam as mais pertinentes à EPT:

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população [...] até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional;

Meta 10: Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à Educação Profissional;

Meta 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público.

A partir da análise dessas metas, e do PNE como um todo, é possível tecer críticas de que é uma legislação que traz alguns avanços, mas que pode colocar em risco e trazer complicações para a qualidade do ensino. Embora o PNE traga preocupações visando melhorar as taxas de escolaridade, aumentar o número de matrículas e de professores com formação superior, aumentar salários e criar plano de carreira, ele não se detém em traçar estratégias para que os docentes deem melhores aulas e melhorem a qualidade do ensino, como se isso não fosse prioridade. Além disso, o risco de se traçar metas altas, como pode ser visto em alguns pontos do PNE, é de não se conseguir alcançar com sucesso essas metas. E, assim, contribui-se ainda mais para reforçar a imagem de que a educação pública é insustentável, podendo abrir caminhos para a privatização, principalmente quanto aos IF que já sofrem ataques. E para completar esse quadro crítico, toda essa soma de fatores também pode contribuir para o esvaziamento de sentido do trabalho do professor e favorecer o surgimento de casos de desgaste mental e adoecimento laboral.

b) Conselho Nacional de Educação

Segundo o Portal MEC (2018), o Conselho Nacional de Educação (CNE) está associado ao MEC, mas é um órgão independente e tem como missão a “busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da Educação nacional de qualidade”. O CNE auxilia o ministro da Educação na formulação e avaliação das políticas nacionais de Educação, com foco no cumprimento da legislação e na qualidade, sendo então

[...] um dos órgãos de maior importância dentro do sistema educacional brasileiro, pois ele é o responsável por acompanhar a elaboração e execução do Plano Nacional de Educação (PNE); regulamentar diretrizes; assegurar a participação da sociedade; dar suporte ao MEC no diagnóstico de problemas e participar ativamente da promoção de debates que auxiliem na busca de melhorias. O conselho emite ainda pareceres e resoluções, que devem ser seguidos por Estados, Municípios e União, após homologação do MEC, e deve se manifestar por iniciativa própria ou em resposta às questões que lhe sejam apresentadas sobre todos os temas educacionais. (MEC, 2018)

c) Ministério da Educação

Segundo o Portal MEC (2018):

O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - política nacional de Educação; II - Educação infantil; III - Educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, Educação de jovens e adultos, Educação Profissional, Educação especial e Educação a distância, exceto ensino militar; IV - avaliação, informação e pesquisa educacional; V - pesquisa e extensão universitária; VI - magistério; e VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

De acordo com a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, disponível no *site* Portal MEC e regido pelo Decreto n.º 9.665/19, há órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Educação e há órgãos específicos singulares, como: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e suas diretorias, quais sejam: Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica; e Diretoria de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica.

Com base na análise de documentos institucionais do IFG e somando a uma avaliação crítica do contexto político-econômico que envolve desde o Congresso Nacional, passando pelo Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação, notam-se intervenções que

culminam no estrangulamento do financiamento das Instituições Federais de Ensino e impactam diretamente a relação de trabalho dos docentes dos IF. Tanto as universidades públicas como as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica sofrem com políticas, ataques e ações na tentativa de “desmanche” de sua atuação na sociedade. O funcionamento, sobretudo dos IF que interessam a esta pesquisa, está tendo seu funcionamento bastante comprometido e, praticamente, inviabilizado. Em grande parte, contribuem para isso: as falhas na gestão e a falta de distribuição de recursos financeiros; descompromisso e baixos investimentos em pesquisa e inovação; precariedade quanto às políticas de qualificação de profissionais; insuficiente reposição de servidores, principalmente de docentes, sucateamento das possibilidades de prestar um serviço de qualidade às comunidades; estagnação nos planos de carreira; entre outras questões. É fato que tudo isso fortalece extensamente o quadro de precarização das relações de trabalho que se propõe a investigar aqui (Velloso & Marques, 2015; Notícias da Educação – IFG, 2018; Nota de Esclarecimento - IFG, 2019).

Além disso, cabe reforçar que, para um melhor desempenho profissional dos docentes, toda a estrutura deveria estar mais engajada em prol de um objetivo único: viabilizar a qualidade de execução das propostas dos IF, o que engloba desde o governo federal até os órgãos legisladores citados. No entanto, a realidade parece que se revela bem diferente quando são notadas as ações governamentais que mais se assemelham às tentativas de “sucateamento” dos IF. Caso esta percepção se aproxime de alguma verdade, possivelmente se revelaria um contexto esmagador dos esforços dos professores docentes (e de toda a força de trabalho atuante dentro dos Institutos Federais). Ou seja, por mais que se dediquem, os trabalhadores estariam frequentemente expostos a situações que possam afastá-los das possibilidades de alcançarem satisfação profissional.

d) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Como tratado anteriormente, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) é um órgão específico do MEC, que, conforme Decreto n.º 9.665/19, art. 17, tem como algumas de suas competências mais relevantes:

- I - formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e tecnológica;
- II - desenvolver a Educação Profissional e tecnológica em regime de colaboração com os demais sistemas de ensino e os diversos agentes sociais envolvidos [...];

- V - fomentar o desenvolvimento de modelos de ensino, avaliação e gestão na Educação Profissional e tecnológica, observadas as especificidades do público a ser atingido;
- VI - instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito das políticas públicas e dos recursos destinados à Educação Profissional e tecnológica, em articulação com as redes de Educação Profissional e tecnológica, os sistemas de ensino e os demais agentes sociais [...];
- X - divulgar a Educação Profissional e tecnológica, visando a ampliar a sua atratividade e o seu reconhecimento social junto aos jovens, aos trabalhadores e à sociedade em geral [...].

Os IF são estruturas multicâmpus que se estabelecem a partir da organização administrativa da Reitoria. Mesmo cada unidade sendo possuidora de uma autonomia financeira, elas precisam respeitar um certo grau de hierarquia com a Reitoria, a qual é balizadora de ações de políticas e com respaldo jurídico ligado à Procuradoria Federal. A Reitoria do IFG é constituída por cinco pró-reitorias, cada uma com sua função e atividades específicas. Elas são responsáveis por elaborar os documentos norteadores e regulamentos, principalmente aqueles voltados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, podem haver alguns documentos falhos ou inexistentes que impactem diretamente a execução do trabalho docente. Como ressaltado na fala do servidor a seguir, é possível verificar que existem reclamações de que os câmpus não são escutados na elaboração de algumas políticas.

Esse olhar só para os meus direitos... a coisa não vai funcionar. Porque igual eu falei, na instituição tem um monte de direitos para gente, mas não dá estrutura para isso continuar funcionando. Então, se o servidor não se dispuser a fazer o X+1 em alguns momentos... Não estou dizendo todos, mas em alguns momentos. Como alguns colegas se dispuseram e falaram: -Vem cá, o que você quer que eu faça? Vou te ajudar. (Aguiar)

Nessa passagem, a professora relata que há direitos dos quais os docentes gozam, mas, em contraposição, a instituição não oferece estrutura administrativa para que as atividades acadêmicas se mantenham funcionando sem sofrer impactos relevantes. Para equilibrar tais impactos, os servidores precisam estar dispostos a se dedicar além do planejado, como dito pela servidora quando se referiu à expressão “fazer o X+1”. Outros dois relatos alertam que:

Creio que apesar de existirem Ouvidoria e Comissões de Avaliação servem muito mais para punir e vigiar docentes e técnicos por gestões autoritárias do que para melhorar a Instituição. (Documento Institucional – Resposta de um(a) servidor(a) ao Questionário da Comissão Própria de Avaliação, 2020).

Precisamos melhorar ainda na relação democrática entre os pares. E que as tomadas de decisões não sejam sempre de cima para baixo. Acredito que as mudanças profundas só ocorrem quando partem das bases. (Documento Institucional – Resposta de um(a) servidor(a) ao Questionário da Comissão Própria de Avaliação, 2020).

Tais críticas permitem avaliar que há insatisfações relevantes surgindo em relação às decisões tomadas por gestores da Instituição que, provavelmente, não consideraram a escuta e

consulta adequada aos servidores. Assim, entre os câmpus e a reitoria identifica-se uma interdependência e uma organização verticalizada, que pode gerar críticas e uma complexa relação de hierarquia por parte dos trabalhadores lotados nos câmpus.

Dentre os cargos e funções que estabelecem relações de trabalho mais próximas aos docentes, destacam-se os seguintes setores da reitoria e dos câmpus, os quais se organizam administrativamente da seguinte forma: a) Reitor(a); b) Pró-Reitoria de Ensino; c) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; d) Pró-Reitoria de Extensão; e) Pró-Reitoria de Administração; f) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional; g) Comissão Permanente de Pessoal Docente; h) Direção-Geral do Câmpus; i) Chefia de Departamento Acadêmico; j) Gerente de Pesquisa e Extensão; k) Coordenação Acadêmica; l) Coordenações de Cursos Técnicos e de Cursos de Graduação.

a) Reitor(a)

Ao cargo de Reitor(a) compete representar o IFG, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da instituição. Nos impedimentos e nas ausências deverá ser designado(a) um substituto(a) (Estatuto do IFG, Art. 20). O(A) Reitor(a), escolhido(a) em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes, terá um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. O ato de nomeação será precedido de realização de consulta à comunidade acadêmica, mediante processo eletivo. Dentre as principais competências do(a) Reitor(a), podem ser citadas: Administrar e representar o IFG; Gerir, coordenar e superintender as atividades da instituição; Convocar e presidir Conselhos; Nomear cargos e funções; Propor o orçamento do IFG; Exercer o poder disciplinar; Conferir graus e assinar diplomas e certificados; Baixar resoluções e portarias (Regimento Geral do IFG, Art. 21 e 22).

b) Pró-Reitoria de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é responsável pela proposição e condução das políticas de ensino no âmbito de todo o IFG. O Pró-Reitor(a) de Ensino, bem como todos os(as) outros(as) pró-reitores(as) são subordinados(as) ao(à) Reitor(a) e deve ser nomeado(a) pelo(a) Reitor(a) e responde solidariamente a ele(a) por seus atos de gestão, no limite da sua competência (Estatuto do IFG, Art. 25 e 26). Essa Pró-Reitoria é responsável pela proposição

e condução das políticas de ensino para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e das metas e compromissos estabelecidos no âmbito de todo o IFG, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e ainda promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Regimento Geral do IFG, Art. 46).

c) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) constitui-se como órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa e pós-graduação e inovação no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Estatuto do IFG, Art. 27 e 28). Essa Pró-Reitoria é responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do PDI e das metas e compromissos estabelecidos no âmbito de todo o IFG (Regimento Geral do IFG, Art. 79).

d) Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) se responsabiliza pela proposição, planejamento, fomento, execução, coordenação, condução e avaliação das políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais e aos arranjos produtivos e socioculturais. Essa pró-reitoria responde, também, pela gestão dos programas governamentais intrínsecos à área e das políticas de acompanhamento de egressas/os, eventos institucionais e convênios ou interações escola-mundo do trabalho (Estatuto do IFG, Art. 29 e 30). A Proex é responsável pela proposição, planejamento, fomento, execução, coordenação e condução das políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais e ao setor produtivo; e pela gestão dos programas governamentais intrínsecos às políticas de estágios, egressos, assistencial estudantil e eventos institucionais (Regimento Geral do IFG, Art. 93).

e) Pró-Reitoria de Administração

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) desenvolve ações de proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Estatuto do IFG, Art. 31 e 32). A Proad propõe e conduz as políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento do PDI e das metas e objetivos do IFG (Regimento Geral do IFG, Art. 110).

f) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH) responde pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados de desempenho da instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Estatuto do IFG, Art. 33 e 34). A Prodirh é responsável pela proposição, condução e execução das políticas de gestão de pessoal e de tecnologia da informação, pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da instituição e pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da instituição no âmbito de todo o IFG (Regimento Geral do IFG, Art. 133).

Essa é a pró-reitoria que implementa e acompanha a Política de Gestão de Pessoas, com o apoio da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, das Direções-Gerais dos Câmpus, das Chefias de Departamento, das Coordenações de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor – CRHAS, da Comissão Interna de Supervisão – CIS e da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD. A Política de Gestão de Pessoas incentivará medidas visando garantir a segurança da informação, buscando sempre a automação de seus processos. Os programas, os projetos e as ações dessa política podem ser objeto de pesquisas periódicas de satisfação, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa política aplica-se aos servidores efetivos, aposentados, temporários, substitutos, estagiários, terceirizados, no que couber (Resolução n.º 26/2019 do Consup do IFG, Art. 17 a 19).

De acordo com esta Resolução n.º 26/2019 Consup-IFG, que abarca a Política de Gestão de Pessoas do IFG, são elencados como eixos estruturantes:

- I – Dimensionamento de Pessoal e Institucional (propõe e define os critérios de distribuição de vagas na Instituição, mediante análise do quadro de pessoal, da estrutura organizacional, das condições físicas das unidades);
- II - Capacitação e Qualificação de Servidores (promove o aperfeiçoamento, desenvolvimento e qualificação dos servidores do IFG, por meio de eventos, qualificação e capacitação);
- III – Avaliação de Desempenho (subsidiar a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e para a garantia da melhoria da qualidade dos serviços prestados);
- IV – Saúde e Segurança no Trabalho (promove a preservação e a segurança no ambiente de trabalho, controla os riscos relacionados ao ambiente de trabalho e às atividades desenvolvidas, assim como preserva e promove a saúde dos trabalhadores).

g) Comissão Permanente de Pessoal Docente

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) foi constituída através do Decreto n.º 94.664/87 e regulamentada pela Portaria n.º 475/87 do MEC. Atualmente, a Lei n.º 12.772/12 (alterada pela Lei 12.863/13), artigo 26, institui a CPPD e define as suas atribuições. Entre suas competências, estão o assessoramento para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito ao dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; a contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; a alteração de regime de trabalho docente; a avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; a solicitação de afastamento docente para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e a liberação de professores para programas de cooperação em outras instituições universitárias ou não.

h) Direção Geral do Câmpus

A Diretoria Geral do Câmpus é o posto de trabalho que responde pela organização e condução das ações institucionais do Câmpus, em conformidade com as políticas institucionais definidas pelas instâncias deliberativas do IFG. Os(as) Diretores(as) Gerais são escolhidos em processo eletivo por servidores(as) e estudantes. São nomeados(as) de acordo com o que determina o art. 13 da Lei n.º 11.892, de 2008, para mandato de 04 (quatro) anos contados da data da posse, permitida uma recondução. Eles respondem solidariamente com o(a) Reitor(a) por seus atos de gestão, no limite das suas competências (Estatuto do IFG, Art. 39 a 41).

i) Chefia de Departamento Acadêmico

A Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas será exercida por servidor docente, do Regime de Dedicção Exclusiva, nomeado pelo Reitor a partir de processo de indicação realizado pelo Colegiado do Departamento. A indicação do Chefe de Departamento de Ensino será definida por eleição, para um mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da nomeação. O processo de consulta contará com a participação dos servidores do Departamento e alunos.

Entre as competências da Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas, estão: Dirigir, orientar, avaliar e propor ajustes no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados pelo Departamento; Coordenar a elaboração e execução do Planejamento Pedagógico Institucional, no âmbito do Departamento; acompanhar e controlar a execução das atividades acadêmicas dos estudantes, as atividades de docência, a execução dos planos e programas de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas, responsabilizar-se pela elaboração dos horários das turmas e disciplinas, identificando e solucionando questões de remanejamento de carga horária docente, observando a melhor orientação pedagógica e o cumprimento das orientações quanto à jornada de trabalho dos servidores; propor ações de capacitação e qualificação de servidores; emitir parecer sobre solicitação de afastamento e de licença para capacitação de docentes e técnico-administrativos do Departamento; fazer a mediação nas questões de relações interpessoais e de trabalho; organizar e dirigir as reuniões com pais e professores; garantir o cumprimento dos dias letivos e carga horária nos termos da legislação vigente; acompanhar os processos de reconhecimento e renovação dos cursos e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação (Regimento Geral do IFG, Art. 189).

j) Gerente de Pesquisa e Extensão

A Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX) é responsável pela implementação das políticas e desenvolvimento das ações relacionadas à pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão, em conformidade com as orientações da respectiva Pró-Reitoria, em consonância com as políticas definidas para o IFG. Entre algumas das competências da Gepex, estão: Atuar na geração de estágios e empregos, na assistência estudantil, nos programas e eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos, de inclusão social, nos projetos e serviços tecnológicos desenvolvidos pelo Câmpus e nas demais ações que contribuam para a divulgação do trabalho do IFG; Propor, planejar, coordenar e avaliar, no Câmpus, o

desenvolvimento das ações de pesquisa, inovação, extensão, intercâmbio com as instituições de ensino, empresas, organizações sociais, de âmbito nacional e internacional; Supervisionar os trabalhos e apoiar a atuação dos grupos de pesquisa da instituição e programas de estágios curriculares e de geração de trabalho e renda; Emitir, registrar e expedir certificados de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Câmpus (Regimento Geral do IFG, Art. 202 e 203).

k) Coordenação Acadêmica

A Coordenação Acadêmica é subordinada diretamente à Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas. É responsável pelo apoio e desenvolvimento de ações acadêmicas, pedagógicas e administrativas para a viabilização das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão de incumbência do Departamento. Além disso, responsabiliza-se pela atualização das matrizes curriculares e dos programas de ensino; acompanha a avaliação dos currículos e programas; elabora, em conjunto com outros atores, os horários das turmas, das disciplinas e distribuição dos horários dos docentes do Departamento, buscando a implementação da proposta pedagógica que assegure o melhor desempenho dos estudantes; orienta o corpo docente na organização de programas e planos de ensino e na aplicação dos instrumentos de avaliação e acompanhamento do desempenho do aluno; controla e elabora o relatório de frequência dos servidores do Departamento; coordena a anteposição e reposição de aulas e a supervisão de estágio; participa das reuniões com pais e professores (Regimento Geral do IFG, Art. 192 e 193).

l) Coordenações de Cursos Técnicos e Cursos de Graduação

As Coordenações de Curso são as responsáveis diretas pelo projeto do curso; pela viabilização e acompanhamento de todas as atividades pedagógicas, desenvolvidas a partir do planejamento curricular ou por ações de pesquisa e extensão definidas pelas políticas institucionais, no âmbito do curso. A Coordenação de Curso será exercida por servidor docente, escolhido a cada 02 (dois) anos, entre os professores de Dedicção Exclusiva do curso. Entre outras atividades, essa Coordenação viabiliza e coordena o desenvolvimento de todas as atividades pedagógicas definidas pelo planejamento curricular, no âmbito dos respectivos cursos; responsabiliza-se e coordena o processo de reconhecimento e renovação

de reconhecimento de curso; subsidia processos de diagnóstico da atuação e ajustes na oferta de cursos e nas estruturas curriculares das disciplinas; confere e autoriza a colação de grau aos alunos concluintes; participa das reuniões com pais e professores; responsabiliza-se pela inscrição e acompanhamento das etapas dos Exames Nacionais obrigatórios do MEC e auxilia na divulgação dos processos (Regimento Geral do IFG, Art. 198 e 199).

3.3.3 As condições do trabalho docente nos IFG

A análise documental da Política de Gestão de Pessoas do IFG (2019) indicou que condições de trabalho no IFG são tratadas como o “conjunto de recursos que possibilita uma melhor realização do trabalho e que envolve tanto a infraestrutura, os materiais didáticos disponíveis, quanto os serviços de apoio” (p. 2). Com base nisso, aqui se trata sobre a temática das condições do trabalho docente nos IF em torno de questões relacionadas às condições mínimas de conforto (como limpeza, ruído, iluminação, conforto térmico) e relacionadas à infraestrutura física (como mobiliário, materiais de trabalho, ambientes dos câmpus, espaços destinados aos laboratórios e bibliotecas, salas de aula e de estudos, refeitórios).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFG 2018), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás está em fase de consolidação, com ampliação da oferta de cursos e vagas, para atender à população de diversas regiões do estado. Isso significa dizer que a infraestrutura e as instalações físicas que já existem estão sendo analisadas e redimensionadas. Para algumas unidades escolares, este redimensionamento já indica a necessidade de ampliação da infraestrutura física, com novas construções e aquisições de equipamentos acadêmicos. Os câmpus mais recentemente implantados, que estão em fase de consolidação, foram projetados e dimensionados para atender às necessidades acadêmicas, de acordo com os cursos a serem ofertados e o número de discentes a serem atendidos.

Como instrumentos de aperfeiçoamento institucional existem processos internos denominados Autoavaliação Institucional, os quais são conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é uma comissão permanente constituída por servidores técnico-administrativos e docentes, discentes e representantes da sociedade civil organizada. Para tanto, são aplicados questionários à comunidade interna e externa. A Autoavaliação Institucional é uma importante ferramenta de gestão que embasa tomadas de decisão sobre a

ampliação e revitalização das condições de trabalho, a manutenção e/ou melhoria da qualidade da administração, da pesquisa, do ensino e da extensão. Os eixos avaliados por este instrumento são: Eixo I) Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo II) Desenvolvimento Institucional; Eixo III) Políticas Acadêmicas; Eixo IV) Políticas de Gestão; Eixo V) Infraestrutura Física. Ao final do processo de avaliação, é gerado um relatório anual e disponibilizado para a comunidade.

Analisando o Relatório 2017, sobre o Eixo V, que trata da Infraestrutura Física, aspecto que interessa a esta pesquisa na temática das condições do trabalho docente nos IF, destaca-se que a média geral foi de 60% de satisfação. Especificamente, a limpeza dos Câmpus, os serviços das bibliotecas obtiveram mais de 80% de aprovação. Os laboratórios didáticos mostraram-se como ponto crítico com 55% de aprovação, demonstrando que precisam de manutenção e serem observadas ações pontuais. Nos campos de perguntas abertas, surgiram numerosas contribuições a respeito dos laboratórios, abordando a falta de insumos para desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa e também a manutenção da estrutura dos laboratórios:

Melhoria nos laboratórios por exemplo no laboratório 11. Existem goteiras em cima das tomadas de bancada podendo ocorrer acidentes graves/fatais. Outra melhoria seria em relação a disponibilidade de equipamentos para estudos na área prática e a falta de piso emborrachado em todos os laboratórios. (Relato de um Discente – Relatório de Autoavaliação Institucional 2018).

Mudança total nos laboratórios, uma limpeza e atendimento melhor, pois no laboratório de química encontram-se reagentes vencidos desde 2013, laboratórios extremamente sujos, abastecimento com materiais novos. (Relato de um Discente - Relatório de Autoavaliação Institucional, 2018)

Ao se verificar que 55% dos participantes da pesquisa da CPA avaliam que as instalações físicas dos laboratórios apresentam críticas, pode-se inferir que há um impacto significativo nas condições de trabalho dos docentes das áreas técnicas, que são aqueles que utilizam frequentemente esses espaços em sua rotina de trabalho. Nesse quesito, estes poderão estar mais sujeitos a desconforto térmico, acidentes de trabalho e até mesmo a processos de adoecimento laboral.

No espaço reservado às críticas e sugestões dos questionários, surgiram também aspectos referentes à climatização das salas de aula e outros aspectos dos demais ambientes institucionais:

Em geral, falta ar condicionado, as salas são pouco ventiladas, trabalho mais com a parte teórica nos cursos, mas o pouco que conheço dos laboratórios, classifico como regular. (Relato de um Docente - Relatório de Autoavaliação Institucional 2018).

Refrigeração dos laboratórios, principalmente os que ficam do lado do sol da tarde que não possuem nem ventiladores, e mesmo o que possui não tem refrigeração suficiente, necessita ar condicionado. (Relato de um Docente - Relatório de Autoavaliação Institucional 2018).

Ausência de espaço físico apropriado para os docentes realizarem atendimento e orientação de alunos. (Relato de um Docente - Relatório de Autoavaliação Institucional 2017).

Sugiro a implantação de consulta permanente sobre as demandas de infraestrutura no Campus, algo como orçamento participativo, quem sabe até com questionário online para que alguns itens fundamentais sejam apontados. (Relato de um Docente - Relatório de Autoavaliação Institucional 2017).

Observa-se que todas as falas dos(as) participantes da pesquisa da CPA discorreram acerca da necessidade de ampliação de recursos no tocante a diversos aspectos. Os que mais se destacaram foram em relação à ampliação de recursos para investimento em infraestrutura e manutenção dos Câmpus. Já quanto aos(às) entrevistados(as) pela pesquisadora do presente estudo, esses também sugeriram contribuições importantes, como:

Hoje, o que me incomoda, e o que mais me distancia do ideal, é a questão da estrutura física mesmo. É o conforto térmico, a luminosidade na sala, o espaço que a gente está. O prédio é lindo, maravilhoso, mas falta o conforto térmico! Eu falo que a gente teve uma grande decepção quando veio pra cá, porque eu achei que eu fosse ter mais conforto pra dar aula. E eu não tenho! Uma sala faz barulho para outra sala [...]. Se um aluno sai da sala e conversa com outro aluno no corredor, ele atrapalha sua aula de cá. Você não pode fechar a porta porque se não o ar não circula. O resto... é porque a Educação é assim mesmo. As coisas vão mudando e a gente vai se adaptando. (Gomes)

Ao se olhar para a educação brasileira, é natural surgir à mente as inúmeras complexidades, problemas e tramas de difícil solução que podem implicar negativamente na satisfação profissional dos professores. Sendo assim, é passível de emergir uma inquietação ao notar que questões, aparentemente de simples solução, como barulho e calor, sejam as que mais incomodam uma professora.

Aqui surge um relato de um docente que, por questões relacionadas à infraestrutura, revela alguma insatisfação profissional, e até mesmo pensamentos de desistência de atuar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O que se torna preocupante porque, em falas anteriores, esse mesmo profissional afirmou sentir apreço por esse tipo de público, pelos alunos com esse perfil.

Ao se analisar outros documentos, nota-se que algumas providências e planejamentos, visando reparar alguns quesitos referentes às condições de trabalho, estão sendo projetados para os próximos anos. Em 2018, foi redigido um Inventário de Infraestrutura Física dos

Câmpus e da Reitoria e o Plano Diretor do IFG traz propostas de melhorias que delineiam metas a serem apresentadas pelo PDI na vigência de 2019 a 2023.

CAPÍTULO IV

4 O TRABALHO DOCENTE E A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR NO CONTEXTO DAS METAMORFOSES DAS RELAÇÕES LABORAIS

Este capítulo aborda a categoria trabalho, a crise estrutural do sistema do capitalismo, a reestruturação produtiva, social e econômica e as questões relativas ao reordenamento do mundo do trabalho e os potenciais impactos para os trabalhadores. São aprofundadas as novas formas de gestão e organização do trabalho, a flexibilização e a precarização das relações, o gerencialismo, a exacerbação da individualidade, a intensificação e a exploração do sujeito que trabalha, entre outros elementos. A partir disso, analisa-se de que maneira é possível desvelar tais aspectos e suas implicações para o contexto laboral dos professores dos IF. Tais reflexões permitiram analisar, por meio de entrevistas, como os docentes elaboram os sentidos de seu trabalho a partir de suas elaborações sobre os significados socialmente construídos envolvidos em seu ambiente laboral.

4.1 A categoria trabalho e a natureza do trabalho docente

Ao se contextualizar a categoria trabalho a partir de Marx (2017), observa-se que o trabalho é tido como uma atividade consciente vital humana e caracteriza-se como elemento central do processo de constituição da sociedade e da vida individual. O trabalho dá origem ao ser social, ou seja, o complexo da nossa existência humana tem sua origem nele, sendo a condição humana o resultado do trabalho.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (Marx, 2017, p. 326)

Sendo assim, o trabalho é o que diferencia o ser humano dos outros animais, por isso o trabalho diz respeito unicamente ao ser humano, pois é apenas no ser social que o “pôr

teleológico”²², que se exterioriza como uma nova objetividade posta na natureza, se efetiva. Desse modo, “[...] o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, é uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (Lukács, 2013, p. 35).

Nesse sentido, para se compreender a realidade, é preciso compreender a categoria trabalho como determinação fundamental na constituição da sociedade e do indivíduo social. Da mesma forma que o trabalho, o ser humano é um produto de um processo histórico. As categorias que formam esse sujeito não são tidas como fixas, mas estão em constante movimento. Sendo assim, ao longo da história, tanto o ser humano como sua forma de organizar e estruturar seu trabalho são resultados de processos de mediações e elaborações sociais determinadas historicamente (Lukács, 2007).

A partir de todos esses pressupostos, tem-se a intenção de ressaltar que, para compreender a natureza do trabalho docente e a natureza da educação, foi preciso passar, primeiro, pela compreensão da natureza humana e da categoria trabalho, pois a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Então, a partir de Saviani (2015), destaca-se que a educação é um processo de trabalho desempenhado pelos professores ao lecionar. Mas, ao mesmo tempo, a educação também é “uma exigência de e para o processo de trabalho” (p. 286). Ou seja, antes de o professor educar, ele precisa ser educado, sendo ele mesmo o objeto do trabalho de outros professores. Ao ser educado e educar outras pessoas, forma-se um ciclo cada vez mais amplo e complexo de produção da existência humana. Portanto, a humanidade é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos seres humanos (Saviani, 2015).

Além disso, Saviani (2015) reforça que os processos de trabalho que produzem bens materiais são denominados de trabalho material, e que a categoria trabalho não material ou imaterial trata-se da produção de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes e habilidades. E nesse segundo contexto imaterial encaixam-se os trabalhadores da educação. Porém, atenta-se para o fato de que o trabalho imaterial se distingue em duas modalidades: 1) Refere-se às atividades em que o produto se separa do produtor, como um escritor e seu livro, ou um artista e sua obra de arte; 2) Refere-se às atividades em que o produto não se separa do produtor, como o professor e o aluno. Nesse caso, não ocorre o intervalo entre a produção e o consumo; o ato de produção e o ato de consumo se entrelaçam:

²² “Pôr teleológico” é uma categoria presente na obra de Lukács (2007), que se refere a um processo de trabalho no qual se chega a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. “Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência; ao contrário, aqui no ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico”. (Lukács, 2017, p. 38)

Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos). (Saviani, 2015, p. 287)

Já foi abordado o fato de que, na relação com o objeto, o ser humano o modifica e, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (Marx, 2017). Somando a isso, Paparelli (2009) também contribui reforçando que, no caso da atividade docente, professor e aluno saem modificados, de tal forma que o aluno não é somente o objeto, mas também participa na produção da atividade pedagógica. Assim, o consumo e a produção se dão de forma simultânea, sendo inseparáveis. O processo de trabalho educativo, portanto, acontece na relação interpessoal, o que significa dizer que o trabalho só se realiza na presença indissociável do estudante e do professor.

Então, o que caracteriza um trabalho é o tipo de trabalho. No caso do presente estudo, é o trabalho docente, que constitui um processo de trabalho de tipo intelectual, imaterial, em que no ato mesmo do trabalho é consumido seu produto. É um tipo de trabalho cuja produção é a produção de outro humano, de um ser humano humanizado. Sendo imaterial, seus contornos não estão explicitados claramente (Paparelli, 2009).

Acompanhando Paparelli (2009), considera-se que o trabalho educativo não se reduz ao trabalho produtivo, como se a escola fosse uma fábrica e os professores seus operários. O trabalho docente está, sim, submetido a uma lógica compatível com a produção de mercadoria e de mais-valia, mas não é possível a completa separação entre quem planeja e quem executa o trabalho, já que o trabalhador tem de ser sujeito de seu trabalho. Por isso, é impossível a submissão real do trabalho do professor ao capital, mesmo que esses profissionais sejam colocados na instituição no lugar de obedecer aos gestores e planejadores da educação. Nesse sentido, a autora avalia:

A aula é o próprio trabalho pedagógico, sendo que o produto da educação escolar é a diferença entre o modo como o educando entrou e o modo como saiu do processo. O consumo se dá imediatamente, mas não *apenas* imediatamente. O processo de trabalho pedagógico implica dois tipos de saberes: o saber-fazer do professor, apropriável tecnicamente pelo capital (técnicas/métodos de ensino); o saber que é transmitido/reinventado a cada encontro entre aluno e professor, o saber que se passa, aquele que, enquanto objeto de trabalho que se incorpora ao aluno e transforma o professor, tem que estar presente no momento da produção, sendo inseparável da produção, pois é matéria-prima. O “saber que se passa” dificulta a parcelarização do trabalho docente com a conseqüente apropriação radical do saber do educador e a subordinação real do trabalho à forma capitalista de organizar o trabalho. (Paparelli, 2009, p. 10)

Ao longo do debate sobre a natureza da educação e do trabalho docente, destaca-se que não é possível tratar dos fenômenos intrínsecos ao universo das unidades escolares de forma desconectada da totalidade dos processos psicossociais, das formas sociais de organização e gestão da produção e, conseqüentemente, de questões que envolvem as forças de dominação do sistema capitalista. Isso ocorre porque as determinações gerais do capital afetam profundamente, sem exceção, cada âmbito particular da sociedade e das relações psicossociais, e não poderia ser diferente com o campo educacional (Mészáros, 2007). Dessa forma, para dissertar sobre a subjetividade docente e o processo de saúde-doença-trabalho dessa classe de profissionais, é indispensável, primeiramente, investigar os impactos da reestruturação produtiva no cotidiano laboral, sobretudo dos professores dos IF.

4.2 As metamorfoses do mundo do trabalho e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Como foi visto até aqui, nas condições históricas atuais, o chamado mundo do trabalho e as formas pelas quais o trabalho é socialmente organizado pelo capital têm sofrido profundos reflexos ao longo das últimas décadas devido a uma crise estrutural do capital que vem ocorrendo a partir da década de 1970. A crise ainda está presente, pois ela é ampla e afeta todos os sistemas e todo o universo da produção até o conjunto complexo das esferas da vida social e, conseqüentemente, os mais profundos aspectos subjetivos dos indivíduos sociais. Essa crise vai além da incapacidade do capital de retomar seus ciclos de ampliação das taxas de acumulação, mas envolve, também, rupturas e falências nas formas de hegemonia construídas ao longo do século XX. Sendo assim, “o movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa denomina-se reestruturação produtiva, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas a autovalorização do valor” (Alves, 2011, p. 33). Ou seja, em busca de respostas para tentar superar essa crise, o capital desenvolveu estratégias baseadas em um tripé articulado, sendo: 1) Reestruturação produtiva e reordenamento do mundo do trabalho em suas mais diversas esferas; 2) Reforma da estrutura de funcionamento do Estado determinado pelas políticas de recorte neoliberal; e 3) Financeirização da economia mundializada (Alves, 2011). Porém, este capítulo discute o primeiro item, o qual trouxe contribuições importantes acerca do trabalho docente.

As formas sociais de organização e gestão da produção decorrentes da denominada “empresa enxuta” ou “flexível” revelam engrenagens e mecanismos que envolvem e sujeitam o trabalhador às tramas do espaço laborativo e aos processos de produção. Ao analisar tais tramas, formas de organização do trabalho e de gestão da produção é possível identificar relações trabalhistas e condições laborais que denotam cada vez mais a presença de trabalho precarizado. O trabalho precário caracteriza-se por instabilidade, imprevisibilidade, insegurança e riscos empregatícios assumidos principalmente pelo trabalhador, de tal forma que:

A precarização do trabalho é o modo pelo qual o capital estabelece, para a classe trabalhadora, as condições para que se aceite trabalhar mais, em piores condições e recebendo menos por isso (...) há uma generalização de modos de trabalho baseados em uma diversificada, complexa, fragmentada base de tempo, duração, intensidade, contratos, formas de remuneração, setores interpenetrados, redes e cadeias produtivas, novas mediações entre trabalhadores e mercado de trabalho por meio das empresas intermediárias, subcontratação e terceirização, etc. (Silva, 2018, pp. 227-228).

Silva (2018) complementa destacando que tal precarização se estende das formas de organização do trabalho e das relações de produção para as demais esferas da vida social, assumindo uma forma de precarização social. Sendo assim, direitos sociais e trabalhistas também são corroídos, bem como expectativas e projetos de futuro podem se tornar frustrados, e vidas espoliadas pelo adoecimento laboral, enfim, um novo modo de vida precário parece emergir. Além disso, o autor aponta questões como aumento das desigualdades sociais; precarização da saúde e segurança no trabalho; perda das identidades individuais e coletivas; fragilização das organizações dos trabalhadores; condenação e descarte do direito do trabalho.

De acordo com Alves (2011), as novas lógicas de organização e controle do trabalho que surgiram com o advento do neoliberalismo e a consequente reestruturação produtiva apontam um vigoroso movimento de “captura da subjetividade”, de forma que os valores da empresa são impregnados na vida social do indivíduo e a vida social do sujeito se entrelaça com a empresa. Houve, então, profundas mudanças nas condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora. No âmbito mais geral da organização social do trabalho, Alves (2011) observa que essa precarização do trabalho no capitalismo global atinge a “objetividade” e a “subjetividade” da classe trabalhadora. Tal processo é entendido como a “captura” da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital. É por essa via manipulatória

que o capitalismo molda e direciona a ação e o pensamento daqueles que trabalham, sustentando neles o “envolvimento” e engajamento pelas suas tarefas e responsabilidades para com o capital.

Esse contexto trouxe diversos mecanismos de manipulação e resultou em intensos impactos sobre as condições de trabalho e subjetividade do ser que trabalha. A ideologia neoliberal e seus discursos dentro das empresas entraram nas subjetividades, deixando as pessoas desapropriadas de si próprias (Alves, 2011). No caso do sistema educacional, a submissão à lógica neoliberal foi intensificada principalmente por meio das políticas educacionais, sendo importante refletir de que forma tais políticas educacionais produzem novas formas de exploração dos trabalhadores da Educação, sobretudo do ensino profissional técnico e tecnológico. Isso porque essa fatia do sistema educacional parece estar ainda mais próxima do foco das atenções do mercado de trabalho ao objetivar, acima de tudo, o preparo dos alunos para a prática profissional.

Dias Júnior et al. (2015) acrescentam que foi acirrada a exploração do trabalho no que se refere às relações sociais e acelerado o processo de desumanização dentro do sistema capitalista atingindo todos os espaços de trabalho. E o campo educativo tornou-se, nesse processo, um dos mais atingidos por essas transformações. Como resultado disso, a estrutura organizacional das unidades de ensino, dentre as quais envolvem o ensino profissional, científico e tecnológico, passou a ser regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, formação superficial e flexível, tudo sendo estruturado para ser eficaz em relação ao capitalismo. Essa sociedade que “produz” conhecimento passa a ser regida pela lógica do mercado de tal maneira que a educação formal não se torna favorável às investidas do processo de emancipação humana. Pode-se extrapolar as análises que Chauí (2003) faz sobre o Ensino Superior para outros níveis e modalidades de ensino:

O âmbito universitário [pode-se dizer: o âmbito educacional] ocupa seus docentes e curva seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual, os resultados são aumento insano de horas/aula, diminuição do tempo para mestrados e doutorados, avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc [...]. O professor ao ser contratado, muitas vezes, aceita contratos de trabalho temporário precário e flexível. A docência passa a ser pensada como uma transmissão rápida de conhecimentos para alunos que precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação. (p. 7)

Nas pesquisas sobre trabalho docente e as repercussões da submissão do campo educacional ao ideário neoliberal, Mancebo (2007) identifica como temas mais recorrentes: a precarização do trabalho docente, a intensificação do regime de trabalho, a flexibilização do

trabalho, o gerencialismo. Paparelli (2009) também apontou questões como polivalência, desqualificação, desprofissionalização, aumento do número de professores na condição de “substitutos”, intensificação do trabalho percebido pelo aumento do número de alunos e de funções atribuídas ao docente, responsabilização por seu sucesso profissional. A questão é que o trabalho pedagógico foi repensado dando lugar a uma nova organização escolar, e essas transformações apontam o surgimento de processos de precarização do trabalho docente. São notáveis os traços da cultura empresarial, da empresa moderna, que pregam a flexibilidade, a descontração, a submissão às regras da produtividade e da competição (Paparelli, 2009).

Os estudos de Seligmann-Silva (1994) também indicam as várias faces da precarização das relações de trabalho que podem incidir na subjetividade e na saúde dos indivíduos, como a fragilização dos vínculos contratuais, que também implica empobrecimento dos vínculos entre pessoas e da comunicação entre elas, o afrouxamento dos laços de solidariedade e de confiança, o aumento do descompromisso com a saúde e a segurança do trabalho, surgimento de maiores conflitos na construção das identidades individual e coletiva, enfraquecimento da organização sindical, mas a que mais se destaca é a precarização ética (Seligmann-Silva, 1994).

Frente a esse cenário, notam-se as diversas possibilidades de configurações das contradições e tensões às quais os profissionais docentes estão sujeitos. Podem haver situações de maior ou de menor precariedade, capazes de revelar condições de trabalho com maior ou menor grau potencial de desgaste mental ou de adoecimento laboral. Buscou-se analisar alguns agrupamentos temáticos mais relevantes a este estudo, fazendo uma interlocução com as análises de dados construídas a partir da triangulação das entrevistas, análises documentais e diários de campo. Reforça-se que as categorias abaixo, que não ocorrem desconectadas umas das outras na realidade concreta, foram separadas didaticamente visando permitir maior ênfase a pontos importantes que exigem aprofundamento da reflexão.

a) A precarização das relações sociais de trabalho docente

A precarização do trabalho docente é percebida no aumento das contratações temporárias de professores, aumento das condições degradantes de trabalho, desvios de recursos públicos destinados ao financiamento da educação, enxugamento orçamentário. É um conjunto de contextos que pode gerar efeitos danosos ao cotidiano laboral dos docentes, como intensificação do regime de carga horária de trabalho, aumento do sofrimento subjetivo,

neutralização da mobilização para o coletivo e para a consciência de classe, aprofundamento do individualismo, entre outras situações (Mancebo, 2007).

Oliveira (2019) contribui para este debate ao abordar a especificidade da carreira do serviço público brasileiro, afirmando que

No Brasil, o servidor público, apesar de possuir certa estabilidade no trabalho, com menor risco de demissão, está sujeito a outros determinantes que caracterizam a precarização do seu trabalho, como a ameaça constante de privatização das empresas públicas, a degradação das suas condições de trabalho, a responsabilização pelas deficiências dos serviços, a instabilidade devido a mudanças políticas, as ações descontinuadas, o acúmulo de funções, além do estereótipo de morosidade, aspectos que podem afetar a Saúde do Trabalhador. (p. 61)

Nota-se que, mesmo os servidores públicos não estando isentos de sofrer com precarização das relações de produção, mesmo que sejam trabalhos intelectualizados, tudo ocorre em função de manter as forças de dominação. Alves (2011) ressaltou que o capitalismo global vem impulsionando um movimento de precarização das relações de trabalho, acompanhado de profundas mudanças nas condições de vida social e laboral. Um professor discorreu sobre isso, reforçando a precarização do trabalho em suas experiências docentes anteriores ao IFG e, também, experiências atuais sobre a docência:

Quem se submete a dar aula por dois ou três reais por muito tempo? Por um tempo ainda vai. Foi mais de uma década dando aula sob essa condição. Hoje a questão financeira é melhor aqui. Mas, ainda sempre vejo professores que enrolam, dão aula desmotivados. Eu nunca entrei numa sala de aula para enrolar aula. Até porque a hora passa mais devagar. Tem pessoas que enrolam! Tem cara que enrola, que dá aula de qualquer jeito! Não tá nem aí, que está lá pelo dinheiro! Eu nunca estive nessa profissão por dinheiro, é pelo prazer de melhorar as pessoas. (Freitas)

Por meio desse relato, o professor revela questões referentes ao prazer e sofrimento do trabalho docente, que, provavelmente, estejam ligadas às várias facetas que podem assumir os mecanismos de exploração do trabalhador e da precarização das relações no ambiente laboral. Há uma professora que também aborda a questão da precarização:

Eu tenho colegas que estão tomando remédio para trabalhar. [...] Aí, alguém falou assim: - A gente podia dar mais aulas pra essa pessoa. Eu falei: - Se a gente fizer isso a gente arrebenta com ela [se referindo ao termo "pessoa"]. Porque a gente precisa muito de professores, a gente precisa de código de vaga, a gente está sobrecarregado e não tem professor. Mas se você jogar mais horas pra ela, você está mandando ela pra casa. Porque aí a pessoa não vem, a sala fica sem aluno, o aluno fica sem professor, o aluno vai embora. (Aguiar)

Além de revelar a existência de baixa empatia e sensibilidade com o quadro de saúde dos(as) colegas, essa fala revela que o quadro de profissionais da unidade escolar é insuficiente, a ponto de prejudicar o bom andamento das atividades acadêmicas. Esse fato

ilustra o enxugamento do quadro de funcionários, principalmente concursados efetivos do poder Executivo (ainda mais da área da educação), que é característico da precarização do trabalho que constitui o ideário neoliberal.

b) O princípio da flexibilidade no trabalho

A flexibilização do trabalho e das atividades referentes ao processo educativo é um outro aspecto que merece consideração e debate. Com a chegada do neoliberalismo e o advento da tecnologia, reduziram-se as tarefas mais mecânicas e demoradas como elaboração de listas, cálculos manuais, escrita à mão. No entanto, chegaram muitas novas atribuições que exigem velocidade, adaptabilidade, conectividade e disponibilidade pessoal para se submeter às rápidas metamorfoses dos processos produtivos (Mancebo, 2007). Nesse sentido, Paparelli (2009) acrescenta:

Tudo isso ocorre em um contexto em que, por força da própria legislação e dos programas de reforma, os trabalhadores docentes veem-se forçados a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções. A pedagogia de projetos, a transversalidade dos currículos, as avaliações formativas, enfim, são muitas as novas exigências a que esses profissionais se veem forçados a responder. Sendo apresentadas como novidade ou inovação, essas exigências são tomadas muitas vezes como algo natural e indispensável pelos trabalhadores. (p. 19)

Para os docentes, as principais mudanças que eles vivenciam devido à verticalização do ensino perpassam a exigência do profissional ter amplos domínios de metodologias, linguagem e diferentes instrumentos que podem utilizar para lecionar, por ter de atuar em diferentes níveis de ensino, como: educação básica, educação superior e pós-graduação, além de atender demandas para os cursos de capacitação e de Educação de Jovens e Adultos (Rocha & Leda, 2013). Sobre essa temática, destaca-se a seguinte passagem:

Eu vejo que tem professores, que tem colegas que têm muita dificuldade em alcançar a linguagem, porque o nível que é lá embaixo. Dificuldade de achar que o aluno não vai conseguir nunca, e não conseguir gerenciar isso com a expectativa dele. Eu consigo! Eu tenho muita segurança de dizer que EJA é um nível, uma modalidade que eu sei trabalhar bem. A gente tem colegas que são engajados e a gente tem colegas que não. Ah... e ainda tem que oferecer 20% de EJA segundo a legislação. (Gomes)

Nessa narrativa, pode-se analisar a temática da flexibilidade quanto à necessidade de adaptar a linguagem ao público (EJA) e ao fato de isso acarretar desgaste profissional para alguns professores. A professora ainda ressalta que o atendimento à EJA não é facultativo, sendo demandada por legislações. Farias também comenta:

Porque a gente em sala de aula, por mais que aqueles 30 alunos sejam também um universo, que os alunos trazem problemas de casa; às vezes, também estão com problemas físicos e emocionais [...] a gente tem que estar muito atento até na relação de um aluno com o outro, como um se relaciona com o outro, se eles se relacionam de uma forma respeitosa. Hoje em dia a gente é vigiado por não se atentar por questões como essa. [...]. O resto... é porque a educação é assim mesmo. As coisas vão mudando e a gente vai se adaptando. (Farias)

Farias alerta para o fato de que os professores precisam ser flexíveis e adaptáveis o suficiente para perceber rapidamente as demandas trazidas pelos discentes que podem comprometer o bom andamento das atividades educativas. Além disso, precisam ter conhecimento sobre problemas de saúde e quadros de dificuldades de aprendizagem e conflitos interpessoais na adolescência.

c) A flexibilização quanto ao local de trabalho

A flexibilização do regime de trabalho pode ser notada com a cobrança, mesmo que informal, de que os trabalhadores estejam disponíveis em tempo integral, seja dentro do espaço físico da unidade escolar, ou fora dele. Ou seja, é uma relação estabelecida com a questão do prolongamento do tempo que o professor está disponível para o trabalho. Esse mecanismo de exploração do trabalhador não é novo, tampouco exclusivo do trabalho docente, mas tem se tornado mais intenso nos últimos anos. Ele ocorre devido ao caráter flexível e multifacetado, repleto de exigências diversas e, principalmente, facilitado pela introdução das novas tecnologias que favorecem o surgimento do tecnoestresse. Os períodos de descanso e lazer dos indivíduos têm sido consumidos pelo trabalho, pois existe a necessidade de preencher formulários, atender colegas ou alunos além do horário formal de expediente, planejar aulas, preparar projetos, escrever artigos, atualizar caixa de e-mails, atender celular, manter redes sociais. Tudo isso garante que o trabalho acompanhe o profissional onde ele estiver (Mancebo, 2007). Durante as entrevistas, surgiram algumas falas que trouxeram essa temática:

Acredite se quiser, tem professor que quer discutir problemas no sábado à noite e tem alunos que resolvem tirar dúvida de tarefa no domingo à tarde. Então, isso eu já tenho comigo! Finais de semana eu não pego meu celular, e se abro não olho. Eu passo mensagem para alguém, mas eu não olho. E não olho para não ler, para não passar raiva. A minha família já sabe que final de semana se quer falar comigo liga para o meu marido. Não mexo no celular. E, às vezes, eu tenho até vontade de fazer isso, mas na gestão não dá. Porque outro dia, por exemplo, eu cheguei em casa sexta-feira 9 horas da noite. Eu tinha que assinar um documento de uma concorrência pública. Eu achei engraçado que depois o servidor ficou bravo porque ele me mandou às 6h e eu respondi às 9 horas. Ele estava com pressa! Aí eu falei: -Você dorme aí? Então, assim, é interessante, as pessoas não percebem o limite do outro. (Aguiar)

A gente tem que ver as coisas bem feitinhas. Essas férias estão prometendo, eu já tenho que fazer o relatório do preparatório. Vou tentar fazer o máximo até dia 18, dia 19. Vai ter que ser dentro das férias. (Farias)

Eu desanimei mesmo [sobre a docência]! Eu cheguei a cogitar ir embora [para o exterior] apertar parafuso, porque eu ganho a mesma coisa que eu ganho aqui; e eu tenho a minha saúde mental preservada. Porque lá você aperta parafuso, acabou, tocou o sino, e você vai embora para casa, e não leva problema para casa. Aqui não! (Freitas)

Podem ser tecidas análises sobre esses depoimentos no sentido de captar a flexibilidade no local de trabalho. Os professores dão sentido de crítica às múltiplas exigências dirigidas a eles, inclusive, identificando os processos de adoecimento. Há também outras categorias que podem ser relacionadas aqui, como: extensão da jornada de trabalho, invasão do tempo de não trabalho, desistência (Burnout).

d) A flexibilização quanto ao posto de trabalho

Abordar a flexibilização quanto ao posto de trabalho remete à questão da polivalência do trabalhador, por vivenciar um recorrente aumento das funções atribuídas ao docente (Heloani, 2003). Percebe-se que cada vez mais novas funções são imputadas aos professores, que, além das atribuições tradicionais do cargo, precisam assumir tarefas como pesquisador, gestor, membro de comissões e comitês e também executar rotinas consoantes à administração pública, como fiscal de contratos, participação em pregões e licitações, enfim. E, ainda, existe a necessidade de se dedicar ao planejamento de aulas, lançar notas e relatórios em sistemas informatizados, elaborar e participar de projetos de pesquisa e extensão, participar dos debates sobre currículos e projetos de cursos, participar de tomadas de decisões junto à equipe, ir a reuniões com alunos, pais e comunidade, acompanhar discentes em visitas técnicas às indústrias (Estatuto do IFG; Regimento Geral do IFG; Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG).

Toda essa gama de atividades e responsabilidades assumidas, porém, não significa que foram atendidas as reivindicações dos movimentos trabalhistas e sindicais no intuito de aumentar a participação dos profissionais na organização do trabalho na rede de ensino. Isso tudo representa maior sobrecarga de trabalho, já que não vem acompanhada de autonomia do trabalho. Na verdade, é permitido ao profissional participar e ser criativo dentro dos limites possíveis para que a estrutura de dominação ainda possa manter o controle da organização do

trabalho (Paparelli, 2009). Busca-se apreender a polivalência quanto ao posto de trabalho a partir dos posicionamentos a seguir:

É trabalho mesmo, muito trabalho, muita dedicação e compromisso, muito prazo, data, muita cobrança! Cobrança por parte do aluno, cobrança por parte dos pais, da instituição [...]. E assim, acaba que no fim é atribuição demais, é coisa demais, sobrecarga demais! Então, a gente vê que boas ideias acabam se transformando em peso. (Aguiar)

São demandas que não aparecem, e que as pessoas externas não veem. Mas são demandas que os docentes têm que resolver. São questões com alunos, são pressões que ele sofre de todos os lados, por exemplo aluno contra professor [...] excesso de reuniões desnecessárias que desgastam muito o docente. (Freitas)

Eu acho que é o excesso de coisas [ao se referir a um período que vivenciou desgaste no trabalho]! Muita responsabilidade! Muita coisa que tem que resolver, organizar, repassar para os docentes e técnicos. É um excesso de coisas. (Moura)

Além das atividades descritas acima, nos IF ainda há a particularidade da atuação em níveis e modalidades de ensino distintos, que vão desde o ensino fundamental ao doutorado, sejam turmas presenciais, a distância ou em caráter integral. Assim, o trabalho docente nos IF torna-se ainda mais diversificado. Houve uma professora que defendeu a seguinte ideia, quando questionada sobre a multiplicidade de papéis assumidos devido ao atendimento simultâneo aos diversos níveis e modalidades de ensino:

Eu acho muito bom! Mas acho que a gente ainda não tem maturidade para lidar com isso na Instituição. Porque, por exemplo, quando você colocou tudo num pacote só... diante da instituição não é igual. Então, por exemplo, a instituição meio que cobra que a gente precisa ofertar FIC, mas ela não conta na carga horária do professor: - Olha, é importante, mas não tem valor! Lembra de eu te falar que a instituição dá alguns direitos, mas não dá suporte? Então... você pode fazer um FIC? Ok! Muito legal! Mas isso não vai reduzir a sua carga horária! Você vai fazer FIC, mas depois você vai trabalhar dobrado, porque FIC é legal! (Aguiar)

Paparelli (2009) defende que tamanha polivalência pode implicar desqualificação, intensificação do trabalho, desprofissionalização, precarização e flexibilização do trabalho e das relações sociais no ambiente educacional, flexibilização dos processos educacionais (estruturas curriculares, avaliação). Significa, também, a incorporação da lógica da responsabilização exclusivamente individual dos próprios trabalhadores pelo seu sucesso profissional e pelos resultados educacionais. Tudo isso são possíveis fatores geradores de desgaste mental e de outros processos de adoecimento psíquico laboral.

e) Desqualificação e desvalorização

A partir de Paparelli (2009), destaca-se que o processo educativo tem sofrido reestruturações que intensificam o trabalho do professor, amplia suas tarefas, precariza suas condições laborais, desqualifica seu trabalho, constituindo um quadro de desvalorização do trabalho do profissional da educação. A desvalorização traz falas como: desgosto, desânimo, insatisfação e até pensamentos de mudar de profissão, como a seguir:

Alguns momentos... você fica desanimado. E o desânimo te deixa para baixo. O desânimo é algo negativo e isso pode trazer uma chateação. Aí, você fica mais para baixo e te afeta! (Farias)

Agora, neste momento, eu pensei até em abandonar a carreira. Porque o meu salário me permite pagar uma faculdade particular e sair dessa área. Fazer um outro curso superior e sair dessa vida de docente. Eu desanimei mesmo! [...]. Acabou totalmente o encanto com a profissão! (Freitas)

Quanto à desqualificação, Paparelli (2009) afirma que pode ser resultante da separação entre planejamento e execução; da parcelização do trabalho; e até mesmo da formação superficial e flexível exigida no ato da contratação pela escassez de mão de obra ou necessidade urgente de profissionais. A autora complementa:

A escola passa a assumir novas funções, que trazem diversificadas exigências, como, por exemplo, suprir necessidades de lazer e cultura da região onde se situa, realizar ações de educação em saúde, dentre outras, desdobrando-se para construir propostas como “escola aberta” aos finais de semana, realização de projetos em parceria com iniciativa privada e comunidade local, campeonatos e gincanas esportivas que incluam familiares de alunos, recepção, distribuição de tarefas e acompanhamento dos voluntários da escola, dentre outros. Esse cenário traz um sentimento de desprofissionalização e de perda de identidade profissional ao professor, além de representar a desqualificação do seu trabalho. (Paparelli, 2009, p. 27)

Com base nesse contexto, e com a finalidade de ilustrar o tema da desqualificação do professor, traz-se a seguinte narrativa:

É igual eu falei esses dias aqui sobre datas importantes do calendário. Antes de discutir qualquer data, eu vou falar... não dá pra gente comemorar tudo. Porque se discute a data, aí você compra aquele tópico, e na realidade, é assim, o aluno precisa de aula. Se você deixar, todo dia tem uma atividade comemorando uma data. Desde o começo do ano, o dia da mulher, até o final do ano que é a formatura [...]. E aí, você tem poucos servidores para fazer isso. Aí acaba que sobra só pros gestores. Aí tem que fazer acontecer esses dias. Eu falei: - O departamento não vai trabalhar mais não! Esquece fazer trabalho de coordenação! Nós vamos organizar festa! Qual é o problema, então? É o excesso! Então, assim, para cada data tem que fazer um evento de 3 dias. Tira menino da sala de aula para um evento de consciência, lá na outra cidade mais três dias... você entendeu? Aí depois vem eventos importantes. Mas você tira três dias para cada um... E o conteúdo de sala de aula? O professor precisa dar prova porque ele precisa de nota para lançar no sistema. O aluno que está em uma formação cidadã maravilhosa! Mas, ele precisa passar de ano, ele precisa terminar! O governo federal está investindo nele! Eu preciso de números aqui! Eu preciso desse menino ser aprovado, mas ele não estuda. Eu já escutei de pais de aluno: - Ele reprovou porque ficou naquele congresso. Eu disse: - Pai, mas outras pessoas também participaram do congresso e foram aprovadas.

Entendeu? Então assim, eu acho que é sempre o excesso... o excesso de exigência, o excesso de data, do excesso de aula. (Aguiar)

Esse é um relato bastante denso, que traz bastante informação, e é passível de suscitar inúmeras análises pertinentes ao estudo desenvolvido por esta dissertação de mestrado. Mas se ressalta a questão da desqualificação do papel do professor, que aparece revelando uma contradição entre a formação cidadã do discente pregada pelos IF e a busca pela excelência do ensino.

f) Autorresponsabilização pelo sucesso profissional

Como dito por Paparelli (2009), um dos resultados da marcante chegada do princípio da polivalência nos ambientes laborais é o fato de o indivíduo se impregnar de preocupações sobre ser capaz de atender às demandas que lhe são impostas. Assim, cada vez mais, ele se responsabiliza individualmente pelo seu sucesso profissional, pelo seu próprio desenvolvimento e pela manutenção de seu emprego. Além disso, analisa-se que a autorresponsabilização traz consigo questões como a pressão por ser sempre excelente, incansável e eficiente, a exigência de ter de assumir uma ampla multiplicidade de tarefas, a constituição do trabalhador como algoz e empreendedor de si mesmo e com o agravante trazido pelo neoliberalismo quanto à individualização exacerbada e ao enfraquecimento do coletivo.

Alves (2011) contribui trazendo a reflexão sobre o espírito do panoptismo ligado ao próprio indivíduo. Sendo assim, o profissional se vigia e se responsabiliza, internalizando a lógica do controle externo. Conseguiu-se destacar esse debate a partir dos relatos dos(as) professores(as) participantes das entrevistas:

Por que eu fui me enfiar aqui? Mas é um desafio que eu me propus. Normalmente quando eu pego não largo no meio do caminho não [...]. Então, por exemplo, as pessoas acostumaram comigo aqui 12 horas, de eu chegar 7:30 da manhã e ficar até 7:30 ou 8 horas da noite. As pessoas estão acostumadas comigo aqui o tempo todo. Almocei aqui dentro [...]. Cada um faz o seu trabalho... faz bem feito, faz seu melhor e pronto! (Aguiar)

A partir desse relato, percebe-se que essa professora denota ter assumido uma ampla multiplicidade de tarefas. Provavelmente, tais tarefas tenham sido impostas pela organização do trabalho nos IF, onde se valoriza a polivalência. No entanto, a professora admite que é desafio ao qual ela mesma se propôs, e por isso ela não desistirá, o que remete à constituição do trabalhador como algoz e empreendedor de si mesmo.

A gente não tem o direito de não estar bem. [...]. Você não pode adoecer. Dengue? Tem medo de pegar dengue porque não pode pegar atestado. Não pode ter um problema porque tem que estar bem. Aqui eu me sinto um pouco mais à vontade, mas claro que obedecendo toda a moral e ética que me é exigida, com todos os limites. Mas a gente tem que estar bem. O não poder estar mal é um tipo de tensão aqui. (Gomes)

É importante ressaltar, nesse posicionamento, que a profissional demonstra ter internalizado pressões que naturalmente são originárias do controle externo, pressões que estão relacionadas aos prejuízos do adoecer. Farias verbaliza que, na atualidade, até se permite adoecer, porém, dentro dos limites da moral e da ética.

Eu vejo que a gente trabalhou muito mas ao mesmo tempo tem pouca coisa, sabe. [...] Então, a gente trabalhou muito, mas se você for lá espremer, o resultado é muito pouco. E realmente, o que você fez? Aí dá aquela sensação de que você não fez nada. [...] não tem tanto resultado. Porque, mesmo que a gente tenha trabalhado muito e em pouco tempo, não era o que precisava para alcançar um mínimo de competência na disciplina. (Farias)

De acordo com Farias, por mais que se dedique não parece ser suficiente. Tal postura revela um nível alto de exigência consigo, autculpabilidade e autojulgamento por não ter cumprido o mínimo necessário, o que, conseqüentemente, favorece o desenvolvimento de quadros de adoecimento psíquico no trabalho.

Não podem ser deixadas de lado as reflexões de Heloani (2003) ao trazer a questão dos laços afetivos com “empresa-mãe”, protetora. Esse processo de fusão afetiva trabalhador-instituição engloba o paradigma maternal da empresa protetora que deve receber fidelidade e competência do trabalhador no exercício de suas funções. Envolve, ainda, indução a uma economia de reciprocidades, licenças e direitos do trabalhador. Para o autor, o indivíduo tende a depender cada vez mais da organização, devido aos bons salários, direitos e regalias, vínculo efetivo de concurso público, uma vez que existe o risco de não haver empregos melhores no mercado de trabalho.

g) A submissão às regras da produtividade

Segundo Heloani (2003), a postura de submissão frente às exigências e regras da produtividade envolve questões de flexibilidade no sentido de buscar constantemente se adaptar às oscilações permanentes do processo produtivo. Para Alves (2011), o trabalhador deve sempre pensar e agir proativamente, na intenção de resolver os problemas antes que apareçam. É preciso ser multifuncional e ser resiliente.

Na estrutura organizacional dos IF, por meio da análise documental, foi percebido esse controle de índices de produtividade do trabalho docente por meio de instrumentos como:

1) Programa de Avaliação de Desempenho de Servidores em estágio probatório²³ sob condução da Coordenação de Recursos Humanos dos Câmpus ligada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. O Programa está em consonância com a Lei 11.784/2008, capítulo II, e visa acompanhar o desenvolvimento de pessoal e produtividade na carreira. Avaliações com notas baixas podem impactar a conclusão do Estágio Probatório do Docente e, conseqüentemente, a emissão de sua Portaria de Estabilidade. Cada servidor docente é submetido à autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação da equipe de trabalho.

2) Programa de Avaliação de Desempenho Docente sob condução da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) – Conta com a autoavaliação, avaliação do docente pelos gestores acadêmicos, avaliação do docente pelos discentes e avaliação dos gestores acadêmicos.

3) Tabela de Pontuação das Atividades Docentes sob responsabilidade de preenchimento do próprio servidor. Está de acordo com a Resolução Interna n.º 9, de 1º de novembro de 2011, que aprova o regulamento da jornada de trabalho dos servidores docentes do IFG. O controle da produtividade docente pondera o alcance de pontuação nos eixos de Ensino, Pesquisa, Extensão, Produção acadêmica e cultural (publicação de livros, capítulos, artigos e/ou apresentação de trabalhos), Qualificação (matrícula em programas de pós-graduação) e Representação em fóruns, instâncias externas ou comissões internas. Sobre essa Tabela de Pontuação, teve-se o seguinte relato:

Eu sempre tive carga horária alta de 16 a 20 aulas. Nunca dei menos que 16 aulas no IFG. A gente tem uma tabela de 40 pontos para cumprir. A gente tem 16 horas, 20 horas que não dá 40 pontos. Então, eu sempre tive comissões, e sempre estive em projetos de pesquisa, de extensão. Sempre estive envolvido em alguma coisa para dar os 40 pontos. Aí nesse caso, sim, eu falo que é pela pontuação. Não é porque eu gosto não! Eu gosto é de estar em sala de aula e conviver com os meus alunos. (Freitas)

A pressão por produtividade assume uma roupagem característica dentro dos IF, pois, além da Tabela de Pontuação, é necessário ser produtivo e estar presente em comissões, debates, reuniões. Tal questão pode ser ilustrada da seguinte forma:

Surgem situações importantes que precisam ser debatidas, aí cria-se uma comissão. Aí, surgem duas... três! Aí, de repente, é tanta comissão que não tem gente para fazer parte desse tanto de comissão. E esses debates que são colocados nessas condições acabam que, no fim, não são computados na jornada de trabalho, principalmente para o docente. Porque se o docente sai

²³ Estágio probatório compreende o período de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data em que o servidor iniciou as atividades do cargo (Lei 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990).

para fazer parte de uma comissão dessa ele tem que repor a aula: - Eu vou participar da comissão, mas depois eu vou trabalhar dobrado? Aí ninguém participa. Aí, vem a pressão... que você precisa participar! Aí vem da Reitoria: - Cadê a comissão? Cadê o resultado? Então, acaba que no fim... eu acho que sobrecarrega os gestores. E os gestores acabam pressionando os que estão abaixo, que são outros gestores; e vem em cadeia para todo mundo. Aí tem hora que você fala assim: É tanta reunião! (Aguiar)

A postura dessa docente revela que, mesmo exercendo um cargo de gestão, ainda assim ela reconhece as cobranças e exigências por resultados, a multiplicação de reuniões e comissões, o que exige dedicação de tempo, energia e flexibilidade do trabalhador para atender todas as demandas. O relato pode revelar também alguma reação de fuga de alguns docentes na participação dessas atividades com o intuito de se proteger de algum desgaste psíquico laboral.

Mancebo (2007) contribui para o debate desta pesquisa ao defender que é possível localizar a pressão pela produção em quase todos os ambientes laborais. No entanto, em poucos campos, ela ameaça tanto a qualidade do trabalho como a educação e a pesquisa. Isso porque o aumento da produtividade costuma indicar resultados menos expressivos no que se refere ao desenvolvimento do pensamento e de ações inovadoras.

h) A submissão às regras da competitividade

Diante de todo o contexto do reordenamento do mundo do trabalho, ressalta-se o princípio da submissão às regras da competição quando o professor se torna produtor das mercadorias como tecnologia e conhecimento científico. É comum ver pesquisadores competirem entre si sobre quem é o mais produtivo. Mancebo (2007) traz esta discussão:

É verdade que as instituições educativas de educação superior [podemos estender aos IF] sempre tiveram uma função fundamental na consolidação do capitalismo, não só legitimando suas práticas, fornecendo conhecimentos e tecnologias para a ampliação do capital e para uma exploração mais “científica” da força de trabalho, como também formando “cidadãos-trabalhadores” e um corpo de intelectuais que assegurassem o bom funcionamento do sistema. No entanto, quando a capacidade de inventar se converte em valor crucial da concorrência capitalista, as instituições de ensino, especialmente as de ensino superior, passam a ser atravessadas por novos componentes. A própria produção científica transforma-se em força produtiva, que confere àqueles que a detêm e controlam posições estratégicas. (Mancebo, 2007, p. 76)

Com a finalidade de exemplificar a dinâmica do princípio da competitividade, destacam-se alguns relatos, sendo o primeiro de uma professora da área propedêutica e o segundo de um professor da área técnica:

Porque eu acho que um problema maior é esse... não é uma sensação de superioridade, é uma sensação de inferioridade. E é de todo jeito! Porque, por exemplo, você pega entre docentes... o docente da área técnica acha que a gente trabalha mais, que a gente tem essa coisa de mundo muito exacerbada, que não dão conta de seguir a gente. Então, no fundo, eles se sentem inferiorizados por isso. E o pessoal da área base se sente inferiorizado por que a área técnica pesquisa mais, ela produz, ela tem mais inserção, ela tem mais fomento para pesquisa. (Gomes)

Acontece que eu tenho observado nestes últimos anos é que o pessoal tem tomado posicionamento radical e extremo. E, justamente, o pessoal mais radical são os que aguentam reunião até o último minuto lá na votação. E aí o pessoal que tem uma visão mais produtiva da coisa, que produz mesmo, que produz pesquisa, que dá aula, eles não aguentam ficar lá meia hora na reunião e vai embora. E aí vai pelo voto de quem ficou. Então a instituição hoje está doente. Porque quem trabalha, quem produz, não decide nada. Porque não tem peito para discutir e aguentar reunião. E quem tem peito para discutir reunião, e foi treinado a vida toda para isso, que é de embate e de luta... até porque o próprio curso da pessoa é direcionado para isso. Daí eles voltam e ganham no voto. E aí, fica essa Instituição doente! Cujas produções ficam à mercê... a educação fica à mercê, fica uma instituição cara, que não produz resultados satisfatórios pelo dinheiro que custa [...] Porque eles não foram treinados para isso [embate e luta]. Eles foram treinados para pesquisar, para construir robô, máquinas, para construir prédios, medicamento, para fabricar coisas. Eles não sabem sequer discutir, ler uma notícia e interpretar de uma forma adequada. Quando eles começam a ver que a discussão do pessoal, que foi treinado para discutir, e eles começam a usar palavras rebuscadas... os caras falam: - O que eu tô fazendo aqui? O cara fica com vergonha de abrir a boca! E aí, eles vão embora! Justamente é essa a estratégia... a estratégia é vencer pela retórica e oratória. Isso daí não é só no IFG, é no parlamento, é em todos... no sindicato. Essa é a estratégia que tem sido usada. E aí, a instituição vai ficando à mercê de ideologias. E, na verdade, as práticas que realmente deveriam surtir efeito, no sentido da valorização da nossa instituição e da nossa carreira são perdidos. Por que muitas vezes os pesquisadores são egoístas e só pensam em si mesmo. Porque ele publica, ele tem qualis A e qualis B, e eles não estão nem aí se a instituição vai para o brejo ou não. E nisso daí a gente vai ficando meio manco no caminhar. (Freitas)

Esses são relatos ainda mais densos e extensos que os anteriores, mas que não poderiam ser retirados do debate, pois surgiram muitas falas importantes que trouxeram à tona contradições relevantes. Mas, visando apontar de que forma a competitividade se mostra nos IF, destacam-se os conflitos que emergem nas relações interpessoais entre os trabalhadores das áreas propedêuticas e técnicas. Essas tensões parecem ter ponto de partida na competitividade entre quem, a grosso modo, produz pesquisa e inovações tecnológicas e quem “produz” formação cidadã.

i) Gerencialismo

Com a chegada do ideário neoliberal e as reorganizações constantes do mercado de trabalho, as instituições privadas passam a buscar cada vez mais eficácia, agilidade, produtividade, qualidade e competência. Assim, as instituições públicas, julgadas como polo

oposto a isso, foram alvo de um movimento crescente de críticas como sendo onerosa, ineficiente, lenta, e por manterem um quadro de servidores(as) privilegiados(as) por ganhar muito e trabalhar pouco e por ter estabilidade. Dessa forma, seja no âmbito privado ou público, todos os trabalhadores estavam sendo empurrados a agir de acordo com os princípios gerencialistas, impelidos a lutar brutalmente por suas carreiras, por sobrevivência profissional e por manter seus direitos que estavam e continuam sendo constantemente ameaçados. Tal fato pode acarretar sofrimento, desgaste mental e adoecimentos psíquicos laborais (Machado, 2015).

Sendo assim, entende-se que o gerencialismo reforça os discursos e posturas de eficiência, foco em resultados, maior controle dos processos de trabalho pelos próprios trabalhadores, diminuição de gastos, modernização da máquina, inclusive na administração pública. Essas ferramentas de gestão vêm caminhando em conjunto com o acirramento da precarização das condições de trabalho e com piora no quadro geral da saúde dos servidores públicos, incluindo os trabalhadores docentes de instituições públicas, objeto deste trabalho (Machado, 2015).

Contribuindo para essa visão, Paparelli (2009) afirma que o Estado tem, de forma planejada e estratégica, descentralizado sua soberana reponsabilidade pela gestão da execução dos serviços. Ao mesmo tempo, tem centralizado a formulação e o controle sobre os resultados. As unidades escolares, nesse contexto, têm sido preenchidas pela lógica gerencial e seus princípios, revelando

[...] reformas marcadas pela padronização e massificação de processos administrativos e pedagógicos, sob o argumento da organização sistêmica, da garantia da suposta universalidade, possibilitando baixar custos ou redefinir gastos e permitir o controle central das políticas implementadas. O modelo de gestão escolar adotado será baseado na combinação de formas de planejamento e controle central na formulação de políticas, associado à descentralização administrativa na implementação dessas políticas. Tais estratégias possibilitam arranjos locais como a complementação orçamentária com recursos da própria comunidade assistida e de parcerias. (p. 27)

Sobre essa forma de organização do trabalho, Alves (2011) afirma que as relações hierárquicas são suavizadas, sendo uma gestão participativa, na qual a lógica do controle é mais sofisticado, pois passa a ser incorporado pelos próprios trabalhadores. O espírito do panoptismo, explicitado anteriormente, novamente surge, mas com o olhar voltado para o controle dos trabalhadores entre si. Os profissionais, além de patrões de si, também são patrões dos outros, tendo sua subjetividade manipulada pelas forças dominantes, como o ilustrado abaixo:

Então, acaba se tornando uma coisa muito ruim... que é um vigiar o outro... de ficar vigiando quem está aqui e quem não está [...]. Essa pressão... essa vigília o tempo todo... isso é muito ruim. Acaba que as pessoas que estavam dispostas, você acaba perdendo isso [...]. Se tiver um motivo específico, como teve, eu vim [trabalhar no sábado] e participei. Trabalhei, fiz o que precisava. Mas, vir aqui para vigiar o outro trabalhar... não venho! Nós somos todos adultos pra precisar vigiar se você tá fazendo seu trabalho. (Aguiar)

Às vezes, é muito chato você estar dando aula e de repente você pergunta sobre alguma questão, e os alunos falam que o professor não veio dar aula, o professor sumiu. Às vezes, você escuta isso. Ou às vezes você mesmo vê que na sua sala de frente tem aluno e não tem professor. Isso aí é meio chato. (Farias)

Você tem os grupos, né! Então, aquele grupo que apoia é sempre aquele grupo! E você tem também aquele grupo que não está nem aí! Eu venho dou minha aula e vou embora [...]. Então, até a coisa engrenar... porque é como eu entendo, na realidade, nós somos todos iguais. Ninguém é chefe de ninguém. Mas a coisa tem que funcionar. Esse olhar só para os meus direitos... a coisa não vai funcionar. Então tem um grupo! [...]. Vamos brincar de rotular: o primeiro grupo eu colocaria como “mala”, o segundo colocaria como “consciente”. Então, eu prefiro olhar e focar no grupo que está disposto a ajudar. (Aguiar)

Nas três falas é possível notar contradições que denotam, por um lado, o incômodo de ser constantemente vigiado pelos colegas e, em oposição, estar sempre vigiando os colegas. Percebem-se, ainda, as rotulações às quais estão sujeitas as pessoas que não atendem às expectativas das forças hegemônicas dominantes internalizadas pelos próprios trabalhadores.

j) A individualização exacerbada, o enfraquecimento do coletivo e o trabalho socialmente construído

O complexo vivo de trabalhadores encontra-se cada vez mais espoliado de seu fazer laboral e cada vez mais explorado pelas formas de organização do capital, potencializando a precarização das condições de trabalho. Isso porque, ao promover diferenças, interesses e necessidades cada vez mais particulares, o capitalismo promove, também, o enfraquecimento da identificação profissional, da consciência de classe e, conseqüentemente, amortece a luta de classes. Estando afastados uns dos outros, os sujeitos não conseguem mudar a realidade que lhes causa incômodo. Muitas vezes, alguns indivíduos nem percebem o quanto as condições laborais são cruéis e adoecedoras, uma vez que estão embebidos na preocupação de investigar apenas em si mesmo suas limitações e dificuldades (Alves, 2007), como pode ser suposto ao analisar a fala deste professor:

Eu procuro fazer aquilo que está ao meu alcance sempre. Procuro ajudar. Mas às vezes, tenho esse sentimento de frustração. Acredito que a gente tem um limite até onde você pode alcançar. Em determinadas situações não tem como a gente fazer mais nada além daquilo que a gente já está fazendo. (Moura)

No entanto, mais ao final da entrevista, quando foi questionada a opinião dele sobre o fato de o IF atender a níveis e modalidades diferentes simultaneamente, o mesmo professor respondeu:

Eu não me incomodo com isso. Eu não vejo que isso me atrapalha! [*aqui marca-se surgimento de contradição, pois o docente já havia sinalizado sentimento de frustração*] Eu já trabalhei em todas as áreas, em todos os níveis, ao mesmo tempo, antes de passar no concurso aqui. Eu dava aula desde o sexto ano até a faculdade. Nunca tive problema com isso. (Moura)

Lessa e Tonet (2011) avaliam que os homens são o que eles se fazem a cada momento histórico. E o que se vê hoje é um momento histórico desenhado pelas mãos do neoliberalismo, que vem acirrando um quadro de crise estrutural do capitalismo. Fato que potencializa as tensões sociais, agrava as lutas de classe e deteriora cada vez mais as condições de trabalho, de tal maneira que as relações sociais tornaram-se cada vez mais desumanas. Lessa e Tonet (2011) ainda afirmam que:

[...] a força de trabalho de cada um de nós é, portanto, a expressão mais condensada do que temos de mais humano como indivíduos: a nossa relação com a história da humanidade. É justamente esse caráter essencialmente humano da força de trabalho que é negado pelo capitalismo ao reduzi-la a simples mercadoria. É, portanto, o desprezo absoluto das necessidades humanas. O resultado é o individualismo burguês: a redução da coletividade a mero instrumento para o enriquecimento privado dos indivíduos. (p. 69)

Dessa forma, a partir de Lessa e Tonet (2011), entende-se que, para o capitalismo, as relações sociais e o coletivo são apenas instrumentos para alcançar a acumulação de capital e o enriquecimento privado dos indivíduos. Ou seja, as relações econômicas de mercado passam a expressar claramente a dinâmica entre os indivíduos e o seu grupo social, como se fosse um ringue de disputa em que os indivíduos veem os outros como adversários. Sendo assim, as necessidades humanas, desde as individuais às coletivas, passam a estar subordinadas à dominação do sistema capitalista e suas figuras hegemônicas de dominação. “A dimensão coletiva da vida social está completamente perdida: o indivíduo é reduzido ao mesquinho burguês, que tem a razão na carteira de dinheiro e o coração na caixa registradora” (p. 80).

Com base em todos estes pressupostos, destaca-se que os seres humanos se tornaram cada vez mais individualizados porque a sociedade burguesa os empurrou para isso, o que não quer dizer que a natureza do ser humano seja ruim ou boa. Entretanto, pode-se ressaltar que, da mesma forma que os homens construíram o capitalismo e permitiram a exacerbação do individualismo burguês, eles também podem superar tais amarras e construir uma sociedade

emancipada da opressão (Lessa & Tonet, 2011). Ou se constrói uma saída pelo conjunto da humanidade ou se caminha rumo à destruição do planeta. Então, destaca-se este relato:

Então, é um desafio né! Tem alguns momentos que é, como eu falei, dá vontade de chutar tudo e largar tudo! A gente tá aí sem estrutura, não tem amparo, mas aí pelo menos no meu caso teve uma coisa muito legal que foi o suporte dos colegas [...]. Então, assim, esse suporte dos colegas tá sendo bem legal. E aí, abranda um pouco esse sofrimento psicológico e emocional. (Aguiar)

Aqui não se pode deixar de marcar mais uma das inúmeras contradições do sistema capitalista. Ao mesmo tempo que o capitalismo possibilita um desenvolvimento da individualidade como jamais foi visto, tem-se um gênero humano cada vez mais integrado ao seu grupo social. Ou seja, o sentimento de pertencimento a uma comunidade domina a vida do indivíduo, ao passo que os indivíduos tendem a se complexificar e a querer se diferenciar dos demais. Há, pois, uma relação dialética entre indivíduo e comunidade muito mais complexa do que em qualquer outro momento da nossa existência (Lessa & Tonet, 2011).

Por essas questões, a vida social das pessoas é uma vida bastante incerta. Não se sabe exatamente o que esperar do próximo, fato que resulta, em larga escala, em uma ingovernabilidade e bastante imprevisibilidade no que tange aos grupos sociais, de tal forma que dificulta as pessoas de buscarem se realizar na esfera pública. A esfera privada seria o espaço com maiores possibilidades de garantir o acolhimento ao indivíduo. Torna-se importante que haja investimento cada vez mais na vida privada a fim de permitir maior entrega autêntica e realização, mesmo com toda nossa complexidade de conteúdos e vivências. A esfera privada, por excelência, é a família. Acirra-se, então, o movimento de as pessoas investirem mais intensivamente suas energias direcionadas à família, ou ao grupo social que desempenha papel de família (Rosenthal, 2018). Este é o caso revelado pelo professor:

E como eu vi que eu estava no sinal amarelo [se referindo a sua saúde], eu falei: - Chega! Não vale a pena! Se for para fazer assim, eu prefiro largar [se referindo ao seu trabalho]! Eu não faço mais! Eu tenho uma família muito legal! Se tirar minha família, eu não tenho mais nada! (Aguiar)

No entanto, a família atualmente está sujeita a pressões que podem conduzir ao fracasso. Muitas vezes, a família não consegue acolher as demandas da pessoa e, assim, ela precisa se recolher novamente para dentro de si, como aconteceu com esta docente:

O dia que eu chego muito exaurida em casa, eu não quero conversar. Minha família está toda eufórica me esperando, porque passou o dia e eu não estava lá. O meu marido me ligou agora perguntando de mim, mas ele já está acostumado, porque quando eu estou aqui, ele sabe que eu não gosto que me liguem. E aí você chega em casa, você não conversa, você não conversa com

seu filho, e você não conversa com seu marido. E aí, começa a ficar ruim o ambiente, e você tem problemas com a família. E você traz esse problema de família para cá. Porque antes de sair de casa você brigou, porque eles te cobraram uma presença e você não estava presente, porque você estava presente aqui. Então, acaba se tornando uma coisa muito ruim! (Aguiar)

Resultado disso é a potencialização ainda maior da esfera subjetiva. O indivíduo se retrai em seu mundo interno para tentar solucionar seus problemas individuais (que muitas vezes são gerados a partir de fatores e pressões externas e são lançados como de responsabilidade individual). O isolamento individual enfatiza-se a cada dia e o afastamento em relação ao outro fragiliza ainda mais a pessoa. A comunidade não aparece como uma esfera de realização do indivíduo, mas como algo que atrapalha a realização dos interesses individuais. Principalmente para as comunidades que são minorias e se engajam em lutas sociais, isso é mais intenso ainda. Rosenthal (2018) enfatiza ainda que: Quanto mais trabalhamos, mais ricos eles [classe dominante] se tornam e mais adoecidos ficamos. Então, é preciso exercitar o olhar para o outro, como sugere a docente:

A gente precisa enxergar o outro como um igual. Talvez não como igual, mas pelo menos um semelhante que passa pelos mesmos problemas e sofrimentos. E lembrar que nós não somos inimigos, nem competidores. E não estamos em lados opostos. Fomentar esse trabalho de equipe, de grupo [...]. Todo mundo tem que perceber que tem seu valor. Não tem um que é mais que o outro. E que as diferenças é que vão completar o que eu não tenho. O que você tem vai completar, e eu vou te completar. Essa consciência é o que eu acho que tá precisando, que está afastando muito! (Aguiar)

Tal como em toda fraude, o capitalismo responsabiliza os derrotados por suas perdas. Assim, desmobilizados, eles não se organizarão para acabar com a fraude. Promover a ficção da escolha pessoal faz com que, equivocadamente, nos sintamos culpados (Rosenthal, 2018). Sendo assim, ao se pensar na realidade laboral dos trabalhadores da educação, percebe-se que as relações sociais no ambiente de trabalho estão carregadas de conflitos e falta de diálogo, corroborados pela falta de identificação e pertencimento dentro da própria categoria docente.

4.3 A subjetividade e a questão do sentido e significado

Com base em Vigotski²⁴ (2002), a consciência dos seres humanos se desenvolve como resultado das atividades, práticas culturais e convivência social vivenciadas pela pessoa ao longo de sua vida. De tal forma, compreende-se que as habilidades cognitivas e as vias pelas quais se estruturam o pensamento não são trazidas pelo sujeito desde o momento de seu nascimento. Aqui se registra o caráter cultural do desenvolvimento humano. Sendo assim, a forma de pensar dos sujeitos está relacionada com a produção histórica da sociedade, de modo que o lugar que a criança ocupa no mundo, em conjunto com sua história de vida, constitui-se como fatores essenciais para construir seus pensamentos.

Compreendendo que os indivíduos só existem como seres sociais ao pertencerem a grupos sociais, assim se percebe que a determinação de sua consciência tem vinculação com todo o sistema social no qual o indivíduo está envolvido, sendo dinâmica e modificada ao longo da história pessoal. É por essa via de entrada que as forças dominantes do sistema capitalista se impregnam na subjetividade e no modo de pensar dos indivíduos. E, sabendo que a sociedade é formada por classes sociais com as mais diversas elaborações de significados diante de seus contextos, é natural a compreensão de que a personalidade humana seja um componente fundamental para se apreender as relações sociais (Vigotski, 1999).

Partindo do pressuposto de que a personalidade é formada, principalmente, pelas relações sociais, então, o sistema social no qual o indivíduo está inserido passa a ser elemento determinante para a sua consciência e a construção de seu pensamento. Aqui, ressalta-se que o pensamento e a linguagem mantêm uma relação intrínseca que, mutuamente, se modifica e se amplia à medida que vão se desenvolvendo. Também é importante destacar que

O significado da palavra só é um fenômeno de pensamento na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz. (Vigotski, 2000, p. 389)

Nesse contexto, a palavra sem significado é apenas som vazio e não pertence ao reino da linguagem. Por isso, o significado pode ser tido como fenômeno da linguagem e como fenômeno do campo do pensamento, sendo, pois, uma unidade do pensamento verbalizado.

²⁴ Os estudos de Vigotski são pautados por compreender o desenvolvimento psíquico da consciência e, mesmo tendo como objeto de estudo a investigação infantil, nos oferecem instrumentos conceituais para a análise de outras fases de desenvolvimento humano.

Sendo assim, fica evidente que o método de investigação do mundo subjetivo de um indivíduo se dá por essa via, pela análise semântica, pela análise do sentido da linguagem, do significado da palavra. A linguagem é, então, um meio de comunicação social, enunciação e compreensão. De tal maneira, as formas superiores de comunicação psicológica só são possíveis porque, no pensamento, o indivíduo reflete a realidade de modo generalizado (Vigotski, 2000). Somando-se a isso, complementa-se:

O sujeito de Vigotski não se dilui no outro nem se perde no social, mas adquire singularidade justamente na relação com o outro, em relação ao outro, sendo esse outro uma complexidade que se apresenta e se representa de diferentes modos. Assim, ser reconhecido pelo outro é ser constituído em sujeito pelo outro, na medida em que o outro reconhece o sujeito como diferente e o sujeito reconhece o outro como diferente. Assim, subjetividade significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu. (Rossetto & Brabo, 2009, p. 10)

Assim, conclui-se que a subjetividade é manifestada, revelada, convertida, materializada e objetivada no sujeito, sendo um processo dinâmico, permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais. “A constituição do sujeito passa pelo significado que o outro dá às ações que esse sujeito estabelece, mas, além disso, o próprio significado que o outro dá a essas ações é produto de todo um processo histórico e cultural” (Rossetto & Brabo, 2009, p. 10).

Vigotski (2000), conforme citado por Rossetto e Brabo (2009), defendia que a constituição do sujeito ocorre na e pela interação humana, e essa interação acontece em situações concretas da vida, que atribui significado às produções materiais e às produções culturais, e não por meio de abstracionismos isolados. Sendo assim, a constituição da subjetividade ocorre a partir de situações de intersubjetividade por meio do processo de internalização.

Coutinho (2009) também contribui informando que os significados remetem aos diversos valores e concepções sobre trabalho, enquanto as condições de trabalho (sobre as quais tratamos anteriormente) são relativas às circunstâncias nas quais ele ocorre. A autora ainda complementa que os significados são construções elaboradas coletivamente, atrelados a um determinado contexto histórico, social, econômico e concreto. Já os sentidos referem-se a uma produção pessoal a partir da apreensão individual dos significados construídos, coletivamente, nas experiências cotidianas.

A análise dos sentidos produzidos pelos sujeitos deve sempre considerar suas relações com os significados produzidos coletivamente e vice-versa. E, ainda, é importante considerar a articulação entre os processos identitários e de construção de sentidos pelos sujeitos em seu

cotidiano de trabalho. As trajetórias identitárias constituem-se como um caminho para investigar sujeitos inseridos na sociedade do trabalho contemporânea e as contradições presentes nos sentidos produzidos por eles, a partir de suas trajetórias ocupacionais (Coutinho, 2009). Contradições, tensões e condições de trabalho cada vez mais precarizadas, desumanas, violentas e arbitrarias levam os trabalhadores a perderem cada vez mais sentido e significado do trabalho (Dias Júnior et al., 2015).

Ao tentar compreender o sentido e o significado para um trabalhador, no caso desta pesquisa o docente, é preciso considerar o contexto no qual ele se insere. Ressalta-se que o significado do ser professor ocupa diferentes lugares, dependendo das condições de trabalho e das formas de organização do trabalho.

4.4 A subjetividade do trabalhador docente do IFG no contexto do processo saúde-doença-trabalho

Partindo do pressuposto de que os sentidos são uma produção pessoal decorrente da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências cotidianas, o caminho para acessar tais elaborações pessoais dar-se-á por meio da verbalização, da análise semântica, da análise do sentido da linguagem, do significado da palavra. Tal comunicação interpessoal permitiu à pesquisadora desenvolver o estudo dos casos apresentados nesta parte da pesquisa.

A análise de documentos, legislações, políticas públicas, além dos processos, relações, condições de trabalho no IFG e dos impactos do reordenamento dos modos de produção na organização social do trabalho, somando-se às falas dos(as) entrevistados(as), permitiram apreender quais as questões envolvidas na construção social do significado apresentado em cada um dos casos discutidos neste tópico. Já o sentido foi apreendido, ao longo das entrevistas, a partir de como o indivíduo elabora e internaliza o significado construído coletivamente.

Em seguida, buscou-se verificar se houve ou não ruptura ou conflitos entre sentido e significado para cada um dos trabalhadores abaixo, a fim de se apreender as repercussões disso em sua subjetividade. Por fim, examinaram-se os indícios de sofrimento psíquico no ambiente profissional, buscando tecer considerações sobre os possíveis modos pelos quais os docentes subjetivam o seu desgaste mental e o adoecimento psíquico laboral.

4.4.1 Análise dos relatos de Moura

Trecho 1) A questão do EJA não é nem tanto a gente querer. A gente tem que encarar. Aqui, principalmente, é bem difícil pelas condições físicas do câmpus. Porque até hoje está bem deficitário. E o curso que a gente tem é um curso que envolve muita prática. A gente não tem condição de desenvolver nada de laboratório. E isso me incomodou de uma forma que eu pensei: -Se eu pudesse, eu não mexia mais com EJA.

Se fosse pedir, chegava daqui a dez anos. Eu procuro fazer aquilo que está ao meu alcance sempre. Procuro ajudar. Mas às vezes, tenho esse sentimento de frustração. Acredito que a gente tem um limite até onde você pode alcançar. Em determinadas situações não tem como a gente fazer mais nada além daquilo que a gente já está fazendo.

Trecho 2) Eu acho que é essa questão de infraestrutura. Igual agora, eu tava procurando uma extensão ali, e eu não achei. Eu tava procurando um adaptador de tomada e não achei. Eu preciso. Hoje mesmo eu gastei 60 reais. Eu tive que comprar um aparelho. Se fosse pedir, chegava daqui a dez anos. Essas coisas assim me incomodam demais. Então, eu vou ter que correr daqui a pouco atrás de uma extensão para dar aula de estágio.

Trecho 3) E o que eu percebo desses alunos [do EJA] é mais a questão de trabalho, isso vem atrapalhando demais. Eles não têm tempo de se dedicar [...] tem filhos, e tem que dar atenção. Essa coisa de casa, de afazeres no meio da semana, que tem que trabalhar. Aí não sobra muito tempo. Mas para adolescentes, às vezes, a questão é só falta de interesse. Já é um público totalmente diferenciado. Isso se repete em torno de 30% para a adolescência, e para a EJA ultrapassa de 50% a 60%.

Trecho 4) No caso do nosso curso, também, não é um curso apropriado para que seja EJA. Porque ele é um curso puxado, de três anos. E além das matérias da Educação Básica, como chama... do núcleo comum: matemática, física, química; você tem as disciplinas técnicas que são pesadas. E eu acho que tem que haver uma reestruturação disso daí.

A partir da análise do caso de Moura, é possível identificar que o significado de ser professor no IFG perpassa questões como: exigência de lecionar em diferentes níveis e modalidades de maneira simultânea, buscando alcançar os melhores resultados possíveis; o caráter pluricurricular da Instituição e a sua articulação às necessidades e às demandas sociais mais amplas; necessidade de ministrar aulas teóricas e práticas em ambientes extraclasse como laboratórios; e por valores como compromisso em consolidar uma sociedade democrática e justa, social e economicamente.

O relato de Moura denota, em parte, consonância com o significado e, em algumas passagens, ruptura e conflito. Analisa-se que, para o participante, ser professor no IFG passa pelo fato de reconhecer a importância de ser produtivo, de oferecer formação pluricurricular e de excelência, com atividades pedagógicas práticas, de proporcionar desenvolvimento social e econômico ao aluno; mas enfrentam limitações como infraestrutura, público-alvo bastante heterogêneo e limitações dos alunos como falta de interesse e demandas pessoais que não permitem muita dedicação ao ensino.

De maneira geral, nota-se tendência de reproduzir e introjetar o significado (manipulação psicológica das forças de dominação²⁵) de tal maneira que o docente se dedica a atender à EJA, mesmo assumindo o risco de impactar sua saúde. O docente revela que não pode desistir, que “tem que encarar” (trabalhador incansável, algoz de si, precariedade subjetiva: sensação de não dominar a atividade laboral que é de sua responsabilidade). Ele reconhece e se empenha em ministrar aulas práticas e em laboratório. No entanto, o profissional revela ruptura em relação ao significado posto, quando ressalta a infraestrutura insuficiente, o público suscita desafios, as limitações dos alunos (perda da qualidade do trabalho em função da imposição da produtividade).

²⁵ Questões que remetem às categorias estudadas neste trabalho serão destacadas entre parênteses.

Nota-se incômodo com a precariedade das condições de trabalho (a exposição recorrente à precariedade impacta negativamente no processo saúde-doença-trabalho). Ao se deparar com a impossibilidade legal e moral de desistir de ministrar aulas na EJA (fuga do trabalho, baixa autonomia e ausência planejamento/controle), então o professor compra material de trabalho com recursos próprios, pois a licitação é demorada (traz para o individual uma falha que não é sua, ou seja, autorresponsabilização para suprir falha da administração pública). Dessa forma, ele consegue, em alguma medida, atender à demanda que lhe foi incumbida (ser eficiente ao capital).

O docente, ao se autorresponsabilizar e ser empreendedor de si, busca, na esfera privada, uma solução que deveria partir do coletivo, de uma mobilização social que não se articula justamente porque o sistema capitalista enfraquece o grupo e dificulta a sensação de pertencimento à sua categoria. Assim, desmobilizados, os trabalhadores não conseguem se organizar para lutas contra a perversidade do sistema de capital. A sensação de incômodo, vontade de desistir e falta de sono remetem à ocorrência de sofrimento psíquico laboral, que o deixa suscetível ao desgaste mental (pela presença de perda ou de transformações negativas na subjetividade – Paparelli, 2009) e ao adoecimento psíquico, se é que já não esteja ocorrendo.

A ruptura significado *versus* sentido pode impactar seu sentimento de desistência do educar, em alguma proporção existe a renúncia ao sentido do trabalho, que pode proporcionar desgaste mental (Paparelli, 2009).

4.4.2 Análise dos relatos de Farias

Trecho 1) Sofredor [sobre ser docente]. Essa palavra é muito forte, porque a gente trabalha, é uma mistura de sofrimento com alegria. Porque ao mesmo tempo que você sai feliz da vida porque você fez um bom trabalho, que você percebe que atingiu os alunos, e que você incitou discussões interessantíssimas, e que você deixou os meninos interessados... tem hora que a gente sai super frustrada de sala de aula. Você entra e a energia vai lá embaixo. Porque a acolhida é péssima, e você não consegue quebrar as barreiras que às vezes são levantadas diante de você. E, às vezes, você foi com aquela vontade, fez, preparou alguma coisa interessante, e nada daqui foi interessante para aquele público que você tinha pensado nele. Isso é muito frustrante. Então, para mim é uma dualidade mesmo, uma relação de amor e ódio.

Trecho 2) Porque ao mesmo tempo que você tem que adequar aquele conteúdo para aquele nível, para aquela modalidade; mas ao mesmo tempo eu fico feliz, eu gosto de fazer isso, de estudar, de pesquisar para poder realizar essas atividades. Eu não sou assim aquela pessoa que já pega todas as atividades prontas da internet. Eu sempre mudo, sempre procuro um texto diferente. Eu tenho algumas coisas prontas, mas eu sempre mudo alguma ou outra coisa. Então eu sempre estou refazendo, estou reorganizando.

Trecho 3) Eu falo [para o filho]: - Olha, hoje à tarde eu preciso trabalhar, eu não vou passear hoje... eu não vou fazer isso, eu vou trabalhar e você vai me respeitar aqui no serviço. Então, você fica lá na sala brincando. Amanhã a gente vai passear.

Trecho 4) Eu acho que eu fico nesse sinal amarelo [se referindo à sua saúde]! Eu tenho sempre que me cuidar. No ano passado, no final do primeiro semestre, eu comecei a ter muita dor no corpo, principalmente nos ombros; e nada passava. Fui no médico, tomei remédio. Passei mal por causa dos remédios. Larguei todos os remédios porque não melhorou. Então assim, eu estou nesse processo. Aí eu não sei se eu estou no amarelo ou se já estou no vermelho. Mas eu sofro. Eu tenho esse sofrimento no corpo e na mente.

Após examinar o caso de Farias, verifica-se que o significado de ser docente no IFG tangencia questões como ser capaz de ensinar/transmitir conhecimentos, dedicando-se à preparação de aulas teóricas e práticas; ao estudo de conteúdos previamente às aulas; à elaboração de material didático; à organização de roteiros de aula; à elaboração e correção de métodos e instrumentos avaliativos; além de preocupar-se com a formação integral de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho.

Com base no que foi relatado por Farias, avalia-se que há sintonia entre o significado e o sentido elaborado individualmente. Farias demonstra cumprir seu papel de docente, buscando estar atenta à elaboração do seu plano de aula e à escolha dos melhores métodos e instrumentos a serem utilizados no processo educativo a fim de contribuir para a formação cidadã e a formação de alunos capacitados para se inserir no mercado de trabalho. Porém, os conflitos surgem quando emerge a percepção de que o processo educativo depende da presença ativa do aluno e do professor. Então, como executar seu trabalho se o discente não se doa tanto quanto o professor? Aqui o sentido do ser professor no IFG parece se perder em meio aos desafios de manter a adesão, atenção e interesse do alunado (o capitalismo responsabiliza os derrotados por suas perdas).

Tecendo uma análise global, aponta-se que Farias parece ter assumido para si o sentido do trabalho de forma bastante harmônica com a representação de seu significado social (capitalismo moldando ação e pensamento sustentando no indivíduo o “envolvimento” e engajamento pelas suas tarefas). Parece haver uma dedicação (autorresponsabilização pelo sucesso) com tamanho afinco que é capaz de consumir a energia psíquica e física de Farias (o capitalismo fomenta o estabelecimento de metas a serem alcançadas a qualquer custo) ao permitir que seu tempo de trabalho se sobreponha ao seu tempo de não trabalho (flexibilidade quanto ao horário e local de trabalho).

Em seu trabalho, há esforço em atualizar suas atividades pedagógicas, não utilizando materiais copiados ou prontos (inovação e criatividade). O fato de os docentes serem contratados em regime de Dedicção Exclusiva pode favorecer a falta de limites claros entre o

tempo de trabalho e não trabalho (discurso flexível; “empresa-mãe” que é protetora mas que cobra contrapartidas como trocar a presença do filho pelo trabalho), já que o controle da jornada semanal de trabalho é realizada pelo próprio servidor (gerencialismo, empreendedor de si).

Parece haver a preocupação em manter um nível de excelência tal que promova a reprodução da imagem insustentável de professor-herói (“captura da subjetividade” garantindo a reprodução de valores institucionais de qualidade total) que é capaz de encantar todos os alunos (produtividade). É preciso levar em consideração que há uma trama social complexa de onde podem emergir inúmeros motivos que interfiram na adesão do aluno à aula ministrada (desqualificação profissional ao julgar que não atingiu resultado esperado); e que assumir para si essa responsabilidade significa aumentar as chances de ir além de seu limite subjetivo, favorecer o surgimento de sofrimento psíquico e de adoecimento psíquico no trabalho.

Tal profissional já reconhece que está vivendo no limite entre a saúde e a doença (limite que não é claro²⁶) e revela conteúdos psíquicos permeados de frustração, insegurança, de dualidade amor e ódio, de polaridade prazer e sofrimento e de dores no corpo (presença de perda ou de transformações negativas na subjetividade compatíveis com o desgaste mental). O fato de buscar na medicina a solução de seus conflitos laborais denota exacerbação da individualização, por assumir para si um fracasso que deveria ser superado pelo coletivo – enfraquecimento do coletivo e da categoria docente).

4.4.3 Análise dos relatos de Aguiar

Trecho 1) Tem hora que dá vontade de te dizer: - Por que eu fui me enfiar aqui? Mas é um desafio que eu me propus [...] Acredite se quiser, tem professor que quer discutir problemas no sábado à noite e tem alunos que resolvem tirar dúvida de tarefa no domingo à tarde. Então, isso eu já tenho comigo! Finais de semana eu não pego o celular, e se abro não olho para não passar raiva. [...] Então, por exemplo, acostumaram comigo aqui 12 horas, de eu chegar 7:30 da manhã e ficar até 7:30 ou 8 horas da noite. Agora eu falei chega, eu tô adoecendo..., Eu não estava conseguindo ir na academia. Eu falei: - Para! Desse jeito eu não vou continuar, não pode!

Trecho 2) Tem hora que eu falo: - Eu vou embora, senão eu vou dar uma patada na pessoa que não tem nada a ver com nada [...]. Então, eu ainda estou em processo de falar: - Esse é meu limite! Porque tem algumas coisas que não dá para esperar...! Agora, aquele que dá para esperar... porque, simplesmente, quer me ver aqui o tempo todo, não!

Trecho 3) Tem dia que eu chego muito exaurido(a) em casa, eu não quero conversar. Minha família está toda eufórica me esperando, porque passou o dia e eu não estava lá [...]. E aí você

²⁶ Seligmann-Silva (1994) defende a inexistência de limites claros entre o estado de saúde e doença.

chega em casa, você não quer conversar. E aí, começa a ficar ruim o ambiente, e você tem problemas com a família. E você traz esse problema de família para cá. Porque antes de sair de casa você brigou, porque eles te cobraram uma presença e você não estava presente, porque você estava presente aqui. Então, acaba se tornando uma coisa muito ruim...

Trecho 4) Então, assim, é interessante, as pessoas não percebem o limite do outro. E como eu vi que estava em sinal amarelo [...]. Não vale a pena! Se for para fazer assim, eu prefiro sair! Não faço! Eu tenho uma família muito legal! Se tirar minha família, eu não tenho mais nada!

A partir da análise do caso de Aguiar, é possível identificar que o significado de ser servidor público no IFG perpassa questões como: exercer suas atividades com zelo e dedicação; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza ao público em geral; levar as irregularidades ao conhecimento da autoridade superior; ser assíduo e pontual ao serviço.

Com base nesses pressupostos, julga-se que o(a) participante revela, em parte, contradições entre sentido *versus* significado. É perpetuado o sentido do trabalho como servidor público que realiza suas atividades com zelo e dedicação, mantendo a preocupação de ser assíduo e pontual. No entanto, Aguiar aponta o fato de que, na elaboração do sentido do seu trabalho, surgem ressalvas ao fato de cumprir as ordens superiores, quando essas vêm acompanhadas de precarização ética, como, no caso, exigir do servidor que ele vá além de suas competências. Algo semelhante ocorre com a questão de atender com presteza ao público em geral. Pressupõe-se que o trabalho, para Aguiar, só faria sentido se esse atendimento resguardasse seu direito de que o tempo de trabalho não impactasse negativamente o tempo de não trabalho.

Ao tecer uma visão mais global sobre o caso de Aguiar, percebe-se a presença marcante da expectativa da comunidade de que o servidor esteja prontamente disponível (submissão à exigência da produtividade e agilidade) para atender demandas provenientes de seu ambiente laboral, seja no local de trabalho ou fora dele (flexibilidade quanto ao posto de trabalho). O avanço das inovações tecnológicas, características do ideário neoliberal, age no sentido de perpetuar a imagem de que o servidor público, ao ter facilidade de acesso aos celulares, computadores portáteis e conexão à internet, esteja sempre disponível para o trabalho. E quando isso não ocorre, o agente público corre o risco de ser julgado como ineficaz e oneroso.

É importante ressaltar os indícios de sofrimento psíquico a partir das falas: “Não vale a pena! Se for para fazer assim, eu prefiro sair!” e “Mas é um desafio que eu me propus”. São narrativas que se confrontam e se contradizem. Destaca-se, ainda, a fala que aponta o desejo de que as pessoas “percebam o limite do outro” (baixa empatia e sensibilidade), porém,

Aguiar também afirma estar em processo de reconhecer e respeitar seu limite (proteção à saúde).

Resgata-se Rosenthal (2018) ao tratar da família como esfera privada por excelência, onde os indivíduos se permitem mais facilmente ser entregues e autênticos. Mas a família pode fracassar ao não conseguir acolher o indivíduo com suas complexidades de vivências e seus conteúdos. Assim, mesmo Aguiar reconhecendo a importância de seus laços com os familiares, ao chegar em casa confessa que se retrai e não quer conversar (isolamento), o que pode fragilizar tais laços.

Quanto à saúde mental no trabalho, apareceram exaustão, cansaço, pensamentos e verbalização de vontade de desistir, irritabilidade (notada pelo impulso de “dar patada nas pessoas”), a temática do limite subjetivo. Todo esse contexto remete a um quadro de predisposição para o Burnout, se tal síndrome já não estiver instalada.

4.4.4 Análise dos relatos de Gomes

Trecho 1) Se eu estou enfraquecido(a) fisicamente e mentalmente, eu não estou com a disposição e a energia toda para a sala de aula, para a dinâmica [...]. Eu entrei com atestado. Eu tive uma doença que associo ao fator de estresse. E aí, claro que afetou em sala de aula [...]. Foi um problema pessoal. Não um problema pessoal de ordem emocional, mas com o descuido com a saúde emocional. Foi um momento que eu não tava muito legal! Mas, foi mais uma coisa, talvez a principal! Aqui dentro os problemas não me impactam muito não.

Trecho 2) Porque a gente, em sala de aula, por mais que aqueles 30 alunos sejam também um universo e que os alunos trazem problemas de casa; às vezes, também estão com problemas físicos e emocionais, com fome, não interessam pela sua disciplina; mas a gente sabe que a gente é uma referência muito importante naquela uma hora e meia que a gente está lá. O que a gente representa! O tamanho da representação nossa para eles! Uns mais e outros menos. A gente influencia de diferentes formas. O professor adoecido, não presente em sala de aula, o não estar presente ali por inteiro... impacta muito... impacta na atmosfera da aula. Às vezes, a gente lida muito... assim... tem que estar muito atento até na relação de um aluno com o outro, como um se relaciona com o outro. Se relaciona de uma forma respeitosa. Hoje em dia a gente é vigiado até por não se atentar por questões como essa. Então a gente tem que estar atento.

Trecho 3) Eu acho que o professor é um artista, na hora da apresentação é um teatro. A gente não consegue colocar uma máscara, ou se a gente consegue... aí a gente não consegue se sustentar por muito tempo. Se a gente não tá bem está estampado. Ou pior... a gente não tem o direito de não estar bem [...]. É um terrorismo! Você não pode adoecer. Dengue? Tem medo de pegar dengue porque não pode pegar atestado. Não pode ter um problema porque tem que estar bem.

A partir da análise do caso de Gomes, é possível identificar que o significado de ser professor no IFG perpassa questões como: ensinar/transmitir conhecimentos, buscando alcançar os melhores resultados possíveis, lecionando em diferentes níveis e modalidades de maneira simultânea, preocupando-se com a formação integral de profissionais-cidadãos e

capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho; comprometendo-se em consolidar uma sociedade democrática e justa, social e economicamente; efetivando um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sociais, raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades.

Segundo o que foi narrado por Gomes, examina-se que, no momento atual, há consonância entre o sentido e o significado. O diário de campo e a entrevista confirmam todos os esforços de Gomes para desempenhar suas atribuições de forma satisfatória. No entanto, ao rememorar períodos anteriores quando foi vivenciado um quadro de adoecimento psíquico, provavelmente houve uma ruptura entre o significado de ser professor, como construção social, e o sentido que foi dado para seu trabalho a partir da elaboração desse significado. Pode-se presumir que tal ruptura se deu pelo fato de o(a) docente internalizar que um professor adoecido torna-se um obstáculo para alcançar êxito na execução de suas atividades de ensino.

Ao olhar por esse panorama, desenvolve-se o raciocínio de que há preocupação em atingir desempenho satisfatório nos processos de trabalho docente (autorresponsabilização pelo sucesso). Porém, há também o receio de adoecer e ter seu desempenho prejudicado (empreendedor e algoz de si). O(A) profissional defende que é preciso estar saudável para conseguir se conectar com os alunos, precisa ser polivalente no sentido de ter conhecimento sobre saúde física, psicológica, dificuldades de aprendizagem, enfim.

Gomes reconhece ainda que, para evitar se expor como profissional adoecido(a), é possível usar máscaras (negação do adoecimento). Justamente porque não se tem o direito de não estar bem (perversidade do sistema capital). A isso, soma-se ao fato de se sentir vigiado(a), que é característica do gerencialismo (espírito do panoptismo).

Com exceção aos quadros de adoecimento, o fato de haver harmonia entre sentido e significado pode agir como fator de proteção à saúde, e pode fortalecer a motivação e a satisfação profissional. O(A) docente, assim, tem maiores chances de se realizar e se sentir satisfeito(a) com seu trabalho.

4.4.5 Análise dos relatos de Freitas

Trecho 1) Então eu não vejo esse trabalho como docente no IFG como causa de problemas psicológicos para mim. O que tem são os problemas pessoais.

Trecho 2) Em relação a profissão que eu tenho eu sou 100% satisfeito. Às vezes eu fico frustrado(a) por não conseguir passar tudo aquilo que eu poderia passar. Sei que eu poderia. Mas é aquilo que eu falei... por falta de infraestrutura aqui... se eu pudesse eu compraria os equipamentos tudo lá [...] Era ansiedade. Muita ansiedade e falta de sono. Que eu chegava e deitava e não dormia. E aquilo ficava na minha cabeça, pensando o tempo todo. E eu sou muito ansioso(a) já por natureza. Aí juntou com aquela vontade de terminar aquela atividade e tudo... e fazer as coisas funcionarem. Eu ficava pensando formas de resolver.

Trecho 3) Então eu fico frustrado nesse sentido. Mas como professor do IFG, por estar aqui... isso aqui é um sonho. Isso aqui é o que eu sempre procurei na minha vida. Então não tem nada a reclamar.

A partir das análises do caso de Freitas, verifica-se que, devido à Instituição oferecer estabilidade no cargo, bons salários, garantir direitos importantes ao trabalhador, ser professor significa ser privilegiado por estar em uma carreira profissional que é desejo de muitas pessoas (“empresa-mãe”); privilegiado por, ainda, não precisar se preocupar com o desemprego, demissão, baixos salários. O docente em questão demonstra estar em consonância com tal significado do ser professor. Revela, também, ter estabelecido laços afetivos com a “empresa protetora” mediante a fala de ser o emprego de seus sonhos e estar “100% satisfeito” com sua profissão. No entanto, há contradição sentido *versus* significado quando afirma que “não tem nada a reclamar” (baixa percepção crítica de si) depois de trazer relatos sobre frustração, ansiedade e falta de sono.

O diário de campo, instrumento utilizado nesta pesquisa, permitiu identificar que houve relatos de que esse docente já vivenciou um processo de adoecimento psíquico que envolveu seu ambiente de trabalho. Fato que vai na contramão do discurso do docente de que suas vivências no IFG não lhe causam desgaste. Sendo assim, é possível que ele esteja negando tal adoecimento. Avalia-se que, devido ao enfraquecimento do coletivo que está atrelado à baixa empatia com as vivências subjetivas de sofrimentos dos colegas (enfraquecimento do coletivo em detrimento da exacerbação da individualização), há um risco de que a pessoa seja rotulada por seus colegas de trabalho. E este talvez seja um dos motivos que o empurrou para a negação. A questão é que a negação da doença caminha próximo à negação do sentido de ser professor, fato que pode agravar e/ou produzir desgaste mental ou outros quadros de adoecimento psíquico relacionados ao trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se uma constante evolução, de tal forma que não há verdades absolutas. Sendo assim, buscou-se registrar as elaborações e ponderações mais relevantes desenvolvidas com base nas reflexões que foram aqui elaboradas, garantindo que os enunciados permanecessem abertos e estimulassem novas pesquisas.

Ao caminhar para a conclusão da presente pesquisa, retoma-se a questão norteadora proposta inicialmente: De que forma os docentes subjetivam o desgaste mental e o adoecimento psíquico laboral, apreendendo os modos pelos quais tais trabalhadores dão sentido à sua realidade? Para responder a essa pergunta, foi importante resgatar que os sentidos do trabalho fossem elaborados a partir da apreensão dos significados, que, ao serem construídos socialmente, são atribuídos a esse trabalho. De tal modo, os significados, pelo seu caráter de elaboração coletiva, permanecem de maneira mais estáveis se comparados aos sentidos. Já os sentidos, por serem elaborações individuais, apresentam contornos mais fluidos e dinâmicos por acompanharem o movimento da história pessoal do sujeito. Sendo assim, a questão dos sentidos do trabalho e significados acompanhou e permeou todo o movimento de investigação e pesquisa da subjetividade dos sujeitos entrevistados e, conseqüentemente, contribuiu de maneira relevante para a elaboração das considerações finais. Mas se os sentidos do trabalho são dinâmicos e situacionais, por que os sujeitos entrevistados também o são, logo, as reflexões e ponderações que foram tecidas não se propõem a ser dogmáticas.

Mantendo o olhar por esse panorama, a questão norteadora da presente dissertação apontou que há diversos modos pelos quais os trabalhadores docentes subjetivam o desgaste mental e o adoecimento psíquico laboral. Os modos de subjetivar também são fluidos e dinâmicos por estarem atrelados ao sujeito que vive em determinado contexto histórico, social e cultural. Sendo assim, para a realidade concreta que se apresentou à pesquisadora, os sujeitos participantes do estudo revelaram tendências a trazer suas questões, conflitos e contradições para a esfera privada, quando, na verdade, elas necessitam de mediação do coletivo para serem resolvidas de maneira mais efetiva e global.

O movimento de atrelar fenômenos à esfera privada permite diversos desdobramentos para o sujeito, e também para seu grupo social. Tais desdobramentos podem não ser tão positivos quanto o indivíduo imaginou que fossem. Pelo contrário, podem acarretar

sofrimentos, mais conflitos e amplificar as probabilidades de adoecimento, principalmente, psíquico, além de isolar e afastar ainda mais a pessoa da sensação de pertencimento a um grupo social, o que agrava sua individualização que já poderia ser vista como exacerbada desde o início de todo esse movimento. Como resultado, são reduzidas as possibilidades de emancipação humana e potencializadas as vivências de precarização da subjetividade, de tal forma que, na intenção de superar seus conflitos pela via da esfera privada, a pessoa se vê ainda mais desgastada e adoecida.

É preciso ressaltar que a decisão de trazer as questões para serem solucionadas no âmbito privado não é de toda responsabilidade do indivíduo. Há muitas forças manipulatórias em questão que não são captadas pela percepção crítica da pessoa, porque vão muito além de seu alcance. Aqui entra a perversidade do sistema capitalista e suas armadilhas, tais como foram examinadas ao longo desta pesquisa, à medida que se tornaram pertinentes para a autora. Algumas das consequências desse jogo de manipulação psicológica do sistema capitalista também foram analisadas, no que couberam, por meio da triangulação entre as categorias de análise, a construção teórica e a análise de dados desenvolvida por motivo da presente dissertação.

Além disso, retoma-se que o objetivo geral da pesquisa foi, por meio da apreensão dos sentidos do trabalho elaborados a partir dos significados socialmente construídos, buscar compreender os modos pelos quais os docentes de um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) subjetivam o desgaste mental e o adoecimento psíquico decorrente do trabalho. Defende-se que este objetivo foi alcançado e desenvolvido com maiores mediações no capítulo final.

No que se refere aos objetivos específicos, pode-se confirmar que também foram atingidos de maneira satisfatória. O primeiro objetivo (a) foi o Estado do Conhecimento sobre o desgaste mental e o adoecimento psíquico decorrente do trabalho docente e as contribuições da área da Psicologia. Essa proposição foi desenvolvida no início do primeiro capítulo com a finalidade de aprofundar o contato com tal temática, verificar quais questões já haviam sido respondidas pelas produções acadêmicas e identificar as principais lacunas que ainda precisariam de mediações. Verificou-se que essa temática ainda é pouco pesquisada por psicólogos, sobretudo aqueles que voltam seus interesses para a área da saúde do servidor. Quando se pensa nos Institutos Federais, o número de pesquisas sobre a saúde do servidor faz-se ainda menor, provavelmente isso dá pelo fato de a grande maioria dos psicólogos que atuam nestas instituições de ensino ser psicólogo escolar/educacional. Das pesquisas

levantadas aqui no Estado do Conhecimento, foram obtidos os seguintes resultados: 86 produções acadêmico-científicas, sendo 56% delas com foco nos discentes e na atuação da Psicologia Escolar/Educacional; apenas 10% dos estudos (no total de 9 trabalhos) dedicaram-se a temas pertinentes ao processo saúde-doença no trabalho docente.

Dentre os principais temas abordados pelas pesquisas, 32% abordaram a qualidade de vida e saúde vocal; 22%, a precarização das condições de trabalho e estresse; 19%, a subjetividade e o trabalho; 12%, o adoecimento físico e mental; 7%, a promoção de saúde nas escolas; 4%, o poder público e políticas públicas; e 4%, a Síndrome de Burnout. Os estudos apontaram que a organização do trabalho é permeada por precarização das relações sociais que se dão no ambiente laboral, por condições de saúde, incidindo nos diversos níveis de escolarização.

O segundo objetivo específico (b) tratou de apreender como se caracterizam os processos de desgaste mental e de adoecimento psíquico laboral por meio de depoimentos de trabalhadores docentes do IFG. Aqui foi possível verificar que, no ambiente laboral, emerge uma predição de os trabalhadores amplificarem a autorresponsabilização em detrimento do potencial adoecedor que pode surgir da organização do trabalho docente. Sendo assim, atentou-se para as armadilhas da autorresponsabilização e individualização (movimento de culpabilizar o indivíduo) como resposta precipitada para se buscar compreender quadros de adoecimento psíquico no ambiente profissional. Durante o percurso de buscar alcançar este objetivo, foram elencadas e examinadas categorias de análises como: reconhecimento profissional, embotamento afetivo, gestão dos afetos, a qual cria espaço para os trabalhadores terem direito de expressar suas ideias, mas não há empenho relevante em atender às demandas que surgem, permitindo criticar que a finalidade foi de manter aparência de gestão participativa, mas mantendo o controle e a dominação. Além disso, analisaram-se também categorias como: ataque à dignidade, desrespeito à condição humana ao imputar um excesso de trabalho aumentando as possibilidades de invadir o tempo de não trabalho e, inclusive, a convivência familiar. Práticas paternalistas de dominação e desconforto quanto ao ambiente físico também surgiram nas análises. Conclui-se que os relatos dos participantes informaram sobre questões que marcadamente são potencializadoras de sofrimento, desgaste mental, podendo, até mesmo, gerar outros tipos de adoecimento psíquico laboral.

Em seguida, foi proposto (c) verificar de que maneira o trabalho docente no IFG se organiza, examinando, para isso, as relações de trabalho, os processos implicados e as condições de trabalho as quais esses profissionais estão submetidos. Tal proposta também foi abarcada com sucesso pelo estudo, tendo revelado que as condições de trabalho, no que se refere à estrutura física, provoca relevante incômodo nos trabalhadores docentes, constituindo-se como promotor de sofrimento psíquico a depender da intensidade e frequência

que se expõe a esses ambientes. Nesse ponto, foram abordadas questões como ruído, desconforto térmico e, principalmente, infraestrutura.

O quarto objetivo específico (d) envolveu compreender as metamorfoses do mundo do trabalho e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho docente no IFG. Nesse ponto do estudo, foram levantadas e examinadas as categorias de análise mais relevantes que auxiliariam na apreensão das vivências subjetivas e objetivas dos professores, tais como: flexibilidade quanto ao local e ao posto de trabalho, submissão às exigências de produtividade e competitividade, exacerbação do individualismo e o enfraquecimento da coletividade.

Por fim, (e) analisou-se, através de entrevistas, de que forma os docentes elaboram os sentidos do seu trabalho a partir dos significados que foram socialmente construídos dentro do ambiente laboral pesquisado. Esse último tópico dedicou-se a aprofundar as análises de uma forma mais global, buscando cruzar as categorias de análises que surgiram ao longo de todo o estudo. Foi ressaltado que as metamorfoses no mundo do trabalho, características do ideário neoliberal, têm impulsionado a todos em direção a novos contornos nas relações sociais que se estabelecem nos ambientes laborais. Esse fato pode ser percebido dentro das mais diversas unidades de ensino, como também nos Institutos Federais. Tais metamorfoses favorecem a precarização, flexibilização, manipulação psicológica dos trabalhadores e captura da subjetividade dos trabalhadores. Como resultado disso, são ampliadas as possibilidades de surgir sofrimento psicológico, desgaste mental e outros tipos de adoecimentos psíquicos laborais.

É possível notar que, dessa forma, encerra-se apenas esta pesquisa, pois o estudo sobre o tema ainda precisa continuar. Não se pode deixar de ressaltar que, por meio do instrumento de estudo atual do debate, no qual se identificou um número de pesquisas ainda não muito relevantes no que se refere ao tripé: 1) Área de conhecimento da Psicologia; 2) Saúde do trabalhador docente; 3) Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E, pelo fato de esta dissertação abarcar este tripé, acredita-se que houve contribuições, de alguma forma, para a comunidade acadêmica. Para o futuro, aponta-se a necessidade de se manter o estudo desta temática, ampliando-o para o contexto dos servidores técnico-administrativos em Educação que também, na nossa opinião, precisam de olhares mais atentos da comunidade acadêmico-científica, mas que não puderam ser abarcados aqui por limitações, principalmente, do tempo, visto que o período do mestrado não foi suficiente para tal.

REFERÊNCIAS

- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Anjos, M. B. & Rôças, G. (2017). *As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Natal, RN: Editora IFRN.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2011) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paul, SP: Cortez.
- Araújo, P. W. (2018) *Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise na perspectiva da ontologia do ser social* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte, MG. Recuperado do site http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-BA8L99/tese_wanderson_2018.pdf?sequence=1.
- Assunção, A. A. & Oliveira, D. A. (2009). Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, 30 (107): 349-372, maio/ago.
- Baccin, E. V. C. & Shiroma, E. O. (2016). A intensificação e precarização do trabalho docente nos Institutos Federais. *Revista Pedagógica*, 18 (39): 129-150. Recuperado de <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3619/2057>.
- Barbosa, B. T. B. G. (2018). *Saúde-adoecimento e Trabalho no Instituto Federal de Alagoas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, AL, Brasil. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6686210
- Bernardo, M. H., Souza, C. C., Pinzón, J. G. & Souza, H. A. (2015) A práxis da Psicologia social do trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In Coutinho, M. C., Furtado, O. & Raitz, T. R. (Orgs). *Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas* (pp. 16-40). Florianópolis, SC: Edições do Bosque.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- Brasil. *Decreto n.º 9665*, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. *Lei n.º 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União,

- Brasil. *Lei n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. *Lei n.º 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. *Lei n.º 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. *Lei n.º 11.784*, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. *Lei n.º 12.772*, de 28 de dezembro de 2012. Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Saúde (2001). Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho (Grupo V da CID-10). In *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, pp.161-194.
- Brasil. Ministério da Educação, 2009. Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>.
- Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2013). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 a 2016*. Goiânia. Recuperado de <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>
- Brasil. *Portaria n.º 1339*, de 18 de novembro de 1999. Institui a Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. *Portaria n.º 475*, de 26 de agosto de 1987. Expede Normas Complementares para a execução do Decreto n.º 94.664, de 23 de julho de 1987. Brasília: Diário Oficial da União.
- Cardoso, V. M. L. (2015). *Entre travessias: a saúde do docente que trabalha num campus do interior no IFMA* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, MA, Brasil. Recuperado de <externalfile:drive-9f10b3a5157926574d7f895e4d338ebbe4e901da/root/paparelli/Entre%20Travessias%20%20a%20sa%20C3%20BAde%20do%20docente%20que%20trabalha%20num%20campus%20do%20interio%20no%20IFMA.pdf>.
- Cardoso, V. M. L. & Ribeiro, C. V.S. (2016). Entre travessias: a saúde dos docentes na expansão / interiorização do IFMA. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 16(1): 24-36, abril.
- Cavalcanti, N. M. (2018). *Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em docentes do Instituto Federal de Rondônia* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Rondônia -UNIR, Porto Velho, RO, Brasil. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6384971

- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2008) *A Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde: Referências para a atuação do(a) psicólogo(a)*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, DF.
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 5-15.
- Codo, W. (1999) *Educação, carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Codo, W. & Gazzotti, A. A. (1999). Trabalho e afetividade. In Codo, W. (Coord.). *Educação: Carinho e Trabalho*. São Paulo: Vozes.
- Cordão, F. A & Moraes, F. (2017) *Educação Profissional no Brasil: Síntese histórica e Perspectivas*. Editora Senac: São Paulo, SP.
- Cortez, P. A., Souza, M. V. R., Amaral, L. O., & Silva, L. C. A. (2017). A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(1), 113-122. Epub March 30, 2017. doi.:10.1590/1414-462x201700010001.
- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v12i2p189-202
- Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (Orgs.) (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dias Júnior, M. J.; Linhares, R., & Souza, S. M. (2015). Políticas educacionais neoliberais, violência subliminar e as implicações no trabalho docente. In Scarel, E. B., Rosa, S. V. L., & Araújo, S. (Orgs.) *Educação, Sociedade, Subjetividade e Violência* (pp. 169-202). Goiânia, GO: Gráfica e Editora América.
- Dominik, E. C. (2017). *A carreira docente EBTT: aspectos específicos e legislação*. Bambuí, MG: Érik Campos Dominik.
- Esteve, J. M. (1999) *O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores*. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. 3ª ed., Bauru: Edusc.
- Floro, E. F. (2016). *Gerencialismo educacional e precarização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Unesp. Marília, SP, Brasil. Recuperado de https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/141910/floro_ef_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y
- Franco, T., Druck, G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, São Paulo, 35 (122): 229-248.
- Gaulejac, V. (2007) *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

- Gonçalves, S. L. (2014). *A expansão da rede de Educação Profissional, científica e tecnológica: implicações nas relações e condições de trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado de <externalfile:drive9f10b3a5157926574d7f895e4d338ebbe4e901da/root/mestrado/Paparelli%20e%20tesesdisserta%C3%A7%C3%B5es%20utilizadas/SANDRA%20LUCIA%20GONCALVES.pdf>
- González-Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade – os processos de construção da informação*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Heloani, R. (2003). *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2018). *Notícias da Educação*. Retirado de site no dia 2 de março de 2020.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *Portaria Normativa n.º 6*, de 11 de março de 2019. Regulamento sobre os procedimentos relativos a política de gestão de pessoas. Recuperado de <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/9286/aa%20portaria%20normativa%20n%C2%BA%2006.pdf>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2019). *Nota de Esclarecimento sobre as ações da Gestão do IFG frente ao anúncio do bloqueio orçamentário*. Recuperado de site no dia 2 de março de 2020.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de IFG, 2020. *Apresentação do Câmpus Goiânia*. Recuperado do site <https://www.ifg.edu.br/goiania/apresentacao?showall=&start=1> no dia 02/03/2020.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Documento Institucional – Resposta de um(a) servidor(a) ao Questionário da Comissão Própria de Avaliação, (2020). <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/120/Relato%C3%8C%20rio%20CPA%202019%20senador%20canedo.pdf>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *Estatuto do IFG*. Recuperado de <https://www.ifg.edu.br/documentos/62-ifg/a-instituicao/11547-estatuto2019>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *Regimento Geral do IFG*. <https://www.ifg.edu.br/component/content/article/62-ifg/a-instituicao/123-regimento-interno>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *Portaria normativa n.º 6*, de 11 de março de 2019. Recuperado de <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/9286/aa%20portaria%20normativa%20n%C2%BA%2006.pdf>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *Minuta PDI 2018 – 2019 a 2023. Plano De Desenvolvimento Institucional*. Recuperado de https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. *Resolução GONSUP/IFG n.º 26*, de I de julho de 2019. Regulamento Sobre os procedimentos relativos à política de gestão de pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. Recuperado de <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2026%202019.pdf>
- Jardim, A. C. S. (2018). *Representações sociais de professores e gestores sobre “ser professor” no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_4fa11bce2469b763cfea8deb24b35539
- Lacaz, F. A. C (1996). *Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia dos serviços e do movimento sindical*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/313672>.
- Lacaz, F. A. C (2007). O campo da saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(4):757-766, abr, 2007. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n4/02.pdf>.
- Laurel (1982). La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, 2, 2015, pp. 7-25. Trad. E. D. Nunes.
- Laurell, A. C. (1989). *Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário*. São Paulo (SP): Hucitec.
- Leda, D. B. (2009). *Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão*. (Tese de doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Leda, D. B. & Rocha, L. F. S. (2013). Desafios da expansão da educação profissional e suas repercussões no trabalho docente: o caso do IFMA. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Recuperado de <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impassesedesafiosdaspoliticasededucacao/pdf/desafiosdaexpansoadaeducacaoprofessionalesuasrepercussoes.pdf>.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx*. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular.
- Lüdke, M. & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU.
- Lukács, G. (2007). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In Lukács, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro. Edufrj.
- Lukács, G. (2013). O trabalho. In Lukács, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, SP: Boitempo.

- Machado, J. P. (2015). Saúde do Servidor Público Federal: Política, discursos em práticas prescritas. In Coutinho, M. C., Furtado, O. & Raitz, T. R. (Orgs). *Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas* (pp. 64-92). Florianópolis, SC: Edições do Bosque.
- Mancebo, D. (2007). Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, (20)1: 74-80 Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf>.
- Martín-Baró (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1): 7-27 Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>
- Marx, K. (2016). *Miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Neto. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, K. (2017). *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I. São Paulo, SP: Boitempo.
- MEC (2018). *Educação Profissional e Tecnológica (EPT)*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>.
- Melo, S. D. (2009). *Trabalho docente na Educação Profissional*. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Belo Horizonte: MG. Recuperado de <http://gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=428>
- Mészáros, I. (2007). A Educação para além do Capital. In *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Minayo, M. C. S. (1988). Saúde-doença: uma concepção popular da Etiologia. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, (4)4 oct./dec. 1988. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1988000400003> p. 363-381 Rcuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v4n4/03.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde*. 11ª. ed. São Paulo: Hucitec.
- Minayo-Gomez, G. & Costa, S. M. F. T. (1997). A construção do campo da Saúde do Trabalhador: percurso e dilemas. *Cad. Saúde Pública* [online], (13)2: S21-S32. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>.
- Neves, M., Seligmann-Silva, E. & Atayde, M. (2004). *Saúde mental e trabalho: um campo de estudo em construção*. In Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma. Rio de Janeiro: DP&A.
- Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, (25)89: 1127-1144, set./dez. 2004.
- Oliveira, T. C. (2019). Perfis de adoecimento mental dos servidores públicos federais assistidos pelo SIASS IFGoiano/IFG. *Revista Tecnia*,| (4)1, 2019.
- Paparelli, R. (2009). *Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização do fluxo escolar* (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/160704/338290.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

- Paparelli, R. Sato, L. e Oliveira, F. (2011). A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Rev. Bras. Saúde Ocup.* [online]. (36)123:118-127. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572011000100011&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar - histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Ramos, M. N. (2014). *História e política da Educação Profissional*. Coleção Formação pedagógica. Volume V. IFPR: EAD - Curitiba.
- Ribeiro, C. V. Z & Leda, D. B. (2016). O trabalho docente no enfrentamento do gerencialismo nas universidades federais brasileiras: Repercussões na subjetividade. *Educação em Revista*, (32), 4: 97-117. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161707>. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982016000400097&script=sci_abstract&tlng=pt
- Rocha, L. F. S. (2014). *Estudo sobre os efeitos do processo de expansão do IFMA no trabalho e saúde de seus docentes* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, MA, Brasil. Recuperado de <https://tede.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1364/2/LucianaRocha.pdf>
- Rosenthal, S. (2018). *O mito da vida pessoal no capitalismo*. Recuperado de <https://www.susanrosenthal.com/articles/o-mito-da-vida-pessoal-no-capitalismo>.
- Rossetto, E. & Brabo, G. (2009). A constituição do sujeito e a subjetividade a partir de vigotski: algumas reflexões. *Revista Travessias*, (3)1. Recuperado de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3238>.
- Rosler, J. H. (2014). Trabalho, Educação e Psicologia na sociedade contemporânea: a formação do indivíduo no contexto da atual reestruturação produtiva. In Meira, M. E. M. & Facci, M. G. D. *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a Educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 93-118.
- Saviani, D. (2015). Sobre a natureza e especificidade da educação. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, (7) 1: 286-293.
- Sato, L. (1993). A representação social do trabalho penoso. In *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social* (M. J. Spink, org.), pp. 188-211, São Paulo: Brasiliense.
- Sato, L. (1996). As implicações do conhecimento prático para a vigilância em saúde do trabalhador. *Cad. Saúde Pública* [online], (12)4: 489-495. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1996000400007>. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v12n4/0240.pdf>

- Sato, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: Feições de um antigo problema. In M. da G. Jacques & W. Codo (Eds.). *Saúde mental e trabalho: Leituras* (pp. 31-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sato, L. (1995). A representação social do trabalho penoso. In SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, SP: Brasiliense, pp. 188-211.
- Sato, L. & Bernardo, M. H. (2005). Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciênc. Saúde Coletiva* [online], (10)4: 869-878. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400011>. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232005000400011&script=sci_abstract&tlng=pt
- Sato, L., Bernardo, M. H. & Coutinho, M. C. (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sato, L., Bernardo, M. H. & Oliveira, F. (2008). Psicologia Social do Trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP. *Psicologia para América Latina*, (15). Recuperado em 17 de agosto de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2008000400010&lng=pt&tlng=pt.
- Seligmann-Silva, E. (1986). Crise econômica, trabalho e saúde mental, pp. 54-132. In VA Angerami (org.). *Crise, trabalho e saúde mental no Brasil*. São Paulo: Traço.
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ e Cortez Editora.
- Seligmann-Silva, E. (1997). A interface do desemprego prolongado e saúde psicossocial. In Silva-Filho, J. F.; Jardim, S. (Org.). *A danação do trabalho*. Rio de Janeiro: Te-Corá.
- Seligmann-Silva, E. (2003). Psicopatologia e saúde mental no trabalho. In Mendes, R. (Org.). *Patologia do trabalho*. v. 2. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Seligmann-Silva, E. (2007). *Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos*. In Congresso Internacional sobre Saúde Mental no Trabalho, 2. Goiânia. Recuperado de https://feapsico2012.files.wordpress.com/2015/04/edith_seligmann_silva.pdf.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo, SP: Cortez.
- Silva, H. L. F. (2018). Trabalho Precário e Formação do Trabalhador: a precariedade como modo de ser. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Rio de Janeiro, (05), 03, pp. 223-250. Recuperado de <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/241>.
- Silva, P. F. & Melo, S. D. G. (2018). O trabalho docente nos Institutos Federais no contexto de expansão da Educação Superior. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, (44). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e177066.pdf>.

- Nóbrega-Therrien, S. M. & Therrien, J. (2004). Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: reflexos teórico-metodológicos. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, (15), 30, jul./dez.
- Triviños, A. N. S. (2015). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, SP: Atlas.
- Urt, S. (2015). *(Semi)formação e relações de trabalho: uma análise das concepções de professores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul sobre a Educação Profissional* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, MS, Brasil. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho
- Velloso, J. & Marques, P. M. F. (2015). Recursos próprios, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. *Educação & Sociedade*, (26)91, maio/ago.
- Villela (2017). A subjetividade docente e o processo de implementação do ensino médio integrado no IFSP câmpus Barretos. Dissertação de Mestrado. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20141/2/Renata%20Niczak%20Villela.pdf>.

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(para todos os participantes da pesquisa)

Convidamos o(a) Senhor/Senhora para participar da Pesquisa: “O Trabalho Docente no Instituto Federal: a Subjetividade entre o Desgaste Mental e o Adoecimento Psíquico” sob a responsabilidade da pesquisadora Alline Santos Silva, psicóloga mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, a qual pretende compreender e analisar os sentidos e significados do Desgaste Mental e outros processos de adoecimento relacionados ao trabalho docente em um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

A sua participação é voluntária. Aos participantes docentes, será realizada uma entrevista com perguntas relacionadas às vivências laborais. Aos demais participantes, as questões da entrevista estarão relacionadas às rotinas, condições de trabalho e políticas que envolvem o ambiente de trabalho dos docentes. A sessão da entrevista terá duração máxima de 60 minutos, será gravada em áudio e, visando garantir a discricção e sigilo do(a) participante, caso seja de seu interesse, poderá ser realizada fora do espaço físico do câmpus em questão. Os registros das informações coletadas serão armazenados com a pesquisadora e usados apenas para fins científicos.

Sabe-se que toda pesquisa pode gerar riscos e benefícios para os(as) participantes. Entre os benefícios que a realização desta pesquisa pode proporcionar, está, principalmente, a oportunidade dos docentes falarem sobre suas vivências laborais e a oportunidade dos demais participantes contribuírem com suas percepções sobre questões diversas que envolvem a saúde mental e o ambiente de trabalho dos docentes.

Por outro lado, os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são leves, como por exemplo, sentir algum tipo de desconforto emocional decorrente da mobilização de conteúdos psicológicos despertados pela entrevista. Nesses casos, será garantido ao Senhor/Senhora o acompanhamento e assistência psicológica, caso necessário.

Caso decida consentir em participar da pesquisa, terá todo o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta das informações independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) senhor/Senhora não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração, porém, caso haja danos decorrentes da realização da pesquisa, a senhora poderá solicitar indenização. Como as perguntas serão sobre seu trabalho, podem acontecer desconfortos emocionais ou constrangimentos e você poderá não responder a qualquer pergunta que lhe trazer alguma angústia. Conforme as resoluções do CNS 510/16 e 466/12, entre outras garantias, ressalta-se que você tem direito a ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, e a pleitear indenização em caso de danos imediatos ou futuros.

Será assegurada a sua privacidade e sigilo. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo resguardado total sigilo.

Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, o(a) Senhor/Senhora poderá entrar em contato comigo, pesquisadora responsável pelo projeto, via e-mail allinepsi@gmail.com e pelo telefone (62) 98622-4247, com possibilidade de ligação a cobrar. Se persistirem dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), situada na Avenida Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste. Goiânia – GO, ou pelo telefone (62) 3612-2200. Horário de Funcionamento de segunda-feira à sexta-feira das 14h às 18h.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da Pesquisa: “O Trabalho Docente no Instituto Federal: a Subjetividade entre o Desgaste Mental e o Adoecimento Psíquico”.

Pesquisadora Responsável: Alline Santos Silva.

Telefone para contato: (62) 98622-4247. E-mail: allinepsi@gmail.com

Orientador da Pesquisa: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva. Telefone para Contato: (62) 98108-4994. E-mail: hgleofs@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO:

Eu, _____,
fui informado(a) sobre a pesquisa, seus riscos e benefícios, sobre minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso deixar de participar quando quiser. E também, autorizo o uso das informações colhidas por meio da entrevista para estudo e publicação. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim, pela pesquisadora e pelo orientador da pesquisa, ficando uma via para a pesquisadora responsável e outra para mim.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Assinatura do Orientador da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “A subjetividade docente, o Desgaste Mental e o adoecimento psíquico em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Alline Santos Silva a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte. Compreendo que não será necessária a realização de filmagem nesta pesquisa, apenas de gravação de voz. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos: 1. poderei ler a transcrição de minha gravação; 2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais; 3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas; 4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização; 5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa (Alline Santos Silva), e após esse período, serão destruídos e, 6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Goiânia, ___/___/_____.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Apêndice B – Termo de Anuência da Instituição Coparticipante



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

O Câmpus Senador Canedo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “A subjetividade docente, o desgaste psíquico e o adoecimento no trabalho em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, coordenado pela pesquisadora Alline Santos Silva, desenvolvido em conjunto com o pesquisador e orientador Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

O Câmpus Senador Canedo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de julho de 2019 até dezembro de 2019.

O Câmpus Senador Canedo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás disponibiliza a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais consequências dela resultantes.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Estamos cientes que a execução deste projeto dependerá do parecer consubstanciado enviado pelo CEP/IFG mediante parecer “Aprovado”.

Local, 28 de maio de 2019.

Apêndice C – Instrumentos de Pesquisa: Questionário e Roteiro de Entrevista



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**



I. Questionário - Perfil Socioprofissional dos Participantes Docentes:

1) Idade: () De 18 a 30 anos () De 30 a 40 anos () De 40 a 50 anos () Mais de 50 anos

2) Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não informar

3) Estado civil: _____

4) Quantidade de filhos: () Zero () 01 () 02 () 03 () mais de 03

5) Formação acadêmica: () Graduação () Pós-graduação () Mestrado () Doutorado

6) Servidor docente efetivo do IFG desde: _____

7) Servidor docente efetivo deste Câmpus desde: _____

8) Jornada de trabalho semanal: () 20 horas () 40 horas s/ D.E. () Dedicção Exclusiva

9) Carga horária semanal cumprida no câmpus: _____

10) Carga horária semanal cumprida fora do câmpus (incluindo planejamento): _____

11) Níveis de ensino que ministra aulas atualmente:

() Ensino médio () Ensino superior () Pós-graduação: _____

12) Modalidades de ensino que ministra aulas atualmente:

() Presencial () Educação a Distância-EaD () Jovens e Adultos-EJA

13) Atua em programas ou grupos de pesquisa: _____ Quais: _____

14) Atua em ações de extensão: () FIC () Supervisão de estágio () Outros: _____

II. Roteiro Semi-estruturado para Entrevista com os Docentes:

- 1) Conte-me sobre seu ingresso na profissão docente
- 2) Qual o sentido que o termo “trabalho” tem na sua vida?
- 3) O que significa ser professor para você?
- 4) Fale-me sobre seu trabalho dentro do espaço físico do IF, seja na sala de aula, no campus ou em outros espaços do IF.
- 5) Qual sua opinião sobre trabalhar simultaneamente com diferentes níveis e modalidades de ensino?
- 6) Fale-me sobre seu trabalho externo ao IF.
- 7) Fale de suas relações de trabalho com seus colegas docentes.
- 8) Você percebe a formação de grupos políticos e grupos com conflitos de interesses? De que forma você nota isso?
- 9) Conte sobre sua relação com cargos de chefia.
- 10) Como percebe a relação dos docentes com os administrativos?
- 11) Fale de sua relação com os alunos.
- 12) Conte sobre sua relação com a reitoria e instâncias superiores.
- 13) De que maneira você percebe a forma que o trabalho se organiza no IF.
- 14) Como você avalia as condições de trabalho do IF?
- 15) Na sua leitura, o câmpus, e a instituição como um todo, tem se preocupado em melhorar as condições, as relações e o ambiente de trabalho?
- 16) Você avalia que os organismos coletivos (sindicato e/ou associações) podem ajudar a melhorar as condições de trabalho e a saúde dos docentes?
- 17) De que forma você percebe sua realização ou satisfação profissional na sua atividade atual?
- 18) Quais sentimentos e emoções seu trabalho, geralmente, desperta em você?
- 19) Você já pensou em mudar de profissão, de órgão ou de ramo de atuação?
- 20) Você acredita que sua remuneração está coerente com o trabalho que você desenvolve?
- 21) Você teve recentemente ou tem algum problema de saúde psíquica, ou algum desconforto físico ou emocional?

- 22) De que forma você percebe o ambiente de trabalho no IF quanto às possibilidades de causar impactos para a saúde mental ou emocional?
- 23) Em que medida você avalia que suas atividades de trabalho te desgasta fisicamente, mentalmente e emocionalmente?
- 24) Você sente ou já sentiu vontade de não ir trabalhar? Me fale mais sobre esse sentimento.
- 25) Você já se ausentou do trabalho no IF por problemas de saúde mental ou psíquica?
- 26) O tempo dedicado ao trabalho tem invadido outros âmbitos de sua vida (como as relações familiares, o tempo de lazer, o envolvimento com questões que te dão prazer ou satisfação pessoal)? Qual seria a causa disto? Você tem evitado que isso aconteça?
- 27) Como você avalia ser a sua relação com sua família e amigos, e a sua qualidade de vida nos seus horários livres?